

MESTRADO
SOCIOLOGIA

*Recomposição e Estruturação Socioprofissional
em Santa Maria da Feira. Trajetórias, Percursos
e Processos na Freguesia de Lourosa*

ARNALDO DOS PRAZERES FARINHA

M

2021



ARNALDO DOS PRAZERES FARINHA

*Recomposição e Estruturação Socioprofissional
em Santa Maria da Feira. Trajetórias, Percursos
e Processos na Freguesia de Lourosa*

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor
Doutor Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

ARNALDO DOS PRAZERES FARINHA

*Recomposição e Estruturação Socioprofissional
em Santa Maria da Feira. Trajetórias, Percursos
e Processos na Freguesia de Lourosa*

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor
Doutor Virgílio Borges Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A todos os trabalhadores que adquiriram o gosto de trabalhar.

Sumário

Declaração de honra.....	vii
Agradecimentos.....	viii
Resumo	ix
Abstract	x
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Quadros.....	xii
Introdução	1
Capítulo I – A problemática do trabalho e a sua sociologia: Alguns adquiridos teóricos	7
Introdução	7
1.1 – Trabalho, duração e condições de trabalho	8
1.2 – Trabalho, escolarização e formação	16
1.3 – Trabalho, formação de classes, profissões, remuneração e formas de salário ...	25
1.4 – Trabalho e socialização.....	38
1.5 - Um modelo de análise.....	41
1.6 – Abordagem metodológica	45
Capítulo 2 – Breve Contextualização demográfica e socioeconómica dos contextos em estudos	51
Introdução	51
2.1 – Contexto de análise em Santa Maria da Feira e Lourosa	52
2.2 – Contextualização sobre o processo de industrialização.....	54
2.3 – Caracterização da população ativa de Santa Maria da Feira	60
2.4 – Atividade económica, classes e relação com a escola: Traços de recomposição socioprofissional.....	62
2.4.1 – Atividade económica	62
2.4.2 – Sobre as classes	71
2.4.3 – Relação com a escola.....	75
2.5 – Dinâmica empresarial em Santa Maria da Feira: Especificidade do Setor Corticeiro	80

Considerações Finais	81
Capítulo 3 – Trajetórias profissionais, representações sociais e expectativas dos trabalhadores: Apresentação e análise dos resultados	84
Introdução	84
3.1 – Recapitulação dos adquiridos teóricos.....	85
3.2 – Sobre a pesquisa no terreno.....	87
3.4 – Construção dos lugares de classe	91
3.5 – Trajetórias profissionais e experiência da relação com o trabalho.....	93
3.5.1 - Trajetória profissional de um escolhedor	97
3.5.2 – Trajetória profissional de um traçador.....	100
Considerações finais	101
Conclusão final.....	103
Referências bibliográficas.....	107
ANEXOS.....	117
Anexo 1.1 - Declaração do Professor (entrevista).....	118
Anexo 1.2 – Declaração de consentimento informado.....	119
Anexo 1.3 – Guião de entrevistas.....	120
Anexo 1.4 – Tabela 1.1 Grelha de categorização e análises das entrevista.....	123

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho de dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e Auto plágio constitui um ilícito académico.

[Guisande, 28/09/2021]

[Arnaldo dos Prazeres Farinha]

Agradecimentos

A minha profunda gratidão é dirigida a Deus. Pela vida e iluminação que me proporcionou.

Ao Professor Doutor Virgílio Borges Pereira, orientador desta dissertação, pela sua abnegada entrega, sabedoria e paciência, ajudou-me a planear, estruturar a investigação, corrigir e motivar-me, singela homenagem, Deus o recompense.

Um reconhecimento deve ser dirigido aos empresários e trabalhadores da cortiça que facilitaram a realização das entrevistas.

À Elisa Tavares pela grande ajuda que me ofereceu na transcrição das entrevistas, o meu profundo reconhecimento.

À Virgínia Paula Campos Aguiar pela disponibilidade em corrigir o guião de entrevistas e a pré-correção desta investigação, muito obrigado.

Ao digníssimo padre Andrade pela correção efetuada, muito obrigado.

Ao muito amigo Dr. Emílio Baptista Ladislau pelas palavras motivadoras, muito grato.

À Biblioteca Central da FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), de modo particular, à Laura Gil, à Marlene, Cláudia Fernandes, pela celeridade e prontidão em disponibilizarem as obras, muito obrigado.

Ao Serviços de Gestão Académica da FLUP, particularmente, à Dr.^a Raquel, à Ana Paula Morgado e à Carla Alexandra Pereira Amaral, pela atenção e respostas claras que me foi dada, muito obrigado.

Expresso o meu agradecimento especial à Irmã Natália Andreia Simões pela transcrição das entrevistas, mas também pelo apoio, incentivo, coragem e ânimo que me proporcionou em terminar esta investigação, profundamente grato.

Ao dileto padre Nuno Gomes pelas suas palavras amáveis, muito obrigado.

Finalmente agradeço às minhas comunidades paroquiais de Guisande e Vale e ao meu colega e amigo padre Agostinho Watela, pelas muitas partilhas solidárias e pelo incentivo, muito obrigado.

Resumo

O presente trabalho aborda a recomposição e estruturação socioprofissional no concelho de Santa Maria da Feira. Santa Maria da Feira é tido como um dos concelhos de Portugal que tem vindo a sofrer fortes transformações, vista desde o setor da indústria transformadora. A investigação serviu-se da metodologia intensiva, de teor qualitativo, para se poder analisar a recomposição socioprofissional a partir de duas vertentes: macro e micro. A macro visa uma recolha de dados da atividade económica e a micro com recurso a empiria e à técnica da entrevista. Procurou-se compreender os significados das trajetórias sociais dos indivíduos, dos seus percursos escolares, da sua trajetória profissional e das representações e expectativas sobre o trabalho.

Neste sentido, o estudo explorou a dimensão profissional. A recolha de dados dos censos de 2001 e 2011 foi o mote para delinear as etapas seguintes da investigação. A profissão representa um saber adquirido e um capital económico. Por isso, importa perceber de que forma é que as profissões têm vindo a influenciar as tendências recentes de estruturação e recomposição social. Nos dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística apontou-se como objeto de estudo a freguesia de Lourosa. As entrevistas foram aplicadas aos trabalhadores das fábricas sediadas em Lourosa. Deste modo, procurou-se compreender como a profissão se traduz na vida das pessoas tanto do ponto de vista da sua composição social como dos estilos e escolhas de vida. A relação entre o trabalho e a escola na formação de classe contribuiu para aferir as trajetórias dos trabalhadores. Ao mesmo tempo permitiram ler e compreender o papel da socialização primária e secundária na vida dos trabalhadores.

Palavras-chaves: Trabalho, profissão, escola, socialização.

Abstract

This work addresses the socio-professional restructuring and structuring in the municipality of Santa Maria da Feira. Santa Maria da Feira is considered one of the councils in Portugal that has been undergoing strong transformations, seen from the manufacturing sector. The investigation used an intensive methodology, with a qualitative content, in order to analyze the socio-professional recomposition from two perspectives: macro and micro. The macro aims at collecting data on economic activity and the micro using empirical data: the interview technique. We sought to understand the meanings of individuals' trajectories, their school trajectories, their professional trajectory and representations and expectations about work.

In this sense, the study will explore the professional dimension. The collection of data from the 2001 and 2011 censuses will be the motto to outline the next stages of the investigation. The profession represents acquired knowledge and economic capital. Therefore, it is important to understand how professions have been influencing recent trends in social structuring and recomposition. In the data collected by the National Institute of Statistics, the parish of Lourosa was pointed out as the object of study. The interviews were applied to workers at factories based in Lourosa. Thus, we sought to understand how this profession translates into people's lives both from the point of view of their social composition as well as their lifestyles and choices. The relationship between work and school in class formation contributed to assess the trajectories of workers. At the same time, they allowed us to read and understand the role of primary and secondary socialization in workers' lives.

Keywords: Work, profession, school, socialization.

Índice de Figuras

Figura 2.1 – Mapa de Santa Maria da Feira.....	53
--	----

Índice de Quadros

Quadro 1.1 - Matriz de Construção do indicador individual de classe	33
Quadro 2.1 - População ativa (% 2001 e 2011)	61
Quadro 2.2 - População empregada nos setores primário, secundário e terciário (% 2001 – 2011).....	63
Quadro 2.3 – População empregada no setor secundário (% 2001 – 2011)	64
Quadro 2.4 – Empresas, por concelho sede na região, e na indústria transformadora (% 2001 e 2011).....	64
Quadro 2.5 – População empregada no setor terciário (% 2001).....	68
Quadro 2.6 – População Empregada no Setor Terciário (% 2011).....	68
Quadro 2.7 - População empregada Situação na profissão (% 2011)	69
Quadro 2.8 – População empregada na Profissão dos grandes grupos (% 2011)	71
Quadro 2.9 – Frações de classe dos ativos com profissão no País, na Região Norte, na74 Sub-Região entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira e Lourosa em 2011	74
Quadro 2.10 – frações de classe dos ativos com profissão no País, na Região Norte, na	74
Sub-Região entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira e Lourosa em 2011	74
Quadro 2.11 – População Empregada/Residente segundo o nível de Instrução – Intermédio e Sexo (% 2001)	75
Quadro 2.12 – População Empregada/Residente segundo o nível de Instrução – Intermédio e Sexo (% 2011)	76
Quadro 2.13 – População Empregada/Residente segundo o nível de Instrução – superior e Sexo (% 2001 – 2011).....	77
Quadro 2.14 – Taxa de analfabetismo (% 2001 e 2011)	78
Quadro 2.15 – Taxa de abandono escolar (% 2001 e 2011).....	79
Quadro 2.16 – Taxa de abandono escolar por freguesia (2001 e 2011)	79
Quadro 3.1 – Caracterização dos entrevistados	91

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
ACT	Autoridades para Condições no Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
SA	Sistema de Aprendizagem
CITEX	Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil
CENFIM	Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
ISSP	International Social Survey Programme
INE	Instituto Nacional de Estatística
S.A	Sem Ano
Cit. por	Obra Citada por
Cf.	Conferir
p.	Página
pp.	Páginas

Introdução

A presente dissertação visa abordar a recomposição socioprofissional no concelho de Santa Maria da Feira. A construção das trajetórias profissionais em Portugal fez-se à conta de uma circunstância política que caucionou a escola. As famílias desfavorecidas situadas no tempo do Estado Novo e no tempo da ditadura portuguesa tinham o trabalho como recurso para o projeto de vida. A conta disto, este período é caracterizado pela aposta na agricultura e no comércio tradicional sendo um país rural e pobre. “Portugal era um país rural, pobre e de emigração. Isto é um país onde apenas uma restrita minoria tinha acesso a uma vida condigna” (Carmo & Matias, 2019, p. 9).

Apenas uma pequena minoria familiar detinha os recursos necessários a percursos e trajetórias mais elaborados para os seus filhos. A maioria das famílias obrigava os filhos muito cedo a se dedicarem ao trabalho. Se, para alguns, a escola era o espaço de projetar as expetativas, as práticas sociais e a socialização secundária, para outros, a escola era para saber ler e contar. A escola não direcionava os indivíduos para a profissão. Deste modo, a profissão era construída através do saber fazer. As empresas recrutavam mão de obra desqualificada para tarefas que não exigiam qualificações.

A formação de classes faz-se através do contexto produtivo. Existem os detentores do poder, desde logo, da propriedade económica, e os que lhes obedecem. É no interior desta relação de forças, que alberga lugares contraditórios, que se posicionam os indivíduos. Assim, as famílias de origem são fundamentais na formação de classes. A inculcação de valores e normas ajuda a determinar a posição do indivíduo, mas a profissão é um elemento determinante para formação de classe. Em Portugal, e durante muitas décadas, adquirir uma profissão, em múltiplos ramos, não exigia uma formação profissional prévia. A legitimação passava por um saber prático. A profissão conferia aos indivíduos um status, um prestígio decorrente deste reconhecimento, sendo, ao mesmo tempo, ligado às formas de remuneração. O poder económico dá acesso a bens e serviços. Mas a escolaridade elevada coloca o indivíduo na posição de ascender aos lugares de classes mais capacitados, a distinguir-se dos demais. Há maiores probabilidades de adquirir um emprego mais bem pago. O trabalho profissional feito ao

longo do tempo inscreve-se nos processos de formação dos habitus de classe. “As diferenças primárias - aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência - encontram sua origem no *volume global do capital* (capital económico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital económico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspetos. Os membros das profissões liberais que tem altas remunerações e diplomas elevados, oriundos frequentemente (52,9%) da classe dominante (profissões liberais ou quadros superiores), que recebem e consomem, em grande quantidade, bens materiais e culturais, *opõem-se* praticamente em todos os aspetos, não só aos empregados de escritório, detentores de poucos diplomas, oriundos, muitas vezes, das classes populares e médias, recebendo e gastando um número reduzido de bens, [...] (Bourdieu, 2007, pp. 107-108).

A presente investigação tem em vista duas vertentes: a primeira, de tipo macro, isto é, uma visão mais alargada dos níveis de análise, Portugal, da Região Norte, da Sub-Região entre Douro e Vouga, tendo em vista os grandes grupos económicos, o retrato da população; e a segunda de tipo micro, isto é, estudo de caso, em que se pretende colocar o enfoque em Santa Maria da Feira, sobretudo, na freguesia de Lourosa. Esta refere-se a uma abordagem mais qualitativa, na convergência com a abordagem quantitativa. A escolha de Lourosa relaciona-se com o fato de ser uma freguesia do concelho de Santa Maria da Feira com forte dinamismo industrial, maior concentração de mão de obra e por ser cunhada a cidade da cortiça. Procura-se compreender os variadíssimos processos e mecanismos, quer por via do emprego, quer da profissão ou da reprodução dos modos de vida localmente estruturado. Por outro lado, descobre-se que tem havido pouca investigação sociológica centrada quer em Santa Maria da Feira quer em Lourosa. A recolha de dados está limitada aos censos de 2001 e 2011. Estes dados são o mote para a esta investigação. Os números são grandezas que escondem outras realidades. Daí a busca dos dados quantitativos secundários para depois usar-se os dados qualitativos.

Neste âmbito de ideias, adianta-se, que a presente dissertação visa tentar ler o concelho a partir dos dados quantitativos para se relançar a problemática em torno do trabalho que a partir das trajetórias profissionais configuram o território de Santa Maria da Feira e a freguesia de Lourosa. Do ponto de vista teórico, inserimos nesta investigação conceitos que, interligados, informam um quadro teórico, desde as classes sociais, a profissão, a situação na profissão, a atividade económica, que em simultâneo perspetivam uma leitura do espaço social. O habitus, no mapa teórico de Bourdieu, afere trajetórias determinantes na reprodução social do adquirido como na produção ou progressão de carreiras. Pensa-se que toda esta articulação e relação de conceitos, se adequa para permitir a função de comando da teoria, visando outras leituras que à partida não são mencionadas. Por isso, adianta-se, aqui, o papel do poder local e das formas em como este poder influência ou condiciona todo um corpo social na aquisição de capitais.

A pergunta de partida desta investigação teve em conta duas variáveis: a escolarização e a profissão. O trabalho que é inerente ao ser humano, por ele surge a mudança da sociedade e também é a fonte de rendimento. Assim, a preocupação recai em compreender: de que modo o concelho de Santa Maria da Feira se tem vindo a estruturar? A profissão exerce um papel gerador de reprodução social ou assume um papel de catalisador de transformação? Qual o lugar do capital escolar no concelho? A estas perguntas surgiram algumas hipóteses. É a profissão que estabelece os mecanismos de reprodução. A escola reproduz as classes e é o espaço de ascensão. Com base na problemática ligada ao trabalho, na pergunta de partida e nas hipóteses, procurou-se descrever os objetivos desta investigação. Os objetivos tornam-se determinantes, trazendo ao cuidado do investigador um posicionamento controlado e objetivo. Deve dizer-se que a formulação que se pretende fazer dos objetivos só ganha relevo se articulada com as fases e todo o projeto. Por isso, distingue-se duas formas de conceber o projeto: objetivos gerais e específicos. O objetivo geral joga com um quadro de finalidade mais abstrata e o específico com a forma como se pretende alcançar os objetivos gerais.

Num primeiro enfoque, pretende-se caracterizar o concelho de Santa Maria da Feira e a freguesia de Lourosa. Este objetivo, que se define como central no nosso trabalho, ajuda-nos a olhar para a realidade de Portugal, do Região Norte, da Sub-Região entre Douro e Vouga, do concelho de Santa Maria da Feira e de Lourosa. Em complementos, os objetivos específicos ajudam a mobilizar informação acerca da história socioeconómica região. Adianta-se aqui a caraterização da população. Aqui, concebe-se a ideia de que com a caraterização da população se pode avançar no conhecimento da densidade local sob ângulos diferenciados. Pode-se adiantar um outro objetivo específico que se baseia no conhecimento do estado civil, da escolaridade e do género. Estas variantes contribuíram para construir o guião de entrevistas.

Num segundo enfoque, pensou-se em analisar a estrutura socioprofissional em Santa Maria da Feira e Lourosa. Este bloco desdobra-se na recolha de informação acerca dos equipamentos sociais e industriais. Um outro visa conhecer a estrutura socioprofissional em Santa Maria da Feira. Este traço permite articular as vertentes macro e micro. Assim, deseja-se compreender os setores de atividade económica, o setor de atividade, a situação na profissão, a profissão. Informação que é objeto de categorização. Com esta informação bem organizada, passa-se por um outro retrato que permite desvendar os processos e mecanismos de reprodução socioprofissionais. Através de um procedimento de um estudo de caso em Lourosa, analisam-se os tais processos. Estes serão lidos através de entrevistas junto de informantes privilegiados.

Num terceiro enfoque, pretende-se compreender a importância dos lugares de classe na reprodução social. Os objetivos específicos que agilizam a nossa investigação situam-se num primeiro patamar em: compreender e analisar o papel da escola – através da informação recolhida do INE acerca dos níveis de escolaridade, a escola poderá ser pensada como instrumento onde a reprodução social se institucionalizou ou até regulador dos capitais e dos habitus. Num segundo patamar, pretende-se categorizar as profissões dos agentes de uma determinada empresa em Lourosa; conhecer a situação na profissão e as profissões. Num terceiro patamar, analisar as trajetórias dos agentes; depois disto tudo, procurar interpretar as relações entre variáveis em causa. Num quarto patamar, procura-se compreender o significado que os

agentes dão às suas ações. Este objetivo pressupõe socorreremo-nos do método de pesquisa de entrevista semidiretiva.

A investigação desenvolvida nesta pesquisa é de cariz qualitativo. A sua abordagem é mista, com uma correspondente quantitativa através da recolha de dados secundários e uma outra qualitativa pelo uso da técnica da entrevista. Neste enfoque, para a abordagem qualitativa usar-se-á a técnica de análise de conteúdo.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo intitula-se “A problemática do trabalho e a sua sociologia: Alguns adquiridos teóricos”. Centra-se no debate teórico das problemáticas do trabalho em torno da duração e condições de trabalho, onde se descreve as lutas por fixar em contratação coletiva a hora normal de trabalho, as condições dignas de trabalho, que, foram resultados de lutas políticas e de investigações de higiene e segurança no trabalho. O debate teórico aborda, ainda, o trabalho na sua relação com a escolarização e a formação, um apontamento em que se circunscreve a história económica e política de Portugal na desvalorização da escola e de formação como instituição trampolim para o mercado de trabalho. O trabalho, na relação com a formação de classes, com as profissões, a remuneração e as formas de salário, em vista à definir as trajetórias sociais dos indivíduos. Por outro lado, o trabalho na relação com a socialização, quer primária quer secundária. Já que a escola foi caucionada, a família tem o seu papel na socialização dos indivíduos. De seguida, apresentar-se-á o modelo de análise e, por fim, a abordagem metodológica em que se apresenta a estratégia escolhida, a metodologia adotada, uma explicação da relação dos entrevistados, a técnica usada para recolha da informação, a construção do guião de entrevista e o tratamento da informação.

O segundo capítulo é dedicado a análise de dados estatísticos e à contextualização, intitulando-se “Breve contextualização demográfica e socioeconómica dos contextos em estudos”. Pretende-se analisar os dados estatísticos dos censos de 2001 e 2011. A análise aos dados assenta nos indicadores da atividade económica. Assim, procura-se caracterizar o concelho e a freguesia de Lourosa, apontando a sua criação, localização geográfica e sua importância na sub-Região entre Douro e Vouga, bem como na atual região metropolitana. Faz-se uma caracterização da

população ativa nos contextos em apreço. Procura-se abordar a história da industrialização, os marcos e processos das transformações industriais. Das lutas e conquistas que se lhes associam. Das inovações e da implementação de sistemas complexos, da modernização e da automatização dos processos de produção. A partir deste suporte histórico procede-se ao levantamento de dados no INE acerca dos setores de atividade económica: Primário, Secundário e Terciário. A análise recai no setor Secundário e nos seus ramos de atividade económica, já que é na indústria transformadora que se pretende situar a abordagem. Esta informação é basilar para se analisar as profissões da população e a situação na profissão. São dados que nos ajudam a compreender os processos de recomposição. Recolhem-se ainda dados ligados à escolarização. Estes dados retêm a taxa de conclusão do ensino básico, secundário e superior.

O terceiro Capítulo intitula-se “Trajetórias profissionais, representações sociais e expectativas dos trabalhadores: Apresentação e análise dos resultados” colhidos no âmbito das entrevistas realizadas. Este capítulo começa por recapitular os adquiridos teóricos que assumem a função de comando nesta dissertação, desde a importância do trabalho na relação com a duração, condições de trabalho; relacionando ainda com a escolarização e formação. Visto que deter uma profissão implica formação e uma escolaridade. Com a ajuda da remuneração, da profissão e da situação na profissão reforça-se o retrato do lugar de classe. Procura-se, ainda, abordar a incursão realizada na pesquisa no terreno, de que forma esta se processa e quais os procedimentos usados na recolha de informação. Deste modo, faz-se a apresentação dos resultados passando por caracterizar os entrevistados tendo por base as seguintes dimensões: dados sociodemográficos, composição do agregado, escolaridade dos pais e profissão. Aborda-se ainda a classe dos entrevistados. Por fim, apresentam-se duas trajetórias profissionais que informam processos de recomposição socioprofissional e a sua reprodução no contexto estudado.

Esta investigação culmina com uma conclusão final.

Capítulo I – A problemática do trabalho e a sua sociologia: Alguns adquiridos teóricos

Introdução

Este capítulo aborda a problemática do trabalho e a sua sociologia. Título bastante pertinente e atual, visando o trabalho, as teorias inerentes à sua construção, atores envolvidos, e destacando os contributos de vários sociólogos da comunidade.

Delineou-se um objetivo muito concreto, proceder à incursão sobre os meandros da problemática do trabalho tomando por referência variadíssimos contributos já consolidados. Tentar-se-á circunscrever as problemáticas que o trabalho, nessas investigações, tem vindo a assumir, procedendo a um retrato dos processos de formação dos respetivos enquadramentos sociais, e do modo como naquele se alavancam processos de estruturação e de mecanismos de reprodução social (Pereira, Pinto, Coelho, & Leitão, 2012, p. 33).

Este estudo de investigação versará alguns marcos analíticos do setor de atividade. Tendo em conta os contributos bastante pertinentes dos estudos de João Freire, abordar-se-á as problemáticas do trabalho que o autor considera importante. Assim, esta investigação incidirá sobre aquelas que se relacionam aos objetivos apresentados na introdução geral, procurando articular as ideias de João Freire com outros autores identificados com a problemática sobre o trabalho. Tais investigações oferecem alguns conceitos e teorias para podermos conduzir melhor esta investigação.

Assim, quatro temáticas se relacionam em torno do trabalho: O primeiro ponto abordará o trabalho na relação com a duração e condições de trabalho. Será apresentada a discussão teórica em torno da formação e da duração do trabalho em contexto laboral. Passaremos por situar as condições de trabalho assente na saúde e segurança no trabalho. O segundo ponto versará sobre o trabalho na relação com a escolarização e a formação, procurando saber o papel da escola no acesso ao mercado de trabalho. Será ainda referenciado a socio-história da evolução da escola e como a formação tem contribuído para colmatar as carências da escolarização. O terceiro ponto

deste estudo focalizar-se-á na formação de classes, profissão, remuneração e formas de salário. Serão destacadas as teorias que informam os processos ligados à formação de classes assente na profissão e na situação na profissão, atribuição de uma profissão, da formação do salário e das classes. O quarto ponto abordará os processos de socialização quer primária quer secundária. A socialização vista como o processo que permite apropriar-se de capital cultural, herdado ou adquirido. O quinto ponto abordará o modelo de análise. O sexto ponto tratará de apresentar a abordagem metodológica.

1.1 – Trabalho, duração e condições de trabalho

A ideia de trabalho remonta aos tempos mais antigos. A própria sagrada escritura obriga o homem ao trabalho. O trabalho é inerente à condição humana, e está desenhado como um qualificativo do ser humano e como vertente distintiva entre todos os animais.

O trabalho faz parte da vida do ser humano. Do trabalho provinham os meios para a sobrevivência; também o trabalho foi sempre uma forma de afirmação do homem em todos os domínios. “Desta forma, o trabalho desenvolveu-se não apenas como meio de sobrevivência, mas de segurança, domínio da natureza, fixação espacial com o início da construção de casas, a propriedade [...]” (Albuquerque & Pazinato, 2010, p. 7).

Toda uma ocupação é entendida como trabalho, como é o trabalho dos camponeses, bem como o trabalho de uma doméstica etc. No entanto, “em sociologia, quando se fala em trabalho, quase sempre se está no contexto da divisão do trabalho social, esquecendo-se o esforço feito no isolamento, com gratuidade, ou sem produto imediatamente aparente, como no caso do trabalho da mulher doméstica, dentro de sua casa” (Albornoz, S.A, p. 14).

É bastante curioso observar que ao longo da história o trabalho foi sempre visto com uma carga negativa, pejorativa e até “muito baixo”, sobretudo aquele que é tipicamente “manual” (Freire, 2006, p. 15). Sem procurar rotular quaisquer tipos de trabalho, a nossa preocupação é com a divisão social do trabalho. Daí que falar de

trabalho requeira apropriar-se de variadíssimos contributos. A este propósito diz-nos João Freire: “Começaremos por introduzir este tema com a afirmação de que a noção de trabalho – realidade trivial e evidente do quotidiano e fenómeno de fundamental importância em qualquer abordagem antropológica ou social – dificilmente se deixa apreender numa definição simplificada, mas com qualidades heurísticas satisfatórias” (Freire, 1997, p. 12). Por mais que se tente abordar a sua noção, João Freire considera que “é por isso compreensível que o trabalho esteja e tenha estado sempre estreitamente articulado com os traços fundamentais da estrutura e da dinâmica de qualquer sociedade; e que sofra valorizações e tenha representações tão diversas como tem, ao longo do tempo, de uma formação social para outra, ou de um locus social para outro no interior de uma mesma sociedade” (Freire, 1997, p. 14).

Será, com certeza, esta ideia que tem distinguido certas sociedades da noção de trabalho. Mas com este trabalho de investigação, pretende-se colher um conceito mais lato do trabalho que nos permita entender os variadíssimos enquadramentos conceituais a que se dedicam os cientistas sociais em Portugal.

Assim, para além de toda discussão à volta do conceito trabalho em que estiveram envolvidos os grandes pensadores e que conduziram à estabilização do conceito de trabalho, importa precisar que nos cingiremos ao conceito de trabalho ligado “[...] a herança deixada pela economia política clássica: trata-se aqui, fundamentalmente, da relação entre trabalho e produção, sendo esta última vista como o ato ou o processo através do qual se criam ou elaboram os bens e mercadorias, uteis e próprios para o consumo. A produção tem aqui o sentido de indústria «transformadora» - que opera o milagre de tornar simples matérias-primas em objetos com valor de uso, mediante o emprego de certas técnicas e a disposição de um determinado quantum de trabalho humano”. (Freire, 1997, pp. 16-17).

Percebe-se que o trabalho se torna, de certa forma, um meio para vincar trajetórias e percursos. Neste entendimento, o trabalho é fator de produzir mecanismos de socialização e reprodução social (Freire, 1997, p. 20). Assim, João Freire conclui que o trabalho é “atividade deliberadamente concebida pelo homem, constituindo na produção de um bem material, na prestação de um serviço ou no exercício de uma

função, com vista à obtenção de resultados que possuam simultaneamente utilidade social e valor económico, através de dois tipos de mediações necessárias, uma técnica e outra organizacional” (Freire, 1997, p. 27).

É, precisamente, neste aspecto que alguns sociólogos procuraram contribuir com uma definição. A este propósito, Anthony Giddens, define: “o trabalho, remunerado ou não, como realização de tarefas que envolvem o dispêndio de esforço mental e físico, com o objetivo de produzir bens e serviços para satisfazer necessidades humanas” (2009, p. 378). Giddens situa a noção de trabalho tendo por referência uma visão abrangente do trabalho. Implica uma noção bastante geral, como o fazem os sociólogos, sem uma carga negativa nem exclusivista.

Retomando Freire, acerca da complexidade do conceito de trabalho, “trata-se então – e é importante para nós retê-lo, e recordá-lo com frequência – de um conceito problemático, cujos contornos tentaremos identificar [...] mas que em definitivo, persegue uma realidade ao mesmo tempo estável e em permanente transfiguração, sendo por isso insatisfatório e limitativo do ponto de vista teórico, ainda que frequentemente se revele útil, qualquer tipo de definição de dicionário” (Freire, 2006, p. 14).

Visto deste ponto de vista, um conceito problemático, em constante transfiguração, é imperioso que se reveja de forma heurística quer as suas permanentes ligações quer as leituras diacrónicas. Pode-se, por um lado, apropriar-se de um conceito que tenha surgido de um contexto com características específicas, por outro lado, servir-se do conceito que mais os pares têm vindo a usar, mesmo ancorado em outras ciências, já que na prática científica se aborda a interdisciplinaridade.

O contexto onde se insere as práticas laborais é determinante para a construção teórica do conceito de trabalho.

Na verdade, esta questão do trabalho desenrola-se em função dos contextos históricos.

Um olhar minucioso faz-nos recuar no tempo para apresentar um certo quadro. “Nas sociedades tradicionais, o trabalho não agrícola baseava-se em ofícios, cujo domínio perfeito era adquirido depois de um longo período de aprendizagem. O

trabalhador executava normalmente todas as fases do processo de produção, do princípio ao fim” (Giddens, 2009, p. 381). Era o trabalho efetuado por uma pessoa. Nesta época, este trabalho era bastante limitativo e restritivo, ao ponto de produzir bens e serviços para uns poucos. Daí a inexistência de fábricas.

Com o advento da indústria, o trabalho não agrícola assente nos ofícios acabou por desaparecer (Giddens, 2009, p. 381). As invenções, a divisão do trabalho em segmentos, a possibilidade de produzir em massa aliadas às lutas laborais originou a indústria. “Dentre essas Revoluções Atlânticas, denominação adotada por vários historiadores, destaca-se a Revolução Industrial que, promovida pela burguesia representa o momento decisivo da vitória do capitalismo como forma de produção económica predominante e única em várias sociedades da Europa Ocidental. Isso é o mesmo que dizer que a partir desse momento a sobrevivência da maioria das pessoas teria por base um trabalho assalariado. Mas quem receberia os salários? A burguesia? Não. Ela era dona do capital. Capital que compra os meios de produção: as máquinas, os instrumentos, as matérias-primas ... e que paga salários a quem não possui instrumentos próprios de trabalho. Pagando salários, a burguesia esta comprando a força; a de trabalho humano [...]. Surgia assim, ao lado da burguesia revolucionária, uma nova classe: o operariado – o proletariado urbano” (Aquino, 1978, p. 115). A fase, em que se concentra um maior fluxo de dinâmicas e mudanças relevantes, que ficou registada como um marco importante na história, relaciona-se com a modernidade. “A Idade Moderna foi palco de significativas transformações, poder que outrora estava nas mãos dos senhores feudais e da Igreja passam para o Estado, o sistema feudal é substituído pelo capitalismo comercial ampliando o processo de acumulação de capital, aprimoramento de técnicas comerciais e de produção” (Albuquerque & Pazinato, 2010, p. 12). Com a substituição do sistema feudal pelo sistema capitalista originou-se, porque o contexto era favorável, uma relação conflituosa entre o senhor que detinha o capital e os trabalhadores que vendiam a sua força de trabalho. É neste contexto de exploração que se esboça a problemática do trabalho em busca de melhores condições dos trabalhadores. “O sistema de produção, a intensificação da divisão do trabalho, as posições dos trabalhadores no ambiente de trabalho, as lutas entre os burgueses e o

alto poder, empregadores e empregados e entre os próprios trabalhadores geraram as relações entre o opressor e o oprimido, havendo ainda como trabalho o escravo e o servil” (Albuquerque & Pazinato, 2010, p. 13). Emerge, deste modo, uma nova realidade com os seus problemas sociais que viria implicar todo um sistema de relações. Muitos autores designariam por época contemporânea.

Esta soma cumulativa de problemas implicará a assunção de novas ideias para dar corpo e alavancar o sistema num todo. Assim, os ofícios, que já punham em crise a produção, foram, gradualmente, transformados em profissão, visando o apoio à máquina, e a divisão no seu interior de toda as tarefas. Por isso, “se até à revolução industrial falávamos em ofícios, trabalho agrícola e pequeno comércio de uma forma estritamente artesanal, no século XIX parece tornar-se claro o desenvolvimento não só de um trabalho que recorre à maquinaria e, por isso, produz mais como também de um novo tipo de trabalho beneficiário da evolução do saber e com um estatuto social elevado; as profissões” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 176).

João Freire, que muito teorizou sobre o trabalho nos seus livros, diz-nos que “[...] a questão da divisão do trabalho liga-se ao fracionamento das tarefas de execução da indústria” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 55). É na indústria que se densifica o trabalho. O espaço industrial está nos primórdios da construção de sistemas, sempre no sentido de garantir uma melhor coordenação, estruturação e produção, visando o contributo de conhecimento prático. Daí a divisão de tarefas no seu interior.

Neste sentido, Taylor teve a grande visão de observar como havia o grande desperdício da produção a ela inerente. Assim, resolveu por via da experimentação, sistematizar todo um processo (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 55). Ao pretender sistematizar o processo de produção, dividiu os trabalhadores em função de cada tarefa de modo a que surja um sistema interligado. No entanto, este sistema dispensava trabalhadores qualificados. “E Taylor sonhou projetar um sistema integrado de produção, radicalmente diferente da oficina pelo modo de organização, capaz de obter melhores resultados [...]” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 56).

Taylor proporcionou propostas interessantes para organizar o trabalho. Procurou concretizar o seguinte: “simplificação das tarefas de execução, levando a

divisão do trabalho a um ponto até então desconhecido [...] a individualização do trabalho, que recorre da orientação anterior, mas também da crença de Taylor sobre os malefícios dos comportamentos coletivos dos operários [...] a seleção e formação do pessoal de execução [...] o papel preponderante dos técnicos na organização do trabalho industrial” (Freire, 2006, p. 57).

As tarefas divididas criaram mais postos de trabalho, mas nem por isso se eliminaram as desigualdades existentes. “A decomposição deve, igualmente, permitir baixar ao máximo o custo da mão-de-obra, reduzindo drasticamente as necessidades de aprendizagem” (Perrot, 1985, p. 30). Por um lado, deu possibilidade de as pessoas simples, sem qualificações, encontrarem neste tipo de organização o seu trabalho e a forma de adquirirem o rendimento, por outro, facilitou a racionalização dos processos de produção. “Por exemplo, para produzir uma cadeira, uma tarefa é cortar a madeira, outra apará-la, outra medir as peças a serrar, depois serrar, ainda aparelhar e polir, meter a cola nos encaixes, a seguir montar as partes, depois pregar as partes, e por aí em diante” (Almeida, Machado, Capucha, & Torres, 2007, p. 67).

O projeto de Taylor atinge o apogeu com as ideias de Ford. É no fordismo que se descreve e se amplia o modelo taylorista (Perrot, 1985, p. 41). Ford inventou a produção em cadeia. Esta ideia veio revolucionar a forma de produção, bem como certos aspetos organizacionais quer a nível da indústria quer na administração dos recursos humanos, fazendo surgir novos paradigmas. Deve-se dizer que a produção em cadeia, ou em série, fez com que a divisão do trabalho fosse determinante. Há uma ordem, nada é feito aleatoriamente, mas um processo bem determinado que, graças à tecnologia, realizava a produção. Tudo isto, era indicação de um processo acumulativo de saber prático. Neste sistema, antecipava-se uma sociedade de informação que acabaria por dar corpo a todo este evento ora sombrio ora glorioso.

Freire, (2013), diz-nos, a este respeito, que o fordismo é um taylorismo assumido, num plano único, para o conjunto da fábrica... de modo que os processos produtivos, determinando os lugares e as intervenções dos homens e das máquinas (p. 58). Na produção em cadeia a organização centra-se no posto. Por isso, fala-se em espaço, em economia do espaço e distribuição do espaço.

A lógica da produção em cadeia revolucionou a cultura organizacional, segmentou o mercado de trabalho e originou, gradualmente, a degradação do emprego, e o seu constante aperfeiçoamento que, além do mais, estava inserido numa base de pleno emprego. Assim, considera-se que houve um período bastante longo de intenso desenvolvimento da indústria. “Mesmo que seja possível admitir que esta forma de conceber o trabalho não tenha sido sempre consensual, é sobretudo com o fim do período (1945-1975), frequentemente designado por ‘trinta gloriosos’, ou seja, com o fim do (quase) pleno emprego e o crescimento do desemprego, que é consistentemente desconstruída e colocada em questão. Vários autores (Gorz, 1991; Offe, 1992; Meda, 1999; Beck, 2000; Bauman, 2005) falam em desencantamento e anunciam o fim das sociedades de pleno emprego, ou mesmo o fim, historicamente previsível, da sociedade de trabalho” (Habermas, 2000: 84) (citado por Silvestre, 2014, p. 29).

A constatação é que o desenvolvimento tecnológico e, particularmente, a designada terceira revolução industrial ou microeletrónica reduziu, em muito, a necessidade de trabalho humano na produção de riqueza. Não vamos tecer os contornos históricos teóricos sobre esta problemática, mas em síntese faremos uma breve reflexão acerca do desenvolvimento da tecnologia.

Uma ideia muito debatida e discutida ao longo dos tempos teve em conta as condições exigidas na limitação do tempo de trabalho. Sinteticamente, a duração de trabalho assentava nas 8 horas de trabalho (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 80). A este propósito, Robert Castel advoga que “a redução do tempo de trabalho foi uma das mais antigas e mais apaixonadas reivindicações operárias” (1998, p. 438).

Uma leitura diacrónica dá conta do evoluir e da conquista do tempo limite de horas de trabalho quer pela via das lutas quer pela via negocial marcaram o século XIX.

A organização internacional do trabalho teve um papel crucial na efetiva determinação em fixar as “[...] 8 horas e sinal de 48 horas, no trabalho industrial [...] – claro como se verifica nas nossas sociedades modernas, em “descanso semanal, férias pagas, trabalho noturno e trabalho a tempo parcial” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 80). Mas a história é feita de progressos sucessivos. Foi uma verdadeira luta entre trabalhadores e patrões para se inscrever tais direitos no contrato coletivo. Por isso, esta

formulação jurídica ganhou cunho próprio de afirmação e normalização da situação operária.

Assim, um olhar sincrónico compreende os contornos desta conquista. “Etapa significativa da promoção da condição de assalariado operária: é um certo reconhecimento da condição operária que, sobretudo, as reformas de 1936 sancionam” (Castel, 1998, p. 437).

O trabalho transformou-se no epicentro da sociedade e da vida do ser humano. Acarretou consigo a supressão do tempo para as outras atividades. Deste modo prejudicou os trabalhadores com níveis escolares baixos.

A duração do trabalho tornou-se um tema atual e inquestionável, na relação direta com a vida do trabalhador e dos níveis desejáveis de produtividade do empregador. Foi por intermédio dos estudos preconizados pela OIT que vieram à luz do dia soluções para a questão da duração de trabalho. Um primeiro estudo equacionava o “conceito de trabalho digno”, não no sentido de justo, mas dentro dos referenciais capaz de proporcionar saúde, conciliação com outras tarefas ou projeto de vida. Deste modo “[...] visa «permitir a cada homem e cada mulher obter um trabalho produtivo e digno, em condições de liberdade, de equidade, de segurança e de dignidade, a fim de reduzir a diferença entre as aspirações dos trabalhadores quanto as suas condições de trabalho e sua situação atual” (Cit. por. Freire, Rego, & Rodrigues, Outubro 2014, p. 81).

Este estudo evidencia que se não tiverem trabalho digno, não há produtividade, e a relação com o trabalho que comporta enormes riscos agudizar-se-á. No entanto, possivelmente, interferirá na vida familiar e coartará aspirações. O trabalho digno passará por um gradualismo na melhoria do tempo de trabalho. Existem situações excessivas do uso do tempo do trabalho. As reclamações inerentes ao trabalho digno fizeram surgir em torno do sistema do mercado de trabalho, questões de segurança e saúde no local de trabalho. A saúde e segurança no trabalho permite dar corpo a teoria do trabalho digno. E ao mesmo tempo uma relação direta com a teoria pós-materialista.

Na comunidade científica partilha-se “uma definição comumente aceite considera a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) a «ciência da antecipação, reconhecimento, avaliação e controlo dos riscos existentes no local de trabalho ou dele

emergentes, e suscetíveis de comprometer a saúde e bem-estar dos trabalhadores, considerando o possível impacto nas comunidades envolventes e no ambiente em geral» (Ali, 2008: IX) (Cit. por Freire, Rego, & Rodrigues, Outubro 2014, p. 85). O autor salienta que a SST evolui mediante um quadro social, político, económico e tecnológico. E, por vezes, no enquadramento e estrutura do segmento do mercado. Assim, “nas origens dos programas de SST está a existência de acidentes de trabalho e doenças profissionais, e estas ocorrem no quadro dos riscos associados à atividade laboral” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 85).

O cuidado em apresentar esta problemática, prende-se essencialmente com a sua pertinência na relação com as práticas profissionais e as implicações que trazem à vida dos trabalhadores. Por um lado, porque certas profissões têm mais probabilidades de perigar a vida dos trabalhadores. E, por outro lado, porque também quase todas estão nas origens de várias doenças profissionais. Por isso, a necessidade de se focar nesta temática. Pode acontecer que surjam empresas ou fábricas que não estão organizadas no sentido de criarem condições para prevenir os riscos associado ao tipo de trabalho.

1.2 – Trabalho, escolarização e formação

A educação é um dos vetores fundamentais no desenvolvimento das sociedades e garantia de trajetórias sociais. Assim, neste ponto, pretende-se uma reflexão da escolarização inserida no processo do trabalho. O olhar incidirá sobre alguns marcos históricos da educação e formação em Portugal.

No tempo em que se instaurou a República foram notórios alguns avanços no campo de políticas educativas. “De facto, a pretensão central do republicanismo de «reformular a mentalidade portuguesa» (Carvalho, 1986), subtraindo-a à influência clerical através da conversão aos valores do positivismo e do cientismo (Pintassilgo, 1998), passa justamente pelo combate ao analfabetismo e pela aposta na escola, no caso a escola primária, como lugar central de formação de (novos) cidadãos.” (Almeida

& Vieira, 2006, p. 58). Um esforço por relançar as bases da política escolar. Assim, a 1ª República intentou alargar a escolaridade obrigatória para cinco anos.

A República pretendia igualar Portugal aos seus congéneres europeus, ao dar um passo significativo na implementação do sistema escolar para mais anos. Para ser mais expressivo, cinco anos de escolaridade obrigatória.

As ideias republicanas visavam construir o cidadão e através da implementação do sistema escolar preconizavam os seus objetivos. Assim, o ensino primário tornou-se uma das suas principais conquistas; libertam as pessoas da ideologia do saber ler, escrever e contar, para adquirirem uma cultura científica e moral.

O projeto Republicano de Reforma do Ensino atravessou profundas crises políticas, económicas e sociais, logrando atrasos. Pode-se, a esse propósito, destacar, “[...] o abandono do programa de descentralização do ensino para os municípios e do reconhecimento oficial da inconsequência de uma definição puramente legal da obrigatoriedade do ensino, [...]” (Pinto, 2012, p. 148), as incongruências fizeram-se sentir, no seio do republicanismo.

No entanto, foi no interior da Ditadura, mais precisamente circunscrita no ano de 1927, que se reformou o ensino obrigatório para 3 anos, reduzindo as pretensões dos ideais da república que logravam avanços neste campo. “Muitas foram, entretanto, as consequências práticas de uma tal inflexão: o ensino infantil, que, numa primeira fase do regime, ainda teve uma ligeira expansão, acabou por perder relevância, com a extinção, em 1937, do ensino oficial; a duração da escolaridade primária foi reduzida, logo e, 1927, para quatro anos e, mais tarde, parte da rede escolar passou a ministrar ensino apenas até à 3ª classe; foi extinto o ensino primário superior e extintas também as escolas móveis [...]” (Pinto, 2012, p. 149), pondo em causa o desenvolvimento das populações. Agravam-se, gradualmente, as formas e os modelos de socialização. A escola, situando-se neste nível, não só era um atraso para Portugal e os portugueses como também a própria dinâmica do mercado se atrasava no que toca ao recrutamento e à seleção de trabalhadores para o mercado de trabalho. Neste caso, seriam muitos deles analfabetos, gerando uma certa bola de neve no seio familiar.

O sonho da indústria interligada com a escola esfuma-se. O único campo à vista, capaz de garantir sobrevivência às populações, era a agricultura. E Portugal estava mais preocupado com as suas colónias. Uma mudança na sua política implicava a perda das colónias. De modo que estaria à vista, a perda destes paraísos para Portugal.

O Estado Novo empenhou-se em corrigir os erros da política educativa vertical para uma política horizontal em que se estendesse a escolarização mínima a toda a população (Almeida & Vieira, 2006, p. 60). Este esforço teve o seu impacto em meados dos anos 50, com claros sinais numa escolarização massiva tendo por referência as famílias desfavorecidas. “Nada de especialmente surpreendente, se soubermos que foi só a partir precisamente de meados dos anos 1950 que, em Portugal, a escola pública se tornou, no escalão etário dos 7 – 12 anos, o espaço dominante de aprendizagem da cultura letrada” (Pinto, 2012, p. 151).

O Plano surgido em 1952 dá conta da importância que tem a escola ao ser associada a um conjunto de direitos de cidadania. A este propósito, importa sublinhar as ideias que tiveram um grande respaldo neste campo. “Em 1952, o Plano de Educação Popular, impulsionado pelo então Ministro de Educação Pires de Lima, faz depender da posse de diplomas escolares o acesso a dimensões práticas de cidadania. Assim, «o acesso ao trabalho no comércio e na indústria, a obtenção de carta de condução automóvel, a autorização para a emigração, a passagem à disponibilidade dos mancebos incorporados nas forças militares após o cumprimento do serviço militar» (Carvalho, 1986, p. 786), tudo passa a depender da obtenção do diploma de Instrução primária” (Almeida & Vieira, 2006, p. 60).

A estrutura do processo de escolarização no Estado Novo assentava numa escolaridade rudimentar obrigatória e na promoção de uma escola após a rudimentar para alguns – tendo por critério o estudo intelectual – o liceu – e o ensino universitário, por fim tendo em vista o trabalho manual com suporte no ensino técnico. Esta estrutura estava estratificada e reproduzia os desfavorecidos e potenciava as elites (Almeida & Vieira, 2006, p. 61).

O Estado Novo acarretou o atraso de muitas famílias que viam no trabalho a única forma de garantir a sua posição na sociedade deixando a aspiração académica

para outros. Houve, contudo, muito esforço por parte de muitos ministros da Educação, desde Leite Pinto, Galvão Teles, que defendiam a escola obrigatória para mais anos na expectativa de responder ao mercado de trabalho. No entanto, foi com Veiga Simão que os projetos de reforma de todo o sistema educativo viram os seus efeitos. A ideia central assentava na «democratização do ensino» (Almeida & Vieira, 2006, p. 63), por causa de uma modernidade e das exigências do mercado. “A culminar dois anos de intentos debates públicos, a reforma educativa é finalmente aprovada em 1973. A nova lei de bases contempla uma profunda mudança em todo o edifício educativo, da base até ao topo. Institucionalizada a educação pré-escolar, o aumento da escolaridade obrigatória de seis anos para oito anos, a polivalência do ensino secundário e a inclusão de um 12º ano” (Almeida & Vieira, 2006, p. 63)..

O desejado plano com índices de grande impacto foi posto à prova pela revolução de 1974. O impacto causado na vida de muitas pessoas foi brutal. Por um lado, por serem de uma família com recursos bastante baixos, não eram capazes de garantir os estudos aos filhos, visto que, na época a média de filhos existente era de cerca de 7 filhos. Os pais obrigavam os filhos a trabalharem. Por outro lado, o limite da escolaridade obrigatória para poucos anos dificultou a socialização dos mesmos e acarretou um atraso enorme. É neste contexto que ressurgem novas ideias com forte evidência de concretização. Surgem, deste modo, ideias centrais no reforço da escola para todos e igualdade de oportunidades. Mas sem grandes acordos por parte dos partidários do Estado. No entanto, ficará gravada nos anais da história o ano de 1986, em que se promulga a lei de bases do Sistema Educativo, com destaque para o aumento da escolaridade obrigatória para os nove anos impulsionando todos para a escola. Esta lei teve a sua plena implementação na década de 90. E parece-nos que sucessivamente tem sido objeto de aprofundamentos (Almeida & Vieira, 2006, p. 66).

As políticas do sistema de ensino voltaram-se com grande ênfase para a escolaridade dos 9 anos e a criação da educação pré-escolar. O causador na implementação dos pacotes legislativos foi o próprio Estado, que, se caracterizou como bastante lento. Não obstante, a sua implementação foi bastante dirigista que acabou

por fazer da escola um espaço de socialização. Assim, a escola absorveu as funções que eram desempenhadas pelas famílias, procurando inculcar valores e normas.

Foi neste sentido que se observaram, na arena política, os confrontos bem como o aumento de pressões no sentido de eliminar as assimetrias. O sistema implementado por alguns países, sobretudo no norte da Europa, minimizava as assimetrias. Ao passo que em Portugal tal processo precisou de anos para ter resultado.

Foi possível uma escola universal. Foi possível a implementação do processo de alfabetismo, por forma a erradicar formas de desigualdades. É a partir das ideias da universalidade escolar obrigatória e das sucessivas promoções do ensino que se consegue a transformação da escola num espaço de socialização efetiva. Pela socialização escolar se vão evidenciando as capacidades de cada um, bem como as aspirações.

A escola transmite saberes e competências aos filhos de famílias que têm condições de adquirir esses saberes e, por isso, ascendem a patamares escolares. Ao passo que os filhos de famílias sem tais condições não podem adquirir esses saberes.

Assim, o salto dado incindiou sobre a instituição escolar. A escola potenciava a seleção e a reprodução das classes. Desta feita tinha, ela própria, de garantir que o potencial de cuidados das várias realidades sociais sob a forma compensatória.

Neste sentido, os índices de insucesso, abandono e abstenção escolar, mesmo em ensino obrigatório de 12 anos, têm sinalizado uma grande preocupação. A escola não conseguiu, de todo, erradicar os hábitos dos processos geracionais. A origem familiar dos indivíduos ainda é uma preocupação.

Porém, das reformas efetuadas salientam-se as normativas que deram um objetivo mais preciso à instituição escolar. A escola, já a partir da década de 90, estava direcionada para o mercado de trabalho. Só assim, se entende os politécnicos, as variadíssimas profissões que surgiram e os Centros de Formação instituídos de forma que o curriculum escolar contemplava a vertente profissional e a académica, o que não acontecia há 40 anos.

Dado que a escola não conseguiu aumentar os níveis escolares encontrou no sistema de formação profissional a vertente para minimizar os rasgos provocados pelos

processos histórico-político. A formação era essencial para os objetivos das indústrias ou empresas.

Daí que se reclamasse um modelo que preconizasse a formação não escolarizada (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 318). “A história desta relação educação – trabalho é indissociável da progressiva extensão do enquadramento escolar a todas as idades: da infância, aos jovens, aos adultos à terceira idade” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 132).

Destaca-se a título de grandes conquistas – os grupos em prol do processo de alfabetização que assentou na aprovação do Plano de alfabetização e Educação de Base de Adultos que viu à luz em 1974 (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 318). “[...] Iniciativas foram surgindo, sobretudo em 1979 com a criação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que consagra uma lógica de ligação entre o emprego e a formação profissional. Estas duas tendências que, grosso modo, designamos por educação permanente e formação profissional continua, vão a par uma da outra traduzindo necessidades sociais e formativas que não são satisfeitas pelo sistema educativo formal” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 139). É nesta fase que se procurou fazer a ligação do trabalho à formação, através dos cursos de inserção no mercado de trabalho como foi referido atrás.

O objetivo destes planos de formação consiste em garantir uma validação de competências através de um sistema não formal de modo a estreitarem-se laços únicos entre a educação e formação. Depois do 25 de abril de 1974 e mais recentemente nas últimas décadas, existia em Portugal uma taxa elevada da população que tinha apenas a 4ª classe ou a 6ª classe.

Num aflorar de ideias veiculadas através de trabalhos ligados à formação, salienta-se, logo, a formação que gravita em torno das qualificações e desenrola-se ao longo do processo de aprendizagem. Tal dosagem, em escolas ou no local de trabalho, tem por objetivo definir o profissional (o agente). Assim, o processo de aprendizagem pressupõe adquirir competências. Neste sentido, ao falar-se de competência, embora não se aprofunde o conceito, sugerem-se, à partida, qualidades, aptidões ligadas ao indivíduo. Entende-se, aqui, a capacidade de optar, mas, ao mesmo tempo, de participar

dos processos inerentes à produção, o trabalhar em equipas, organizar, o que, de certa forma, se pode adquirir através da formação. A formação confere um saber técnico e competências.

Ao longo dos anos, os Estados procuraram conferir ao sistema escolar, a formação familiar, um suporte de fator de produção para que a ligação ao mercado de trabalho, cuja transferência de saberes fosse processada a partir destes sistemas escolar e familiar. Assim, “em qualquer caso, os níveis de escolaridade (ensino primário, básico, médio, superior, etc.) adquiridos pelos indivíduos durante a sua passagem pelo processo educativo são imediatamente transferidos para o sistema de emprego enquanto níveis de referência para a qualificação profissional do trabalhador, com um forte papel condicionador sobre a sua futura carreira profissional e sobre a sua localização na estrutura social (riqueza, prestígio, poder, etc.)” (Freire, 2006, p. 301).

A formação tem a potencialidade de reproduzir e posicionar os indivíduos na sociedade. A formação confere poder através de um saber especializado e, ao mesmo tempo, permite aceder aos serviços, adquirir mais capital económico à medida que se alcança mais formação. Mas nem sempre esta relação tem sido de causa e efeito. No entanto, o sistema de mercado, as lógicas contratuais, o contrato coletivo de trabalho que coordena e controla toda uma panóplia de processos legais, como a duração do tempo de trabalho, é visto como um mecanismo de retenção dos trabalhadores. Claramente, a formação adquirida, sobretudo, quando se progride em mais anos escolares, permite escolhas adequadas e confere maior capacidade de produtividade. Baixo índice de anos de escolaridades pressupõe baixos níveis de produtividade.

Com a aprovação de uma lei de aprendizagem em 1984 e da lei de Bases do sistema educativo em 1986, recomeça um longo percurso para habilitar jovens profissionalmente e diferenciar internamente o ensino “unificado sem promover a reprodução das segmentações sociais tradicionais. As escolas profissionais e o sistema de aprendizagem (SA) – com envolvimento das parcerias sociais e financiamentos europeus – foram as primeiras reformas visíveis deste renascimento a que também ficou

associado o modelo pedagógico de «formação em alternância» (na escola e na empresa)” (Freire, 2008, p. 165).

As escolas profissionais e os centros de formação dinamizaram esta componente formativa de forma a minimizarem as carências que certa franja da população apresentava. “Reportamo-nos a cursos ministrados pelo Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil (CITEX) e pelo Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM)”. Estes Centros visam prosseguir “formação profissional inicial e contínua” (Gonçalves, Parente, Veloso, Gomes, & Januário, 1998, p. 149). A nível comparativo com a União Europeia podemos aferir que Portugal está no nível inferior em relação aos seus congéneres, “[...] Portugal aparece nos mais baixo da escala de comparação internacional quanto ao indicador da formação profissional recebida pelos trabalhadores no último ano [...] em 2006” (Freire, 2008, p. 165).

Assim, para melhor performance, as formações passaram a ser feitas no local de trabalho. E, algumas detinham unicamente uma componente técnica. Mas deviam, por outro lado, ser formações para atribuir competências. Por conseguinte, a ênfase recaiu na formação ao longo da vida, sobretudo inseridas nos planos anuais de atividades das empresas.

Cristina Parente, na sua abordagem sobre as empresas como espaço de formação, considera que as empresas “devem adotar métodos de raciocínio que incorporam a inter-relação existente entre a performance social e a performance económica” (Pessoa, 1992: 4) (Parente, 1996, p. 90). A ideia principal é que as empresas sejam espaços em que possa acontecer a criação e manutenção de valores. Assim sendo, espaço pode evitar o reducionismo instrumental do papel estritamente económico das empresas. Isto só acontece mediante o capital dos dirigentes. Se os dirigentes ou os patrões não mobilizarem os capitais culturais necessários, então, a sua concretização não se efetiva.

O espaço das empresas vai se tornando o lugar das práticas e das representações sociais. Os trabalhadores ao fazerem parte dos processos da indústria não se tornam anónimos, pelo contrário as disposições, o habitus de classe, fruto da socialização, mais

se destacam. Assim, “tal como os comportamentos sociais e profissionais dos agentes no espaço de trabalho traduzem elementos que decorrem de processos de socialização fora das empresas, também no seu seio se produzem dinâmicas socioculturais, isto é, sistemas de representações e de culturas que decorrem dum longo processo constitutivo da própria história da indústria, incluindo os movimentos operários, a emergência de novas formas de organização do trabalho entre outros” (Parente, 1996, p. 92). Daí a necessidade de se apropriar do espaço como elemento central para inculcar competências.

Cristina Parente, aborda, ainda, a questão da formação na empresa em duas vertentes. A primeira tende a descrever a empresa como espaço de socialização. Este tipo de formação não assenta nos moldes da socialização primária, mas procura integrar o sujeito na vida social e na cultura no âmbito da organização dos processos da empresa. Assim, existem processos não intencional alocados em virtude do maior grau de inserção de um trabalhador. A socialização sedimenta identidades e valores preexistentes. Nesta, estão inseridos os domínios do processo educativo, incluindo os de aprendizagem. A segunda tende a descrever a empresa como espaço de aprendizagem. A formação na empresa imbrica-se ao projeto da organização para permitir que os recursos humanos façam parte dos processos produtivos. Assim, a formação na empresa potenciará uma aprendizagem muito concreta aos pares constituindo-se em verdadeiro construtor de capitais nos trabalhadores. Assim, mais do que a pessoa em causa à formação visa o profissionalismo, o que, muitas vezes, a escola não habilita. “Passamos de um enfoque individualista da formação para um enfoque organizacional pois o que está em causa é essencialmente a mudança da organização que a formação visa desenvolver” (Parente, 1996, p. 103). Neste sentido, conclui a autora que, este tipo de formação garante que os trabalhadores façam parte do processo de “intervenção, de controlo e de regulação de todo o processo produtivo” (Parente, 1996, pp. 103-104). E, só pela via da formação se pode garantir tais trajetórias.

Neste ponto vinca-se mais o modelo de formação que assenta “[...] no modelo organizacional que designa de “a empresa que aprende” (Parente, 1996, p. 104) preconizado por Pedler. Este modelo visa centrar todo o seu processo no trabalhador

tendo um formador como alguém que vai orientando. Neste, procura-se um papel ativo do trabalhador e mais atraente, no sentido de se distanciar do modelo escolar. É a partir destas nuances que se deve enquadrar e reforçar os aspetos ligados a formação, para fazer face aos deficits escolares. Mas também como critério alternativo as pessoas, quer sejam oriundas de meios favorecidos quer oriundas de meios desfavorecidos.

A formação como processo de aprendizagem no local de trabalho tem vindo a ser um processo que ainda precisa de definir uma estratégia que resulte.

1.3 – Trabalho, formação de classes, profissões, remuneração e formas de salário

Abordar a formação de classe implica, obrigatoriamente, recorrer aos contributos teóricos de alguns sociólogos acerca dos apontamentos sobre a estratificação. Existe uma interligação entre estratificação e classes. Concebe-se a estratificação como as variadíssimas formas de como os agentes se posicionam de forma diferenciada na estrutura social. “Assim, a forma mais simples de definir a estratificação consiste em vê-la como um sistema de desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas” (Giddens, 2009, p. 284).

As classes vistas a partir do interior do sistema de produção capitalista. “Para Karl Marx (1818 – 1883) as classes definem-se a partir da estrutura económica das sociedades, entendida como o conjunto das relações que os indivíduos necessariamente estabelecem na produção social da sua existência. O lugar ocupado nessas relações de produção determina a pertença de classe de cada um” (Almeida , Machado, Capucha, & Torres, 2007, p. 134). Os indivíduos situam-se num lugar no interior das relações de produção, este lugar define o seu poder. E sabe-se que alguns detêm o poder e outros não. Para Karl Marx esta relação é de poder. Formado no interior da relação de exploração. “De acordo com Marx, a relação entre as classes é uma relação de exploração” (Giddens, 2009, p. 286). Por isso, a existência, segundo o sistema capitalista, de duas realidades a burguesia e o proletariado. No seu vasto contributo, “Marx não deixou de assinalar a presença de outras classes e fração de classe, como o campesinato

ou a pequena burguesia, [...]” (Almeida , Machado, Capucha, & Torres, 2007, p. 135). Procurou, ainda, assinalar a grande desigualdade que o sistema capitalista estava a criar e como o proletariado produzia o necessário para a riqueza dos capitalistas. Por isso, para Marx o que tem constituído as classes “[...] é a identidade de rendimentos e de fontes de rendimentos. Temos aqui três grupos sociais importantes cujos membros – os indivíduos que as compõem – vivem respetivamente do salário, do lucro e da renda de terras, da colocação em valor da sua força de trabalho, do seu capital e das suas propriedades prediais” (Marx, S.A, p. 742). Na sua teoria compreende-se que o salário é resultado da venda da força de trabalho. Assim, é necessário possuir uma profissão. Existem os detentores do capital que se apropriam do lucro e aqueles que são os proprietários das terras. Nestas relações de forças, encontram-se posicionadas as classes e situações de classes.

Na mesma linha de pensamento, Max Weber define as classes tendo por base a ordem económica. “Assim, falamos de uma classe quando: 1) É comum a certo número de homens uma componente causal específica de suas probabilidades de existência, em tanto que, 2) tal componente esteja representado exclusivamente por interesses lucrativos e de posse de bens, 3) nas condições determinadas pelo mercado (de bens ou de trabalho) (“situação de classe”)” (Weber, 1964, p. 683). No entanto, seu contributo esclarece que as relações de poder acontecem “na esfera do mercado e de relações de competição entre os indivíduos e grupos que aí jogam os seus recursos, sejam eles a propriedade, a força de trabalho ou qualificações profissionais mais ou menos raras” (Almeida , Machado, Capucha, & Torres, 2007, p. 135). Assim, “Entendemos por “classe” todo grupo humano que se encontra em uma igual situação de classe” (tradução nossa) (Weber, 1964, p. 242). Weber apontava no seu raciocínio outras modalidades na formação de classes. Embora seu pensamento se situasse na linha de continuidade com o de Marx, “o conceito de classe corresponde essencialmente à conceção marxiana de classe social” (Fernandes, 2008, p. 126), no entanto, weber “desenvolveu uma visão mais complexa e multidimensional da sociedade. De acordo com Weber, a estratificação social não é simplesmente uma questão de classes, mas é modelada por dois outros aspetos: o status e o partido” (Giddens, 2009, p. 287). Para

Weber não existem duas classes como descrevia Karl Marx, mas sim “situações de classe” (Almeida, Machado, Capucha, & Torres, 2007, p. 135). Weber aponta para a existência de situações de classe. A formação de classe efetua-se através das situações de classe. “A situação de classe significa, ultimamente, neste sentido a posição ocupada no mercado” (Weber, 1964, p. 684). Para a formação de classes é necessário um conjunto de “fatores económicos”. Factores económicos que remetem para a propriedade. Mas também para os recursos rendíveis no mercado, como a educação. Para Weber possuir um diploma do ensino superior abre várias portas de oportunidades, dá acesso a um emprego qualificado e posiciona o indivíduo numa categoria a ponto de aceder aos meios necessários e construir o seu estilo de vida.

Olin Wright enquadra as classes como um aspeto fundamental das nossas sociedades fazendo-o num enquadramento neomarxista. “Na sociedade capitalista, a forma central de exploração se baseia em direitos de propriedade sobre os meios de produção. Esses direitos de propriedade geram três classes básicas: os capitalistas (exploradores), que possuem os meios de produção e contratam trabalhadores; os trabalhadores (explorados), que não possuem os meios de produção e vendem sua força de trabalho aos capitalistas; e os pequeno-burgueses (nem exploradores nem explorados), que possuem e usam os meios de produção sem contratar outras pessoas” (2015, p. 140). Destas três classes espoletam-se as relações de poder. Daí se pode concluir que se está, somente, perante três classes e nada mais. Pelo contrário, o que importa fazer é compreender e analisar entre os empregados, o que fazem especificamente e como estão divididos. “Especificamente, se queremos que a estrutura de classes ajude a explicar a consciência de classe, a formação de classes e o conflito de classes, precisamos de alguma maneira de entender as divisões dentro da população empregada. Em linguagem comum, este é o problema da “classe média” – pessoas que não possuem seus próprios meios de produção, que vendem sua força de trabalho em um mercado de trabalho, mas, mesmo assim, não parecem fazer parte da “classe trabalhadora” (Wright, 2015, p. 142). A autoridade detida por um trabalhador significa que este exerce um poder de domínio sobre outrem. Logo está numa posição de poder sobre outros. A autoridade tem a ver com a “dominação dentro das relações

capitalistas de propriedade. Para assegurar que os trabalhadores façam o esforço adequado, a produção capitalista sempre envolve um aparato de dominação que inclui vigilância, sanções positivas e negativas, e várias formas de hierarquia” (Wright, 2015, p. 143). Estes trabalhadores não são patrões, mas assumem um poder que os coloca na mesma posição que os patrões e ao mesmo tempo que os trabalhadores. “Assim, ocupam o que chamei de posições contraditórias dentro das relações de classe. Usa-se nessa expressão o termo “contraditórias”, em vez de simplesmente “duplas”, porque os interesses de classe incorporados em cargos de gerência combinam os interesses inerentemente antagônicos de capital e trabalho” (Wright, 2015, p. 143). Por isso, entende-se “a formação de classes é a formação de atores coletivos organizados em torno de interesses de classe, dentro de estruturas de classe;” (Wright, 2015, p. 123). Um outro aspecto de vulto no pensamento de Olin Wright são as qualificações e especialização. Estas interferem diretamente na estrutura organizacional das empresas. Tem sempre a ver com a posse de um diploma que certifica um certo saber e dá acesso ao mercado de trabalho. E, no interior do mesmo, do mercado de trabalho, pode contribuir para salários elevados e funções de chefias nas empresas. “Empregados com elevados níveis de especialização conseguem se apropriar do excedente por causa de sua posição estratégica dentro da organização da produção (como controladores de conhecimento) e por causa de sua posição estratégica na organização dos mercados de trabalho (como controladores de uma forma escassa de força de trabalho). Assim entendida, a posse de qualificações e especialização define uma posição diferenciada dentro das relações de classe por causa de um tipo específico de poder que confere aos empregados. Também pode ser o caso de que especialização, qualificações e conhecimentos estejam associados a vários tipos de “capital simbólico” e estilos diferenciados de vida, como observaram Bourdieu (1984) e outros” (Wright, 2015, pp. 145-146). Os vários tipos de capital simbólico inserem-se no âmbito quer da origem familiar do trabalhador como também na socialização primária ou secundária.

Pierre Bourdieu aborda minuciosamente as classes sociais. “Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das

propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo” (2011, p. 136). Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que seja concebível. A medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo as interações diretas entre os agentes. O autor diz que estas propriedades se aplicam ao “poder e ao capital” (Bourdieu, 2011, p. 136). No livro *A Distinção*, Bourdieu aborda as noções acerca da formação e entendimento sobre as classes, que assenta na noção de “habitus de classe como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; por conseguinte, é preciso construir a classe objetiva como conjunto de agentes que são colocados em condições de vida homogêneas, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas homogêneos de disposições, capazes de gerarem práticas análogas e que possuem em conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, por vezes juridicamente garantidas (como a posse de bens ou de poderes) ou incorporadas, como habitus de classe (e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios)” (Bourdieu, 2010, p. 177). Bourdieu sugere fazer-se ruptura com as noções que Marx preconizava, defendendo que existem outras variáveis que determinam a existência de uma classe. “[...] Uma classe ou uma fração de classe é definida não só pela sua posição nas relações de produção tal como pode ser identificada através de índices como a profissão, os rendimentos ou até o nível de instrução, mas também por uma determinada razão sexual, uma distribuição determinada no espaço geográfico (que nunca é socialmente neutra) e por todo um conjunto de características auxiliares que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios de seleção ou de exclusão reais, sem nunca serem formalmente enunciadas (é o caso, por exemplo, da pertença étnica ou de sexo) [...]”

(Bourdieu, 2010, p. 178). Uma equipa de sociólogos portugueses destaca-se no longo debate teórico da estratificação das classes sociais. Propõe-se um debate sintético de posições sonantes que podem contribuir para esclarecer certas opções de análise desta investigação. João Ferreira de Almeida na sua plasticidade sobre as classes enquadra o conceito nos meandros do tecido social. Onde se conjugam práticas da ação humana. “Ela situa-se, desde logo, não no terreno das ações individuais e finalizadas e da interação, mas no das práticas coletivas produtoras do social, no das relações sociais” (Almeida J. F., 1981, p. 231). Tal como se apresentou o conceito de classes, não é a ação individual que preconiza as classes sociais, mas as práticas coletivas, que conjugadas com as relações, e relações de produção social, desencadeiam um leque de condições na formação das classes. As relações sociais são informadas pelas disposições interiorizadas. Assim, quer ascensão quer a reprodução social são portadoras de interações classistas. “Falar de classes sociais é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais, que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que definem, e falar das estruturas que delimitam duravelmente o espaço em que esses processos ocorrem” (Almeida J. F., 1981, p. 231). Nos espaços sociais exercem-se as condições que formam as classes. Por isso, “a reprodução social não se inscreve, com efeito, em terreno virgem. Se as estruturas condicionantes são resultado de práticas sociais, são-no enquanto cristalizações mais ou menos duráveis em modos de organização económica e social, em sistemas ideológicos, em organizações políticas” (Almeida J. F., 1981, p. 231).

Focando-se em António Firmino da Costa e Rosário Mauritti, no debate das classes sociais têm surgido variações dimensionais, cuja análise centra-se na estrutura de classes. Aponta-se, em linha de conta, os conceitos socioeconómicos, socioprofissionais, educativos, culturais, simbólicos, redes relacionais e outras dimensões circunscritas ao trabalho que definem e estruturam as classes sociais (Costa & Mauritti, 2018, p. 110). Assim, surgem interseções que balizam o conceito de classes. Essas interseções dão conta de múltiplas desigualdades intrínsecas ao campo das classes. Com efeito, na análise da estrutura de classes, no caso europeu, descortina-se duas classes assalariadas de base que estruturam a sociedade: os operários e os

empregados executivos (Costa & Mauritti, 2018, p. 112). Sublinha-se que no seu interior filiam diferentes posições, em virtude da profissão que cada um detém. Um outro dado analítico merecedor de nota são as leituras socio históricas em que afetam os operários, as qualificações, que parece não serem muito aliadas a este setor, e um pendor relacional que engloba os familiares. Afere-se na estrutura social os trabalhadores independentes com capitais económicos e recursos escolares baixos. Logo de seguida, em destaque, estão as profissões técnicas e de enquadramento (PTE) que são os assalariados, com formação escolar superior, e que detém atividade profissional de qualificação quer média quer alta. Empregam-se em setores estatais e empresariais. Este quadrante expressa recomposição social pela via do Estado. “A respeito deste lugar de classe, alguns sociólogos de referência neste domínio usaram no último meio século a designação de classe média de colarinho branco (C. Wrigth Mills), nova pequena burguesia (P. Bourdieu) ou lugares contraditórios de classe (E. O. Wright)” (Costa & Mauritti, 2018, p. 115). Por fim, situam-se aquelas posições mais bem associadas aos recursos económicos, capital escolar, poderes e status, os empresários, dirigentes e profissionais liberais (Costa & Mauritti, 2018, p. 116). Deste modo, torna-se possível reunir para si um leque de condições para desenhar os estilos de vida. Nesta linha de pensamento, os autores em causa, usam a matriz ACM (João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado) em que focalizam a sua atenção na construção das classes em torno destas vertentes: a estrutural, cultural e agenciais. Porém, a tónica recai como critério de análise referencial na vertente estrutural. “[...] Constitui referência fundamental na análise sociológica das desigualdades de classes sociais [...]. Por isso, tal vertente integra matricialmente, como variáveis principais, a situação na profissão (patrão, trabalhadores independentes, trabalhadores assalariados) e a profissão (grandes grupos de profissões ISCO 2008), incluindo dimensões de qualificação profissional e posição hierárquica no trabalho” (Costa & Mauritti, 2018, p. 112).

João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (ACM) salientam, que, para formação de classes é necessário a relação com o trabalho. Daqui se depreende operatoriamente a apropriação de indicadores típicos como:

profissão e relações sociais. Ainda assim, incorporam alguns conceitos que alavancam procedimentos para “[...] análise – o de trajetória de classe, o de famílias de classe e o de rede de relacionamentos de classe [...]” (Machado, Costa, & Almeida, 1989, p. 190). Mesmo que um indivíduo ascenda na hierarquia social, tal percurso insere-se nas trajetórias de classe, nas famílias e muitas vezes na rede alargada de relacionamentos. Assim, construir as classes dos trabalhadores requer ter presente este quadro analítico. É na origem familiar que os indivíduos, tendo incorporado certas disposições através da socialização primária, desenvolvem as condições para a formação de classes. Permitindo que na origem se façam a estruturação que só através das representações são visíveis. As origens de classe, sem que se isole esta variável, exercem influência na construção das posições sociais sendo possível a formação de classes, e na sua reprodução. Assim, as esferas sociais ganham força na análise dessas formação. As variadíssimas formas de acesso ao mercado de trabalho e deter um trabalho ao longo do tempo contribuem para solidificar as representações de classe. Há por assim dizer um leque de convergências na formação de classes (Machado, Costa, & Almeida, 1989, p. 199).

Para melhor compreensão destas estruturas de classes servimo-nos de uma matriz referente às classes. Esta matriz permite compreender o posicionamento dos sujeitos nas classes e frações de classes, e nos lugares de classes.

A tipologia das classes e frações de classes (quadro 1.1) está construída tendo em conta a matriz de construção dos lugares de classe dos indivíduos tem por base as variáveis profissão e situação na profissão (Almeida, Costa, & Machado, 1988, pp. 13-15).

Quadro 1.1 - Matriz de Construção do indicador individual de classe

Situação na profissão Profissões (grandes grupos/CNP 94)	Patrões	Trabalhadores por conta própria (+ trab. Familiares)	Trabalhadores por conta de outrem (+ m.a.c + outros)
1. Quadros sup. da adm. pública, dirigentes e quadros sup. de empresas	EDL	EDL	EDL
2. Especialistas das profissões intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4. Pessoal administrativo e similares	EDL	TI	EE
5. Pessoal dos serviços e vendedores	EDL	TI	EE
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
7. Operários, artífices e trabalhadores	EDL	TI	OI
8. Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	EDL	TI	OI
9.1 Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
9.2 Trabalhadores não qualificados da agricultura e pesca	EDL	AI	AA
9.3 Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	EDL	TI	OI

FONTE: Fernando Luís Machado et al. (2003)

EDL Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais

PTE Profissionais Técnicos e de Enquadramento

TI Trabalhadores Independentes

AI Agricultores Independentes

EE Empregados Executantes

OI Operários Industriais

AA Assalariados Agrícola

Como se pode observar a tabela de matriz de construção de classes, relaciona as variáveis situação na profissão e profissão. Assim, entende-se profissão, algo abstrato, que indica posse de algum tipo de conhecimento, atribuição de uma qualificação em ordem à inserção no mercado de trabalho. Karl Marx não desenvolveu uma teoria sobre as profissões. No entanto, o seu pensamento teve em linha de conta o trabalho e a divisão do trabalho, inserido nos meios de produção capitalistas. Já Max Weber, nos seus livros, acerca das profissões, salienta que está inserido na ação social humana. Assim, existe uma interligação aos conceitos que informam algo distinto, que requer um conhecimento/formação e atividade. “A partir da interpretação das ações dos indivíduos nas esferas sociais, Weber identifica as organizações como configurações burocráticas modernas que contribuem para o desenvolvimento das atividades profissionais” (Schmitz, 2014, p. 13). É a partir dos contexto social que assenta a reflexão

sobre a realidade industrial. Assim, “Por profissão se entende a peculiar especificação, especialização e coordenação que mostram os serviços prestados por uma pessoa, fundamento para a mesma de uma probabilidade duradoira de subsistência ou de ganancias” (Weber, 1964, p. 111).

É no interior das teorias funcionalista que a profissão ganhou um certo cunho, visto, como serviço público. As “primeiras teorizações levadas a cabo por Talcott Parsons a propósito da profissão como orientação para o serviço público e deste modo como detendo uma imagem positiva marcada pela prevalência do altruísmo [...]” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 177). Nesta esteira de pensamento, Maria de Lurdes Rodrigues reforça a ideia de que Parsons surge “com a intenção explícita de identificar os princípios de coerência do conjunto das características das profissões e de constituir uma teoria do seu funcionamento e da sua génese” (Rodrigues , 1997, p. 9).

Só na segunda metade do século XX se vê o desenvolvimento da sociologia das profissões. Tendo por base as teorias de Durkheim, Parsons sublinha as características e funções da profissão. Procurando estabelecer o poder das profissões sobre outras ocupações. “Segundo Parsons, o papel dos profissionais exerce-se na relação com os clientes e é a sua reciprocidade assimétrica (conhecimento/ignorância) que permite a sua institucionalização (autoridade/confiança)” (Rodrigues , 1997, p. 9). O seu desenvolvimento procurou dar corpo a “profissão como um projeto profissional” (Op. Cit. (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 177).

Na mesma linha de pensamento, outros autores que abordaram o mesmo conceito, apontam “[...] a palavra profissão indica a atividade desenvolvida por um trabalhador em termos individuais. Mas mais genericamente serve também para designar uma qualquer atividade específica de interesse económico” (Freire, 2006, p. 320). Pois bem, profissão está ancorada na identificação que os agentes sociais específicos atribuem e no reconhecimento social que fáceis de uma representação, porque do universo simbólico (Freire, 2006, p. 320). Assim, Wilensky “define profissão como uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de atividade económica e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público de que os seus serviços são os únicos aceitáveis” (Rodrigues , 1997,

p. 20). O autor relaciona a ideia de profissão com a atividade económica, a formação e conhecimento. Os três conceitos constituem a construção do conceito profissionalização. Atividade económica vai garantir o lugar que se ocupa no mercado de trabalho e a formação e o conhecimento tornam visível este ofício. Assim, o indivíduo garante o seu lugar na sociedade.

Na discussão teórica sobre o assunto acima referido, a profissão entra no domínio do capital cultural, para ser mais preciso. Será imperioso o papel da escola e de outros centros de formação na validação do conhecimento para se poder atribuir uma profissão. “É geralmente aceite pelos cientistas que mais se dedicaram a sociologia das profissões (entre outros, Carr-Saunders, Parsons, E. Hughs, T. Johnson, M. Larson, M. Maurice, etc.) que aí se devem incluir: Uma formação escolar (pós-básica) prolongada e existente; uma especialização aprofundada do conhecimento e o domínio técnico da sua aplicabilidade prática; a noção de um serviço benéfico prestado à coletividade; a faculdade de julgamento individual sobre os atos técnicos específicos da profissão e correspondente responsabilização legal; um acesso restrito e controlada da profissão; um controlo colegial dos profissionais sobre esse acesso e sobre as condições de seu exercício; e, finalmente, em reconhecimento oficial, publico, da profissão” (Freire, 2006, p. 321). No entanto, para Carlos Gonçalves, falar da profissão, requer incorporar no debate do surgimento da sociologia das profissões. O seu desenvolvimento está ligado ao pensamento funcionalista e consequentes críticas a ele ligado (Gonçalves, Parente, Veloso, Gomes, & Januário, 1998, p. 177). É neste ideário que se poderá afirmar que alguns são profissionais e outros não. A reflexão dos funcionalistas incidia sobre um quadro racional com fortes adeptos norte americanos. A significação conceitual primava por uma clara distinção aos atributos “[...] exclusivos como o altruísmo e a orientação vocacional, a posse de conhecimentos científicos e técnicos, complexos e especializados, obtidos após uma longa formação universitária, utilizados de modo racional e não mercantil, e a orientação das práticas profissionais por princípios éticos e deontológicos” (Gonçalves C., 2008, p. 179). O exemplo mais evidente que clarificavam estas noções centravam em poucas ocupações tidas como profissão: médicos e alguns advogados inerentes a cultura dominante serem apelidados de profissionais.

Em Portugal, as profissões liberais estavam representadas num grupo minoritário de trabalhadores isolados. No entanto, quando se refere as qualificações, o estudo, aponta para existência de uma qualificação média e na disposição de uma escolaridade elementar, tal grupo trabalhava por conta própria. Para além do mais, as sociedades capitalistas foram se confrontando com a existência de outras novas profissões deixando as tradicionais, que não tinham reconhecimento do estado, mas tinham prestígio e reconhecimento público (Freire, 2006, p. 321).

As profissões têm uma relação direta com o poder. “[...] o caso do saber especializado como fonte de poder que é utilizado pelo profissional nas suas relações com o cliente ou utilizador dos seus serviços (o cliente, o arguido num tribunal, o «encomendador» de um projeto de arquitetura, etc.) bem como nas relações com outros profissionais vizinhos, como meio de demarcar territórios de competências e jurisdição profissional” (Freire, 2006, p. 323).

A profissão tem uma relação direta com o Estado, na medida em que, este posiciona-se como quem detém o poder de a conferir “[...] prerrogativas, direitos e reconhecimentos legais, específicos e particulares ao grupo em causa” (Freire, 2006, p. 323). Para que isto seja possível, são as associações profissionais por eles representadas que fazem a mediação na obtenção de uma classificação e no reconhecimento legal por parte do Estado. Assim, a associação é a instituição que exerce um papel fundamental na obtenção de uma profissão.

Da profissão atribuída e reconhecida, o individuo posiciona-se no lugar de classe. Deste modo, a profissão convoca o debate em torno da remuneração e formas de salário.

A remuneração e formas do salário transformaram-se em fenómenos sociais, visto condicionarem a vida dos trabalhadores. Estão interligados ao trabalho, e precisamente, do trabalho e da forma como estava construído se atribuía uma remuneração. Por isso, a importância desta temática ligada ao trabalho. E, só se fala de salário por causa do trabalho. Salário como fonte de rendimento para a dignidade dos trabalhadores.

Karl Marx, no seu livro *o Capital*, aborda a questão do salário que, no seu tempo, tornou-se um problema. Não se pretende discursar sobre os meandros do salário em Marx, mas inserir o seu pensamento. A conclusão que Marx chegou acerca do valor de uso, da força de trabalho, o que mede o quê? “O movimento real do salário apresenta, além disso, fenómenos que parecem provar que não é o valor da força de trabalho, mas o valor da sua função, do próprio trabalho, que é pago. Estes fenómenos podem reduzir-se a duas grandes classes. Primeira: variações de salário segundo as variações da duração do trabalho; [...], segunda: a diferença nos salários individuais de trabalhadores que desempenham a mesma função” (S.A., p.339 – 340). Pois, falar de remuneração é falar de salário (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 78). João Freire, aborda este tema do salário equacionando que o salário é “[...] uma quantia paga em dinheiro pelo empregador ao empregado, em contrapartida do cumprimento de determinadas tarefas profissionais deste, sob a autoridade do primeiro; e encontraremos provavelmente também a referência de que tal quantia é antecipadamente estabelecida e não depende do preço de venda dos produtos ou do lucro, tendo como base jurídica o contrato de trabalho” (Freire, 2006, p. 195). A fonte de rendimento que se refere, o autor, é um excelente diferenciador na estratificação e posição social (Freire, 2006, p. 195).

João Freire, Rego e Rodrigues falam do “salário direto, que integra o «salário como contrapartida do trabalhador» (e que se divide em salário de base, salário remunerado as horas extraordinários e salário ligado as condições de execução do trabalho ou à produtividade do trabalhador), o «salário estatutário», bem como o «salário compensatório» (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 78).

O salário está associado a componente tempo, o período passado à disposição do Patrão. Esta forma de construir o salário por vezes não associa ao custo de vida, às aspirações dos trabalhadores. Deveria surgir uma correspondência entre o tempo de trabalho e o tempo que resta ao trabalhador para um investimento pessoal. Visto desta forma, descure-se outras componentes. “O salário individualizado inclui modalidades diversas, que em comum têm o facto de uma parte da remuneração ser variável, em função da prestação do trabalhador: salário por tarefa autónoma ou à força, salário individualizado ligado à organização do trabalho (salário por rendimento, salário por

produtividade, salário por mérito ou salário personalizado)” (Freire, Rego, & Rodrigues, 2014, p. 78).

1.4 – Trabalho e socialização

O processo de socialização indica as condicionantes que envolvem a vida de um ser humano para que este possa desenvolver-se como tal. Concorrem para isto muitas instituições. Desde logo, no berço, à nascença, está a família e logo a seguir a escola, para, depois, ser introduzido num sistema mais complexo que é a sociedade.

Assim, abordar-se-á a socialização primária como aquela que “constitui a introdução do indivíduo no mundo social, mediada por “outros significativos” impostos (geralmente a família) e, portanto, indutora de uma identificação ao modo subjetivo como estes interpretam o mundo (dependente do meio social e de idiosincrasias biográficas)” (Abrantes, 2011, p. 124). Como se sabe, este processo está ligado a um conjunto de condições que permitem à pessoa desenvolver-se fisicamente e cognitivamente. A pessoa está entregue aos seus familiares mais diretos. É na infância que se inculcam várias disposições, desde a linguagem ao sistema cognitivo. Permitindo reconhecer os modos, os agentes e compreender os mecanismos. “[...] que irão desempenhar um papel decisivo nos modos de interpretar e de agir no mundo social, condicionando a permeabilidade a processos de socialização posteriores” (Abrantes, 2011, p. 124).

A família não é a única instituição neste processo de socialização. As próprias crianças acabaram por se tornar em pequenas instituições. É na infância que se efetua verdadeiras experiências entre pais e filhos. Em que os pais passam as suas disposições aos filhos, mas ao mesmo tempo que vão surgindo outras interferências neste processo, vindo do mundo de fora. Assim, facilmente uma família posicionada num lugar de classe com um volume de capital, pode fazer uma grande diferença no desenvolvimento da criança quando comparado com famílias desfavorecidas.

Ao passo que o processo de socialização secundária tende a ser mais autónomo e racional. “Já a socialização secundária é um processo mais racional, voluntário e

circunscrito de interiorização de “submundos institucionais”, sobretudo, no âmbito da divisão social do trabalho” (Abrantes, 2011, p. 124). Na socialização secundária o efeito da escola se situa na continuidade de certas disposições inculcadas pela família, de modo a garantir que os capitais favoreçam uma forte adaptação aos processos pedagógicos escolares. Assim, os capitais de origem influenciam a trajetória dos indivíduos. “[...] A posição de origem é apenas o ponto de partida de uma trajetória, a referência relativamente à qual se define o rumo da trajetória social (Bourdieu, 2010, p. 191)”.

Como nos aponta a socióloga Dulce Magalhães, que merece destaque, “[...] A escola, incorpora em si determinadas práticas sociais passíveis de se traduzirem, em casos específicos, em título escolar, e este, ao ser capitalizado, tende a consolidar ascensões sociais, ainda que paulatinas, e tanto mais concretas quanto mais elevado for o patamar escolar de chegada. O gosto pela escola, a bem-sucedida adaptação à escola, é passível de revelar um trabalho pedagógico familiar inculcador duma socialização tendente a cristalização, viabilizando a interiorização duma trajetória social virtual futura ascendente [...] (1996, p. 191)”.

O processo de socialização interage com o conceito de trajetória profissional, que, entende-se o percurso ou caminho que o indivíduo percorre desde a vida ativa e a entrada no mercado de trabalho, estendendo para lá da esfera do trabalho. No entanto, para melhor enquadramento há uma forte articulação aos conceitos de socialização primária e secundária que estão na gênese das trajetórias profissionais. De modo que tendem a ser determinantes na forma ou no grau que as trajetórias se orientam, devido as disposições incorporadas.

O conceito trajetórias profissionais evoca uma certa dimensão dinâmica em que os agentes constroem as suas agendas profissionais. Assim, que teorias estão aliadas para o devido processamento? “A trajetória é um percurso que se inicia com a entrada na vida ativa se prolonga até ao emprego atual. É precedida da frequência do sistema de ensino formal e inclui a eventual realização de cursos de formação e de atividades profissionais complementares, a análise dos movimentos de mobilidade escolar e social,

a origem social e o lugar de classe, atendendo, em particular, à natureza do vínculo contratual” (Sousa, 2012, p. 159).

É tão importante porque “[...] o conceito de trajetória nos permite interpretar os percursos de aprendizagem e profissionais como resultado da articulação entre as estruturas sociais objetivas, que a determinam, e a ação social do sujeito, relativa à margem de liberdade e de escolha de que este dispõe na orientação da sua vida; deste modo, ao nível educativo, formativo e profissional, ...” (Sousa, 2012, p. 158). Parece-nos uma forte propensão em valorizar-se somente os processos de aprendizagem e profissionais que decorrem, quase sempre, entre a vida ativa, a entrada no mercado de trabalho e durante o emprego. Por quanto, esta noção esteja patente, ela não determina em todo a trajetória individual.

Um dos aspetos da trajetória profissional relaciona-se com a entrada no mercado de trabalho. Incorporam-se nesta fase as formas e os meios do acesso ao emprego. Supondo que há uma transição do ensino ao mercado de trabalho. Aqui se deve pensar nos capitais que acumulou na relação ao papel que as empresas tendem a desempenhar.

No processo destacam-se as relações próprias do mercado de trabalho. Aqui se deve associar todos os agentes envolvidos quer do lado da oferta quer do lado da procura.

As trajetórias estabelecem uma relação às atitudes e representações sociais dos trabalhadores. Assim, revelam os valores, normas que pelo processo de socialização foram adquiridos. As atitudes, segundo “[...] Jean Stotzel: correspondente a uma disposição estável das pessoas (ou dos grupos) inquiridos, sobre determinado domínio (trabalho, política, religião, etc.), capaz de dar coerência interpretativa a um grande número de comportamentos e de opiniões dos mesmos sujeitos (Freire, 2006, p. 331).

De facto, olhando para os trabalhadores, deve equacionar-se o enquadramento contextual, a rede de proximidade e a relação vertical ou horizontal do sujeito na apropriação de certas disposições. Assim, o meio envolvente, a origem familiar, o núcleo de amizade, são fundamentais nestas disposições, a que podemos designar por “habitus”. Num outro plano, assente numa pura racionalidade, já descrita na sua pura

interioridade, correlaciona-se por níveis cognitivos. Por isso, focalizada no interesse do sujeito (Freire, 2006, p. 331).

Quando abordamos as atitudes devemos apontar para a “[...] representação social que, segundo Jorge Vala (1993), apoiado em Moscovici, deve ser vista como radicalmente distinta da individual, impondo-se ao indivíduo como uma força externa que reforça a coesão do grupo em que este está inserido” (Freire, 2006, p. 332).

Um estudo efetuado por Andrieux e Jean Lignon, realizado em França, apresenta certas tipologias típicas das atitudes do operariado. “[...] era a atitude resignada, a do operário conformado com a sua posição subordinada, na fábrica e na sociedade [...]” (Freire, 2006, p. 332). Esta ideia cria quase sempre a noção de que se é um trabalhador para o salário mensal. Normalmente, assente em teorias preconizadas por Marx, em que o trabalhador é aquele que vende a sua força de trabalho (Marx, S.A, p. 388).

1.5 - Um modelo de análise

O modelo de análise é uma explicação operacional sobre o que se pretende fazer em matéria de conhecimento científico e sobre os passos que se vai dar. A sua explicação é fruto das leituras que se fez, ancoradas nas teorias já consolidadas. O modelo quer, deste modo, apontar para o que, na prática se vai fazer. Não é um apontamento metodológico, mas situa-se no âmbito de um desenho, à volta dos conceitos e dos indicadores. Assim, o modelo de análise “constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 109). A incursão no modelo de análise pressupõe, antes de mais, recordarmos a problemática da nossa investigação. A problemática assenta no trabalho. O trabalho que tem uma relação direta com a duração e condições de trabalho, a escolarização e formação, formação de classes, as profissões, a remuneração, formas de salário e a socialização. Qual a importância destes processos para a compreensão da recomposição social no contexto de Santa Maria da Feira?

O modelo de análise vai responder a uma problemática muito concreta que resultou dos variadíssimos contributos que os autores mobilizados nos apontam. Recordemos as perguntas de partida desta investigação: De que modo o concelho de Santa Maria da Feira se tem vindo a recompor socialmente? Será que a profissão e a situação na profissão exercem um papel gerador de reprodução social ou assumem um papel catalisador de ascensão social? A atividade económica informa processos de recomposição e estruturação? Estas perguntas merecem respostas e são essas respostas, ou algumas delas, que procuraremos estabelecer seguidamente.

Para melhor compreensão do modelo de análise, começemos por apresentar os níveis de análise e os conceitos que nos permitem responder as perguntas de partida, e conduzirem esta investigação. Assim, este trabalho assentará em cinco níveis de análise. No primeiro nível de análise estará Portugal continental, no segundo a Região Norte, no terceiro a Sub-Região entre Douro e Vouga, na quarta o concelho de Santa Maria da Feira e por último a freguesia de Lourosa. Estes níveis de análise quando comparados entre si, fornecem informação sobre como Lourosa, que é a freguesia onde se centra a nossa investigação, pode relacionar-se com Portugal, mas ao mesmo tempo com a Região Norte e a Sub-Região entre Douro e Vouga e o concelho. A informação que daqui resultar pode ser indicativo das assimetrias e das desigualdades existentes no acesso aos recursos para adquirir capital quer cultural quer económico. Para o enquadramento, mobilizar-se-á o conceito de profissionalização que sugere a ideia de um processo dinâmico que envolve conhecimento e atribuição de uma categoria. Não se vai tecer, aqui, um debate teórico acerca do conceito. Mas, pretendemos enquadrar este conceito em função das abordagens que os autores, neste campo, desenvolveram. A profissão enquadra-se num vasto conjunto de situações abstratas e concretas dos indivíduos e grupos. Assim, considera-se a atividade económica como o espaço onde se insere a profissão e na relação direta com o setor de atividade económica. Mas também, o ramo de atividade, se quisermos ser mais específicos. Detendo uma profissão, o indivíduo, será enquadrado na atividade económica e num ramo concreto. Mas sabemos que nem sempre as situações são lineares. No entanto, uma sociedade de mercado estruturado procurará integrar o novo trabalhador. Se os ramos de atividade estiverem situados na

sua proximidade, facilita o acesso ao mesmo. E, se existirem lógicas dinâmicas de contratação, formação, os processos são abertos, transparentes e fáceis. Caso estas dimensões sejam incipientes, resulta, como sempre, em profissões pouco valorizadas e precárias, associando um emprego precário.

Assim, deve-se considerar o trabalho na relação com a profissão, tendo em vista o papel da formação, da escolarização e da socialização nos processos de atribuição de uma profissão. Deste modo, procurar-se-á compreender de que forma a profissão e suas dimensões tendem a reproduzir os estratos sociais. Por outro lado, equaciona-se indagar se a profissão tem sido um meio de ascensão social. Aqui se pode enquadrar a socialização a que este grupo mobiliza, desde a família e até aos graus de relação horizontal. Deter uma profissão coloca o indivíduo numa posição social.

Focando a atenção na profissão, a abordagem vai incidir sobre o setor secundário e concretamente no ramo de atividade da indústria transformadora, onde se poderá verificar a maior concentração de população empregada. Para isso, será necessário, centrar a investigação num tipo de atividade da indústria transformadora que concentra uma percentagem elevada da população. Pensamos que as entrevistas podem suportar toda esta abordagem. No entanto, falar de profissão implica abordar a atividade económica. Só se entende a profissão de um indivíduo através do lugar onde exerce, o que faz, que tipo de contrato aufere, e se é trabalhador por conta de outrem. Aqui, parece-nos mobilizar o conceito de situação na profissão. Os passos a dar neste sentido ficarão a cargo de uma recolha de dados no INE acerca dos indicadores de atividade económica de 2001 e 2011.

A atividade económica é um conceito abstrato que agrupa vários setores e ramos de atividade económica. Desta feita, procurar-se-á radiografar, socorrendo-nos das fontes do INE, alguns dados com indicadores já testados que nos permitirão ler e compreender muitos dos processos. A título de exemplo, abordar-se-á as taxas da população empregue nos setores de atividade, os níveis de escolaridade, a profissão e a situação na profissão.

Daqui, já se pode integrar os setores de atividade económica, que, espelha a segmentação do mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo, as divisões das tarefas no

seu interior. E, por isto, determinantes na aquisição diferenciada do capital económico. Alguns setores das atividades económica pressupõem a existência de ramos de atividades, não dependentes da escolarização. No entanto, tecem uma relação direta com a formação. Da formação resulta capital cultural, este conhecimento prático.

Estes conceitos inserem-se num conjunto muito vastos de indicadores. Assim, pensa-se explorar os setores da atividade económica: o Primário, o Secundário e o Terciário. Estes setores oferecem dados sobre o mercado, a percentagem da população empregada.

A taxa dos níveis de escolaridade da população em causa, nesses níveis de análise, a que, procurar-se-á abordar, trarão ao de cima o grande papel da escola nos movimentos e na recomposição social dos indivíduos. Mas ao mesmo tempo, fruto das várias investigações acerca deste assunto, tratarão de concluir que são as famílias os principais espaços para uma socialização incipiente ou de ascensão social.

O debate em torno da socialização que se pretende analisar e compreender poderá informar os traços e mecanismos do mesmo processo. Dando-nos conta de que em famílias com menos recursos económicos e culturais às logicas de socialização basear-se-ão em códigos restritos. “O “código restrito” se define pela “rigidez da sintaxe e pelo uso restrito das possibilidades formais de organização verbal. É uma forma de linguagem oral relativamente condensada, na qual determinados significados são restritos e a possibilidade de elaboração é reduzida” (BERNSTEIN, 1986, p. 137) Cit. por (Narzetti & Nobre, 2016, pp. 289-290) De modo que, a inculcação de normas e disposições tenderá a reproduzir à mesma condição social. Nas entrevistas a realizar procurar-se-á analisar as correspondências destas nuances. Por outro lado, “a tese de Bernstein (1986, 1982) é que o fator determinante para o desenvolvimento dos códigos seria as formas diferentes de socialização que a criança recebe no ambiente familiar. Isto é: haveria formas de socialização distintas nas famílias de classe média e nas famílias de classe trabalhadora, e essas formas de socialização estariam diretamente relacionadas à aquisição ou de ambos ou de apenas um dos códigos (Bernstein sustenta que os indivíduos de classe média dominam os dois códigos, enquanto os indivíduos de classe trabalhadora dominam apenas o código restrito)” Cit. por (Narzetti & Nobre,

2016, pp. 291-292). A própria formação e a família destacam-se como dimensões que permitem aceder a uma profissão mais qualificante ou não. Na família adquirem-se disposições, certos habitus, para mais facilmente optar por profissões complexas. Procurar-se-á, através de entrevistas, compreender as noções e atitudes dos trabalhadores perante o trabalho, a sua satisfação e os mecanismos que estiveram no acesso da profissão detida. Neste sentido, é necessário formular algumas hipóteses como resposta às perguntas de partida. São os processos de socialização que contribuem para a formação de classes. A profissão tem sido o fator de recomposição socioprofissional no tecido social.

1.6 – Abordagem metodológica

A estratégia metodológica da investigação que se propõe percorrer centra-se em dois paradigmas. O primeiro designado pós-positivista alicerçado num longo processo de revisão da literatura, onde a teoria assumirá a função de comando (Almeida & Pinto, 2009, pp. 57,58 e 62). Parte-se para o terreno com um caminho traçado. Esta estratégia está articulada com a coleta de dados. Para dizer que nos serviremos das bases de dados do Instituto Nacional de Estatística.

O segundo, será uma abordagem construtivista, em que se centra numa perspetiva qualitativa, onde através de um estudo de caso alargado faremos uma análise em profundidade, onde os aspetos mais subjetivos e as opiniões dos agentes serão mais consideradas. Assim, a abordagem construtivista exigirá a colocação de questões abertas, querendo captar os significados que as pessoas dão as suas trajetórias. Esta abordagem permite captar os que os dados não oferecem.

Estas duas abordagens articuladas entre si permitem acionarmos uma pesquisa de métodos mistos, sequencial e explicativa. A pesquisa quantitativa que se baseia na recolha de dados estatísticos sobre a história económica e social do concelho e coadjuvada com explicação de foro mais qualitativo, socorrendo-nos de uma descrição narrativa para dar vida aos dados recolhidos, facilitará muito do processo. Recuperando

estratégia escolhida: destaca-se o esforço que se tem que fazer acerca das leituras e revisão da literatura. Seguir-se-á uma análise e compreensão dos dados.

O método de pesquisa que definirá esta investigação será de interpretações de dados estatísticos. Ambos os dados quantitativos e qualitativos serão coletados, analisados e interpretados. Implementaremos entrevistas semiestruturadas. Começar-se-á por definir a nossa amostra. A amostra deve ser representativa, seguindo as regras da prática científica. Proceder-se-á ao tratamento com a análise de discurso.

O objeto de estudo visto em duas vertentes: uma mais macro que engloba uma reflexão mais generalizada de caracterização, envolvendo cinco níveis de análise: Portugal, O Norte, A SubRegião entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira e Lourosa, construção de um quadro conceitual e recolha de equipamentos económicos que existem em Santa Maria da Feira como concelho no seu todo; uma outra refere-se a uma posição micro, mediante uma apropriação de uma abordagem mais qualitativa, na convergência com a abordagem quantitativa que tem como objeto de estudo o concelho de Santa Maria da Feira, concretamente a freguesia de Lourosa de onde se vai aplicar as entrevistas. A escolha de Lourosa relaciona-se com o fato de ser uma freguesia do concelho com forte dinamismo industrial, maior concentração de mão de obra e por ser cunhada a cidade da cortiça

A entrevista foi a técnica que se escolheu para a recolha de informação. Assim, esta técnica relaciona-se com as hipóteses desta investigação.

Na sequência do que se tem vindo a abordar, a entrevista enquadra-se nesta investigação pelas potencialidades que apresenta. A busca de profundidade de um determinado fenómeno social que não é possível com o recurso ao questionário e à análise aos dados estatísticos (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 194). “Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192). O encontro pessoal, sempre que possível, facilita um determinado propósito teórico-metodológico. O entrevistador pode fazer observação direta e indireta. As formas miméticas, a linguagem verbal, a posição e os artefactos são informações que o entrevistador recolhe para a sua investigação.

Com a entrevista é possível “[...] uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192).

A entrevista presencial promove a sociabilidade entre o entrevistado e o entrevistador. “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistado, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguette, 1987, p. 86).

No leque das entrevistas não diretivas, semidiretivas e diretivas, optou-se pela entrevista semidiretiva. Esta tem uma representatividade de utilização. “A entrevista semidiretiva, ou semidirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social. É semidiretiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192). O entrevistador dispõe de um guião ou grelha de perguntas definidas a priori, onde as questões são abertas. “[...] existe um esquema de entrevista (grelha de temas, por exemplo)” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 84).

Ainda, assim, a entrevista semidiretiva tem a faculdade de verificar e aprofundar uma realidade que já se conhece.

Considera-se para o efeito, depois de definida a técnica, o recurso ao método de recolha de dados. Uma técnica que se revela fundamental em trabalhos de investigação social. Com efeito, toda investigação tem uma técnica. Não pode existir desconexão entre a estratégia metodológica e a técnica. “A investigação em ciências sociais e humanas recorre a uma variedade de métodos e técnicas, ou seja, instrumentos adaptados também à variedade dos fenómenos. A natureza do problema de investigação determina o tipo de instrumento a utilizar na recolha dos dados” (Dias, 2010, p. 90)

A recolha de dados estabelece o formato de proceder diante de pessoas. “Esta operação consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas

junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 183). A recolha destas informações teve como objetivo: responder as hipóteses e as teorias formuladas nesta investigação. Assim, importa precisar que a recolha assenta na confiança e na capacidade de convencer o entrevistado a sentir-se bem, de modo a responder satisfatoriamente as perguntas. Com efeito, a recolha de informações obedece a critérios bem precisos. A recolha de dado foi feita presencial. Significa dizer que o entrevistado esteve diante do entrevistado.

Está técnica foi sendo revista pelo investigador no sentido de evitar que se torne um inibidor. Foi bastante útil na recolha dos dados.

A finalidade foi recolher dados: sociodemográfico, percurso escolar, trajetória profissional e representações e expectativas sobre o trabalho. Ao recolher-se as informações através de um gravador, teve-se o cuidado de não deixar que a entrevista fosse uma conversa banal. Apesar da flexibilidade e das palavras cordiais, pelo que, se pode “[...] pensar que esta relativa flexibilidade os autoriza a conversarem de qualquer maneira com os interlocutores” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 194).

A construção do guião da entrevista assentou numa estrutura que se dividiu em 5 partes, estreitamente ligadas às teorias e hipóteses da investigação (ver o Anexo). Neste sentido, a primeira parte assenta na introdução, que, pressupõe, o elo que cria um ambiente saudável, motiva a pessoa, uma fase que se vende bem o peixe. Na segunda parte começa a fazer parte dos reais escopos teóricos e hipotéticos da investigação, e corporiza a caracterização dos entrevistados, incluindo questões sociodemográficas: género, idade, estado civil, escolaridade, profissão, residência, agregado familiar. Na terceira parte procurou-se perguntar acerca do percurso escolar e cultural: escolaridade, gostos culturais. A quarta parte centra-se nas trajetórias profissionais: entrada no mercado de trabalho, formação profissional, trajetórias dos pais. A quinta parte refere-se as representações e expectativas sobre o trabalho. Por último, quase uma sexta parte, fez-se os agradecimentos aos entrevistados pelas disponibilidades e as suas respostas.

Logo de seguida partiu-se para a aplicação das entrevistas. Deste modo, foi-se seguindo alguns procedimentos com recurso algumas técnicas que procuraram fazer

com que o entrevistado respondesse objetivamente as questões. Aplicou-se as técnicas clássicas que permite a repetição da questão, o uso de expressões para concordar, os pedidos neutros como: que quer dizer; repetição de tema.

Os critérios que estiveram na base da seleção dos entrevistados têm uma relação direta com as teorias e as hipóteses. Assim, estiveram na base os seguintes critérios: população empregada, emprego situado em Lourosa, setor de atividade indústria transformadora: setor corticeiro.

Estes critérios basearam-se em procedimentos metodológicos exploratório. Em que se fez em primeiro lugar uma recolha de dados estatísticos, consequentemente suportado por algumas leituras e em segunda lugar por entrevistas exploratórias que são sempre acompanhadas por observação e análise documental.

Com efeito, já que se propõe compreender a recomposição socioprofissional em santa Maria da Feira através de Lourosa, preocupou-se em descrever a dinâmica empresarial do contexto em apreço, que, na análise aos dados, tece amplamente feitos industriais em torno do setor da cortiça. O levantamento de dados justifica-se pelo polo corticeiro que notoriamente empregador e de forte dinâmica empresarial. Ficou nitidamente plasmado nas entrevistas.

Foi crucial proceder à recolha e análise de dados documentais que caracterizassem e contextualizassem o concelho e a freguesia de Lourosa. Daí servir-se dos sites camarário, da freguesia de Lourosa e da APCOR.

Assim, tendo recolhido os dados que suportam esta investigação, as entrevistas, procedeu-se ao tratamento e análise das informações com recurso a análise de conteúdo. Esta mostrou-se central na investigação. Seguindo os critérios e características desta técnica, organizou-se as entrevistas por categorias e as suas dimensões de análise, próprias para um estudo intensivo. “Neste sentido, a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teóricos-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência” (Guerra, 2006, p. 62). Com efeito, a análise descritiva

visa compreender os significados, as percepções e as trajetórias dos entrevistados, de modo a inferir num grau mais alargado.

Por isso, as hipóteses teceram novas reconsiderações face ao inicial estabelecido. “A partir da análise de conteúdo do discurso dos entrevistados, tornou-se possível, através da reunião de dados e da sua organização e classificação, concretizar e ampliar o número de hipóteses. Em conformidade com as características da metodologia intensiva de estudo de casos, as hipóteses de partida foram, portanto, sendo reconfiguradas ao longo do processo de investigação, já que um dos objetivos era também que a própria análise empírica contribuísse para a construção do quadro de interpretação desta investigação” (Melo, 2014, p. 51).

Dada a informação realizou-se análise temática, formal e estrutural que contempla: a análise categorial vertical e horizontal. “A análise vertical é aquela que se debruça sobre cada sujeito separadamente: passam-se em revista os diferentes temas que elaborou, o que ele disse, e tenta-se, eventualmente, uma síntese individual. A análise horizontal trata cada um dos temas, salientando as diferentes formas sob as quais ele aparece nas pessoas inquiridas” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 223). A análise vertical e horizontal apontou para as regularidades acerca dos temas, situando-nos para uma homogeneidade, e na singularidade que espelhou a heterogeneidade. Mesmo assim, não foi fácil a sua aplicação. Dada a enorme independência a ser verificada pelo investigador.

Capítulo 2 – Breve Contextualização demográfica e socioeconómica dos contextos em estudos

Introdução

O presente capítulo pretende ensaiar um breve retrato dos processos inerentes a industrialização que informam a inserção e presença da população nos setores de atividade económica. Assim, o seu objetivo principal centra-se em estabelecer relação com os adquiridos teóricos abordados no primeiro capítulo. Por isso, a concretização destes objetivos passará por apresentar uma breve contextualização do concelho de Santa Maria da Feira e de Lourosa, breve contextualização sobre o processo de industrialização, em que se descreverá o surgimento da indústria, a sua evolução e o seu impacto em Portugal. Um olhar à caracterização da população ativa; analisar-se-á os indicadores de atividade económica, debruçando-se sobre as classes e relação com a escola. São dados secundários que ajudam a ler o retrato dos contextos em apreço. No sentido de relançar a temática da investigação. Assim, um tal exercício informará a leitura da estrutura da atividade económica. Visto que é neste campo de análise que se pode colher informação relevante acerca dos setores de atividade que dinamizam a Região Norte e no seu interior o concelho de Santa Maria da Feira e a freguesia de Lourosa. Quanto à escolaridade, os dados a serem reportados indicarão a população com níveis de escolaridade. O retrato a que se propõe versará uma análise minuciosa aos indicadores estatísticos da atividade económica recolhidos na base de dados do INE dos Censos de 2001 e 2011. No entanto, face aos objetivos desta investigação a análise incidirá em cinco níveis de análise: Portugal, o Norte, Entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira e Lourosa. Especificamente, centrar-se-á em Santa Maria da Feira com algumas ligações a Lourosa.

O capítulo terminará com considerações finais. Elaborar-se-ão alguns traços específicos do setor corticeiro que contribuirão para projetar o terceiro capítulo.

2.1 – Contexto de análise em Santa Maria da Feira e Lourosa

Santa Maria da Feira nasce em tempos próximos da fundação de Portugal. A sua constituição deriva de uma certa povoação, às portas do famoso Castelo, que, originou a marca do concelho. O Castelo era o ponto de encontro das pessoas e dos negócios, vendas e feiras. A feira ganhou uma tal dimensão que deu nome à terra. Nomes e atribuição de fundação são aos aspetos mais consensuais da sua história, ocorrendo por volta do século X e XII, respetivamente. “Não há certezas quanto à data da sua formação, no entanto, o primeiro documento que faz referência a Civitas Sanctae Mariae surge no ano de 977, antes da fundação da nacionalidade, enquanto que a primeira identificação de “Feira” com Santa Maria aparece apenas em 1117. O selo do Concelho da Feira surge no ano de 1284, e quase três séculos mais tarde, em 10 de Fevereiro de 1514, a Feira recebe foral de D. Manuel I, tendo o rei reconhecido os esforços desta localidade na construção da nacionalidade portuguesa. É daí então a origem da Feira como capital de território, a que mais tarde, já no século XX, se viria a designar sede de concelho” (Melo, 2014, p. 141).

No seu ordenamento contam-se a integração de 31 freguesias. Mas com a nova configuração surgida em 2014, sob proposta do governo de Passos Coelho, algumas freguesias acabaram por fazer uniões, ficando o seu município reduzido.

Santa Maria da Feira é um concelho que se localiza no Norte de Portugal. Entretanto, integrou a NUTS 2, que na divisão regional do Norte integra a Sub-Região entre Douro e Vouga (segundo a antiga nomenclatura de 2002), sendo um dos concelhos do distrito de Aveiro. Confronta-se com Vila Nova de Gaia, Espinho, Ovar, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Arouca e Castelo de Paiva. Deste modo, a sua localização facilita o acesso às principais vias para as cidades da região, como a cidade do Porto e Gaia. “É um território central, próximo ao Douro e ao mar, no cruzamento de vias comerciais importantíssimas, uma marítima e fluvial e outras terrestres, facto que só por si justifica a existência aí dum castelo medieval para vigiar principalmente a antiga estrada que liga o Porto a Coimbra” (Melo, 2014, p. 142).

Figura 2.1 – Mapa de Santa Maria da Feira



Fonte: Site Agrupamento da Arrifana

Santa Maria da Feira é um concelho que tem vindo a demonstrar um crescimento populacional bastante elevado.

A integração na Grande Área Metropolitana do Porto deu maior mobilidade e reforçou os pontos de ligação aos centros urbanos como o próprio Porto, Gaia, Espinho e São Joao da Madeira, permitindo dinâmicas de concentração populacional e dinâmicas industriais. “Na sequência da entrada em vigor da Lei 10/2003 de 13 de Maio, a Área Metropolitana do Porto fez a escritura pública de adaptação a 6 de Julho de 2004, passando a designar-se por Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP). Trata-se de um espaço centrado no município do Porto que se encontra rodeado por uma primeira coroa de municípios: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. A segunda coroa de municípios era, até 2004, composta pelos municípios mais periféricos: Póvoa de Varzim e Vila do Conde (a Norte) e Espinho (a Sul)” (Melo, 2014, p. 143 e 144).

No que se refere à freguesia de Lourosa formou-se em 1128. Pertence ao concelho de Santa Maria da Feira, do Distrito de Aveiro. Há resquício da sua formação anterior à constituição do Condado Portucalense por volta de 1095.

Algumas datas mencionam o seu percurso emblemático em que por meio de documentos, forais, destacam a sua existência e importância. “Em 1322 há referências aos Mosteiros de Pedroso e Silvalde e, mais tarde, em 1363, o rei D. Pedro I deu de foro a António Miguel e sua esposa, Iria Domingues, uma casa na aldeia de Lourosa, o que prova que o rei tinha jurisdição secular sobre a região. Em 1371 Lourosa passou a fazer

parte da Diocese do Porto, antes pertencente à de Coimbra. Em 1514, foi incluída no foral, cedido por D. Manuel à Feira e Terra de Santa Maria. Nesta época, Lourosa vivia fundamentalmente da terra, sendo a agricultura a atividade máxima da sua grande economia. Cultivavam-se, sobretudo, cereais (aveia, centeio, cevada, milho e trigo) e criavam-se animais domésticos” (Lourosa, <https://www.if-lourosa.com/historia#hist>).

A freguesia de Lourosa passou por processos de transformação. “Assim, Lourosa foi denominada de vila no dia 25 de Setembro de 1985 e, a 19 de Abril de 2001, os Lourenses viram a sua terra ser elevada a cidade. Presentemente esta cidade é famosa por se tratar da cidade dos três C's: Cidade Capital da Cortiça, indústria preponderante nesta região” (Lourosa, <https://www.if-lourosa.com/historia#hist>). Existem outros registos que confirmam esta importante evolução. “Lourosa é elevada a vila em 25/09/1985, publicada em Diário da República, [...]” (Reis , 1989, p. 3).

Está localizada no eixo de ligação ao Porto, Gaia, a cidade de Aveiro e Coimbra. Faz fronteira “[...] a norte com a freguesia de Mozelos e Argoncilhe, a sul com a de São João de Ver, a este com a de Fiães e a Oeste com a de Lamas” (Reis , 1989, p. 3).

A sua posição geográfica confere-lhe certo dinamismo empresarial. Por estar localizada aos acessos que lhe permitem escoar os produtos, quer via terrestre quer via aérea e marítima. Esta a escassos minutos do aeroporto Sá Carneiro, do Porto Leixões e a cidade do Porto. Tem sido um centro de investimentos.

A sua grande importância centra-se por ser a terceira mais populosa no concelho de Santa Maria da Feira e ser a capital da cortiça.

2.2 – Contextualização sobre o processo de industrialização

A narrativa do processo de industrialização é bastante remota. Tem-se apresentado como marco do processo a fase pré-industrial ou como alguns designavam de proto-industrialização.

A industrialização foi um amplo processo de interação a muitos níveis de correspondência. Por um lado, o elevado crescimento demográfico e a agricultura; por

outro lado, as invenções técnicas, os novos meios de comunicação mais rápidos; contribuíram para o acelerar de certos processos indústrias já alavancados.

A acumulação de capitais, quer cultural e quer económico, mas sobretudo o cultural, do século XIII e em diante, foram determinantes para potenciar o seu desenvolvimento.

Mas foi por intermédio do surgimento de certas inovações industriais, no século XVII, que o processo marca novos desenvolvimentos. “Essas inovações foram o processo de fundição do minério de ferro com coque, que libertou a indústria do ferro da dependência exclusiva do carvão vegetal, e a invenção do motor atmosférico a vapor, uma nova e poderosa máquina motriz que complementou e acabou por substituir os moinhos movidos a vento e a água como fontes inanimadas de energia” (Cameron, 2004, p. 201).

Por isso, o combinar de conhecimento acumulado e o surgimento destas inovações, foi possível cunhar o processo de pré-industrialização. Neste sentido, todos estes processos provocaram o surgimento da fábrica (Carpentier & Lebrun, 2002, p. 249).

O grande lastro do conhecimento é aqui aplicado. Mas foi na esteira das invenções científicas que os processos industriais galvanizaram os seus desenvolvimentos. Já estavam ligados aos desenvolvimentos vindos dos séculos XII... e XVIII, a que “[...] com o florescimento das ciências químicas e elétricas, é que as teorias científicas forneceram as bases para novos processos e novas indústrias [...] e no princípio do século XIX foi a grande proporção de inovações importantes efetuadas por engenhosos latoeiros, mecânicos e engenheiros autodidatas [...]” (Cameron, 2004, pp. 193 - 194).

Todavia, um conjunto de indústrias já perfilavam o processo: a indústria têxtil, a indústria química, a indústria do carvão e a indústria do ferro. Assim, a industrialização procurou o seu próprio espaço promovendo alterações nas políticas socioeconómicas.

A aproximação aos cursos de água, aos meios de transportes de mercadoria como os caminhos de ferro deram consistência ao processo. Este processo reconfigurou os espaços. “Como Ahston escreveu, as mudanças não foram meramente industriais,

mas também sociais e intelectuais” (Cameron, 2004, p. 193). Graças as mudanças ocorridas no campo intelectual se podem firmar o desenvolver do processo industrial.

Como as mercadorias eram transportadas por via marítima, viu-se retardar o desenvolvimento da industrialização sobretudo no continente europeu.

No decorrer do século em apreço verifica-se uma reorganização na estrutura produtiva. Substitui-se os artesãos e passa-se a usar o trabalho doméstico. Porém, “na segunda metade do século XIX, ocorre uma certa transformação na evolução industrial, caracterizada como “um processo mais ou menos lento e discreto de reorganização do sistema produtivo, mais do que uma mudança ou substituição brusca de um modo de produção por outro. O sistema fabril vai manter e utilizar o trabalho doméstico, retirando ao artesão em definitivo o controle sobre os meios de produção, mas não o deixando desaparecer de facto” (Cit. por Maia, 2016, p. 31).

A expansão da indústria originou o surgimento de novas problemáticas para a cidade. Certa população deixava o campo para adquirir emprego nas fábricas. Este movimento deparou-se com a inexistência de legislação industrial, afinal, estes problemas situam-se no início do processo. Assim, questões ligadas à habitação, condições sanitárias, insalubridade e poluição foram os problemas com que a indústria se defrontou e que tinha de solucionar. Porque tais problemas em alguns contextos do mundo surtiram efeitos nocivos na saúde da população. “Face a esta situação de instabilidade social e ambiental, aumenta o descontentamento da população que reivindicava por melhores condições de habitabilidade, higienização, de saúde e de segurança. Deste modo, as autoridades governamentais procuravam responder dignamente aos cidadãos, por meio de normas e leis que começam então a ser publicadas, de forma a melhorar o desempenho ambiental da indústria e a beneficiar o crescimento da atividade produtiva” (Maia, 2015, p. 31).

Assim, começaram a surgir intervenções urbanistas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população das cidades e o ambiente urbano, desde a construção de jardins, parques públicos e a integração dos espaços verdes já existentes e criação de novos, até reformas mais estruturais, que contemplaram modificações profundas nas infraestruturas das cidades (Maia, 2015, p. 32).

O processo industrial encontrou o seu forte aliado para se expandir e sustentar os seus tentáculos na revolução tecnológica. Assim, no século XX assiste-se a profundas transformações que vão afetar o sistema industrial. As fontes de energia que são fundamentais a todo processo, com base no carvão, substituem-se “[...] por novas e mais baratas e fáceis de movimentar [...]” (Maia, 2015, p. 32). “Ao mesmo tempo, a nova revolução do transporte, associada à descoberta do motor a combustível e, mais tarde, à aeronáutica, introduziram uma nova contração das distâncias em termos de tempo e de custos. Paralelamente, dá-se o aparecimento e a difusão de novos materiais (como o alumínio, os plásticos, as fibras sintéticas, o material elétrico, etc.) e de novos produtos de consumo. As primeiras alterações no processo de produção pressupõem uma crescente racionalização do trabalho, de acordo com os pressupostos de Frederick Taylor, tendentes à máxima fragmentação e especialização da atividade, através do controlo de tempo e de movimentos, em conjunto com o aumento constante dos rendimentos e da produtividade (Cit. por Maia, 2016, p. 32 e 33).

O surgimento do Fordismo agudizou as mudanças que se verificavam. Libertou o homem da produção manual para uma produção através da máquina. Ainda assim, considera-se que a implementação deste sistema conduziu a um sistema de produção em massas. Mas ao mesmo tempo foi surgindo novas formas organizacionais, produção em serie, uma profunda e consistente divisão social do trabalho. O que permitiu a manutenção do posto de trabalho. Mas por outro lado, o sistema fordista foi fundamental no desenvolvimento de outras indústrias e serviços.

Este sistema corporizou uma nítida distinção entre força de trabalho especializada e não especializada

Uma outra perspetiva do processo de industrialização insere-se numa fase de reconhecida pressão internacional. As empresas que se tornaram internacionais viam-se a contas com uma concorrência que punha em causa todo um sistema. “Este período fica marcado pela retração do “processo de concentração de recursos e crescimento industrial nas áreas metropolitanas”, pondo em causa o modelo da “metrópole industrial”. “A maioria das grandes aglomerações sofreram processos de reestruturação dos sistemas produtivos, perderam emprego industrial de uma forma drástica e muitas

instalações industriais foram abandonadas”, sobretudo no que se refere aos setores ditos tradicionais (Cit. por Maia, 2016, p. 36).

Começa-se por verificar o surgimento de pequenas e médias empresas. Que no seu apogeu está a existência do uso de tecnologia. Assim, ressurgem as empresas em rede, mas ao mesmo tempo um aglomerado de empresas. No anterior regime, as empresas estavam dispersas. Nesta fase as ideias gravitavam em torno de melhores acessibilidades. “O espaço, exerceria funções de articulação entre os segmentos das fileiras produtivas desintegradas, num quadro de intensificação da divisão técnica e social do trabalho, comparáveis às exercidas por uma gestão única na integração vertical. Essa era, na essência, a base de funcionamento dos (novos) distritos industriais pós-fordistas” (Cit. por Maia, 2016, 36).

A industrialização em Portugal faz-se à conta de pequenas oficinas em cujo centro estão os artesãos com poucos trabalhadores, à volta de Lisboa e Porto. É nestes territórios que se dinamizam as produções em menor escala. De tal modo que, caracteriza-se como um processo lento e tardio. “A industrialização portuguesa foi um processo bastante lento e tardio. A título explicativo, Maria Madalena Magalhães (1992), recorre aos Inquéritos Industriais e finais do século XIX, e verifica que, em Portugal, os núcleos mais urbanos caracterizavam-se ainda pela produção em pequena escala, sobretudo de manufaturas de carácter familiar e com reduzido número de trabalhadores” (Maia, 2015, p. 30).

O surgimento da máquina a vapor em Alcântara no século XIX marca o início do processo de industrialização. A sua expansão a todo território português foi bastante lenta. “A industrialização prosseguiu na segunda metade de Oitocentos, particularmente em certas zonas do País, entre as quais se contam algumas delas no Alentejo – como têm mostrado trabalhos, por exemplo, de Hélder Fonseca, Paulo Guimarães e Ana Maria Cardoso de Matos –, Marinha Grande, Covilhã, distritos de Aveiro e do Porto e Vale do Ave” (Faria & Mendes, 2010, p. 83).

As virtualidades do território português, na abundância de recursos hídricos ditaram o caminho a ser tomado. Enquanto alguns países europeus usavam a máquina a vapor, Portugal servia-se da energia hidráulica. “No Vale do Ave esse fenómeno

também se verificou de forma muito evidente. Assim, para se avaliar o ritmo e a intensidade da industrialização não basta atender, sem mais, ao indicador constituído pela utilização de máquinas a vapor e sua potência” (Faria & Mendes, 2010, pp. 83 - 84).

A industrialização prosseguiu na transição do século XIX para o século XX, em alguns casos de forma bastante intensa. Como exemplos podem citar-se a indústria vidreira, na Marinha Grande, e o Barreiro, após a instalação da CUF e da construção das diversas unidades industriais, a partir de 1908, cujo centenário nos encontramos a comemorar (Faria & Mendes, 2010, pp. 83 - 84).

Durante o Estado Novo, o condicionamento industrial, estudado por José Maria Brandão de Brito e as preferências agraristas de alguns responsáveis máximos do regime político, como tem sido sublinhado por vários autores, contribuíram para que o crescimento industrial fosse moderado, até aos anos 50, não obstante o «combate» tenaz travado por alguns, com destaque para Ferreira Dias e Ezequiel de Campos. Portanto, Portugal foi-se industrializando – Manuel Lisboa fala da «industrialização possível» –, mas não chegou nunca a fazer a sua Revolução Industrial, se considerarmos o País na sua globalidade (Faria & Mendes, 2010, pp. 83 - 84).

A fase de impulso económico surgiu depois da segunda guerra mundial. Não só em Portugal como resto dos países europeus. A implementação dos planos económicos para recuperação da economia teve como impulsionador os Estados Unidos da América. Mas também a entrada de Portugal na OCDE.

Mereceu importante atenção por parte do Estado, face a uma conjuntura favorável, o investimento de fundos públicos em certas indústrias do país, evitando que o país continuasse a importar certos produtos. "Neste âmbito de preocupações se compreende a decisão de investir fundos públicos em indústrias base, dos adubos químicos, do ferro, do cimento e de equipamentos industriais, e na produção de energia” (Lains, 1994, p. 927).

O surgimento de algumas organizações veio corrigir as políticas económicas europeias que barravam as exportações dos países, para incentivar a produção industrial. “Destas negociações surgiu a primeira instituição europeia de coordenação económica, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a dar origem

à Comunidade Económica Europeia (CEE), criada em 1956, em Roma, entre a França, a Alemanha, a Itália e o Benelux” (Lains, 1994, p. 929).

A alteração de rumo em Portugal surgiu em virtude da adesão à EFTA, em 1960, permitindo a entrada de algumas indústrias no mercado internacional. Como exigência da concorrência, Portugal era obrigado a exportar certa quantidade do seu produto. Isto permitiu o desenvolvimento de alguns setores industriais. “De entre os sectores que estavam preparados para a exportação encontram-se alguns em que Portugal já tinha alguma experiência nos mercados internacionais, como as cortiças, os vinhos, as conservas, e outros em que a experiência era apenas com os mercados coloniais, como o sector do vestuário, o grande sucesso do país nos mercados da EFTA” (Lains, 1994, p. 931).

O grande impulso da industrialização verificou-se no pôs 25 de abril nos finais de 80, em que Portugal pressionado pela redução do papel do estado na economia, promovesse uma política mais liberal, veio a concretizar-se com a adesão a CEE, em 1986. Esta adesão, em virtude dos seus objetivos, permitiu a Portugal aceder aos fundos estruturais.

A industrialização em Portugal viu o seu crescimento influenciado pela adesão a EFTA, datado em 1956. Nos anos seguintes foi sofrendo um abrandamento.

Merece nota de destaque os anos vigorados entre 1956 e 1973, embora tenha abrandado, o facto de que, por intermédio de Marcello Caetano, Portugal venha assinar o acordo com a CEE.

É importante referir que Portugal caracterizava-se por um país com um défice de capital humano.

2.3 – Caracterização da população ativa de Santa Maria da Feira

A análise centra-se na população ativa, em Portugal, e atenta na repartição desta entre homens e mulheres (Quadro 2.1). Assim, em 2001 nota-se que os homens em todos os níveis eram tinham maiores registos de ativos, com cerca de 54,95% contra os 45,05% das mulheres. No país existiam mais homens ativos. A Região Norte, a Sub-

Região Entre Douro e Vouga, o concelho de Santa Maria da Feira e a freguesia de Lourosa mantém a tendência. Mas descobre-se que nestes níveis os homens estão acima do valor nacional. Exceto Lourosa que está algumas décimas abaixo do valor de referência nacional.

Quadro 2.1 - População ativa (% 2001 e 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001		UNIDADE GEOGRÁFICA	2011	
	H	M		H	M
Portugal	54,95	45,05	Portugal	51,83	48,17
Norte	55,60	44,40	Norte	52,64	47,36
Entre Douro e Vouga	55,90	44,10	Entre Douro e Vouga	53,08	46,92
Santa Maria da Feira	55,87	44,13	Santa Maria da Feira	52,72	47,28
Lourosa	54,77	45,23	Lourosa	52,73	47,27

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

Em 2011, a população ativa masculina diminuiu comparativamente a 2001. Ao passo que as mulheres apresentam um aumento em todos os seus níveis. Em 2011, os homens ativos continuam a ser a maioria em Portugal. Neste âmbito, Portugal está com 51,83% de homens, o norte com 52,64%, Entre Douro e Vouga com 53,08%, Santa Maria da Feira com 52,72% e Lourosa com 52,73%. Portugal está abaixo dos outros níveis. A Sub-Região Entre Douro e Vouga apresenta um valor superior à média de Portugal. As mulheres continuam a terem registos inferiores aos homens. Embora tenham aumentado, mesmo assim, não foi suficiente para ultrapassarem os homens. Este aumento de mulheres de cerca de 3% face ao ano de 2001 terá reflexos no mercado de trabalho.

2.4 – Atividade económica, classes e relação com a escola: Traços de recomposição socioprofissional

2.4.1 – Atividade económica

Os dados que se apresentam, indicam que desde 2001 a 2011 o setor primário está em declínio. Quer para Portugal como para as regiões e a freguesia de Lourosa.

O setor secundário em 2001 apresenta dados bastantes animadores. Observa-se um elevado número de pessoal empregue neste sector, quando comparado com o sector primário e terciário. O valor de Portugal, 35,10%, no setor secundário cifra-se abaixo da Região Norte, 45,77%, e continua baixo face a sub-região Entre Douro e Vouga 60,91, bem como Santa Maria da Feira 62,04 e Lourosa 65,76.

Em 2011, o setor apresenta um grande declínio em todos os seus níveis de análise. Esta diminuição da população empregada em 2011, resultou da conjuntura internacional a que Portugal não escapou. A crise de 2008 pôs em causa o funcionamento e manutenção de milhares de empresas neste setor, consecutivamente arrastou milhares de pessoas para o desemprego. A média portuguesa está abaixo da Região Norte, da Sub-região Entre Douro e Vouga, de Santa Maria da Feira e de Lourosa. A média da população empregada em Lourosa está bem acima da média portuguesa, cerca de 25 pontos acima desse valor.

De modo geral, podemos afirmar que, comparativamente, 2001 e 2011, Lourosa foi a região que mais cresceu em termos médios no setor secundário, tal como se verifica no Quadro 2.2.

O setor terciário tem vindo ganhar o seu espaço ao longo dos anos de 2001. As perdas significativas da agricultura estão a ser preenchidas pelo setor terciário social e económico. Dá a ideia de perdas compensatórias. “A perda da importância da agricultura, e mais tarde da indústria, interage com a proliferação das atividades de comércio e serviços” (Marques , 2004, p. 87). Verifica-se, em 2011, um aumento, neste setor, de cerca de 4% da população empregada em todas as unidades geográficas. É no ano 2011 que podemos afirmar que o setor ganha uma nova pujança para se posicionar entre os que mais promovem riqueza no país. “Em simultâneo com a perda de

importância do sector primário, verifica-se neste período uma elevação muito significativa do sector terciário, quer ao nível do valor acrescentado, quer em termos de criação de emprego” (Silva, 2010, p. 137). Os dados em causa comprovam as transformações em curso no território português. Quando somamos o setor terciário social e económico de 2001, a média portuguesa da população empregada situa-se em cerca de 60% e as outras regiões não atingem este valor. A freguesia de Lourosa está a menos de cerca de 28%. Em comparação com outras regiões, a freguesia de Lourosa é a que menos cresce quer em 2001 quer em 2011. Não obstante apresentar um ténue crescimento (cf. Quadro 2.2).

Quadro 2.2 - População empregada nos setores primário, secundário e terciário (% 2001 – 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001								
	HM								
	Total	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO SOCIAL		TERCIÁRIO ECONÓMICO	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	100	4,98	3,06	35,10	26,48	25,54	28,76	34,38	41,70
Norte	100	4,75	2,86	45,77	35,55	20,46	25,29	29,02	36,30
Entre Douro e Vouga	100	2,59	1,36	60,91	49,39	13,28	18,67	23,21	30,57
Santa Maria da Feira	100	1,32	0,73	62,04	46,33	12,65	19,7	23,98	33,24
Lourosa	100	0,83	0,79	65,76	51,64	10,28	16,36	23,14	31,21

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

Quadro 2.3 – População empregada no setor secundário (% 2001 – 2011)

2001										
UNIDADE GEOGRÁFICA	TOTAL	HM								
		Indústrias extrativas		Indústrias transformadoras		Produção e distribuição de eletricidade, gás e água		Tratamento e distribuição água, saneamento, resíduos	Construção	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011	2011	2001	2011
Portugal	100%	1,11%	1,12%	61,85%	61,78%	2,11%	2,36%	2,51%	34,93%	32,24%
Norte	100%	0,92%	0,84%	69,53%	67,83%	1,35%	1,57%	1,72%	28,20%	28,05%
Entre Douro e Vouga	100%	0,34%	0,31%	81,25%	82,88%	0,57%	0,75%	0,92%	17,85%	15,13%
Santa Maria da Feira	100%	0,33%	0,30%	78,01%	79,11%	0,62%	0,85%	1,01%	21,05%	18,73%
Lourosa	100%	0,10%	0,11%	90,48%	88,71%	0,62%	0,55%	0,71%	8,80%	9,92%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

Quadro 2.4 – Empresas, por concelho sede na região, e na indústria transformadora (% 2001 e 2011)

EMPRESAS POR CONCELHO SEDE NA REGIÃO			EMPRESAS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POR CONCELHO DA SEDE			
UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2011	2001	%	2011	%
Portugal	1 110 490	1 112 000	117 386	10,57	72 286	6,50
Norte	342 055	360 482	54 182	4,88	34 353	3,09
Grande Porto	126 250	140 473	15 884	1,43	8 554	0,77
Espinho	3 639	3 390	371	0,03	211	0,02
Gondomar	14 608	14 484	3 367	0,30	1 513	0,14
Maia	11 112	14 589	1 415	0,13	947	0,09
Matosinhos	15 983	19 064	1 699	0,15	858	0,08
Porto	35 100	36 628	2 705	0,24	1 241	0,11
Póvoa de Varzim	6 362	6 951	738	0,07	465	0,04
Valongo	7 614	8 671	1 196	0,11	795	0,07
Vila do Conde	6 813	7 799	834	0,08	581	0,05
Vila Nova de Gaia	25 019	28 897	3 559	0,32	1 943	0,17
Entre Douro e Vouga	29 165	28 748	6 835	0,62	4 350	0,39
Arouca	2 206	2 104	307	0,03	240	0,02
Oliveira de Azeméis	7 520	6 956	2 094	0,19	1 300	0,12
Santa Maria da Feira	14 735	14 537	3 620	0,33	2 118	0,19
São João da Madeira	2 616	2 974	462	0,04	362	0,03
Vale de Cambra	2 088	2 177	352	0,03	330	0,03

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

O quadro 2.3 apresenta o setor secundário, em quatro ramos: as Indústrias Extrativas, as Indústrias Transformadoras, A Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, e Construção.

É na indústria transformadora que assenta toda a dinâmica empresarial face aos outros ramos. Neste sentido, em 2001, a média portuguesa na indústria transformadora é de 61,85%, a Região Norte cifra em 69,53, a sub-região Entre Douro e Vouga situa-se em 81,25%, Santa Maria da Feira apresenta 78,01% e Lourosa 90,48%. Portugal e o Norte estão muito abaixo da sub-região e do concelho com cerca de 15 pontos abaixo. O grande destaque recai para a sub-região, o concelho e a freguesia de Lourosa. Lourosa distingue-se das outras regiões nas Indústrias Transformadoras com cerca de 30 pontos acima da média portuguesa.

Ao passo que o ano de 2011 procura manter no seu interior a mão de obra. Apesar de uma ligeira diminuição, ainda, assim, verifica-se valores próximos ao ano de 2001. Portugal continua a ter valores baixos quando comparados às unidades geográficas.

O ramo da construção tem vindo a crescer desde o ano de 2001. O valor nacional de 34,93% está acima dos valores das unidades geográficas.

No ano de 2011, na construção verificou-se uma ligeira diminuição da população empregada nas unidades geográficas. Os dados são quase iguais. A diferença entre 2001 e 2011 é bastante residual.

O quadro 2.4, referente as empresas por concelho com sede na Região caracteriza-se por elevados ativos no crescimento da riqueza gerada. As empresas por concelho sede oferecem informação do número de empresas existentes em cada localidade. Em 2001, o destaque recai para o Porto com 35 100 empresas. Segue-se Vila Nova de Gaia com 25 019, Matosinhos com 15 983, Santa Maria da Feira 14 735, Gondomar com 14 608, Maia com 11 112, e um conjunto de concelhos que se situam entre os 6 e 7 mil, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Oliveira de Azeméis; um outro grupo com cerca de 3 mil, Espinho, Arouca, São João da Madeira e Vale de Cambra.

Por conseguinte, quando comparamos 2001 e 2011 não notamos muitas diferenças. No seu global verifica-se um aumento de empresas em 2011. Mas os valores tendem a reduzir na Sub-Região Entre Douro e Vouga.

Os dados de 2011 apontam para um ligeiro aumento das empresas nesses concelhos. Assim, é notório a diminuição de empresas nos concelhos de Espinho, Gondomar, Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira. Abalados pelo fator crise de 2008. Mas a diminuição não é bastante acentuada. (cf. Quadro 2.4)

As empresas da indústria transformadora por concelho sede em 2001 concentram-se hierarquicamente em Santa Maria da Feira com 0,33%, a seguir Vila Nova de Gaia com 0,32%, Gondomar com 0,30%, o Porto com 0,24%, Oliveira de Azeméis com 0,19%, Matosinhos com 0,15%, Maia com 0,13%, Valongo com 0,11% e um conjunto de concelhos entre 0,03 e 0,08% espinho, Povia de Varzim, Vila de Conde, Arouca, São João da Madeira e Vale de Cambra.

O ano de 2011 marca um certo recuo. Santa Maria da Feira passa a ter 0,19% de empresas da indústria Transformadora, uma diminuição de 14%; Vila Nova de Gaia passa a ter 0,17%, diminui cerca de 15%; Gondomar passa a ter 0,17%, diminui cerca de 13%; Porto passa a ter 0,11%, com uma diminuição de 13%; e Oliveira de Azeméis passa a ter 0,12%, com uma diminuição de 7%; e um conjunto de concelhos que são atingidos pela crise e vem a redução das empresas entre 0,08% e 0,02% e, são Matosinhos, Maia, Valongo, Espinho, Povia de Varzim, Arouca, São João da Madeira e Vale de Cambra.

Os ramos do Setor Terciário (cf. Quadro 2.5 e 2.6) têm vindo a demonstrar uma grande importância e crescente evolução. Dadas as perdas significativas da agricultura, este setor parece comprovar as perdas verificadas na agricultura.

Em 2001, destacam-se alguns grupos de ramos: o comércio, reparação de veículos automóveis, o alojamento e a restauração como principais revitalizadores da economia nas unidades geográficas em consideração. A média portuguesa é de 36,78%, a do Norte é de 40,67%, de Entre Douro e Vouga é de 46,99%, Santa Maria da Feira é de 48,99% e Lourosa é de 50,90%. Assim, verifica-se que a Sub-Região Entre Douro e Vouga está acima da média portuguesa 10 pontos e da Região Norte cerca de 6 pontos. Porém,

com particular incidência em Santa Maria da Feira e Lourosa, verificando-se valores acima da média portuguesa, da Região Norte e da Sub-Região Entre Douro e Vouga.

Outros ramos merecedores de atenção, em 2001, são Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória, Educação, Saúde e Ação Social, outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais que a média portuguesa é de 38,51%. Está acima de todas as unidades geográficas. O concelho de Santa Maria da Feira e a freguesia de Lourosa apresentam valores abaixo da média portuguesa e de todas as unidades.

Em 2011 o peso deste setor assenta no mesmo ramo de atividade com uma pequena diferença no conceito: Comércio, Restauração e Hotelaria. Tal crescimento não se verifica em 2011. Com a crise económica, este setor ressentiu. A nível da contração económica, neste setor, o efeito foi uma diminuição de mão de obra em todos os ramos do setor. No Comércio, Restauração e Hotelaria, a média portuguesa é de 34,01%, do Norte é de 37,03%, de Entre Douro e Vouga é de 42,74%, de Santa Maria da Feira é de 43,13% e de Lourosa é de 44,97%. A Sub-Região, ainda assim, está acima da média portuguesa cerca de 8 pontos e da Região Norte 5 pontos. No entanto, quando comparamos 2001 com 2011, notamos que a Sub-Região entre Douro e Vouga está abaixo de 4 pontos.

Um outro ramo de atividade do Setor Terciário que resiste aos constrangimentos do mercado e revela uma grande dinâmica mobilizadora de mão de obra é a Administração Pública, Segurança Social, Educação, Saúde e Social, quer em 2001 e quer em 2011 (cf. Quadro 2.5 e 2.6).

Quadro 2.5 – População empregada no setor terciário (% 2001)

UNIDADE GEOGRÁFICA	Comércio; reparação de veículos automóveis, Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Transportes, armazenagem e comunicações	Atividades financeiras, Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas,	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, Educação, Saúde e ação social, outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	Atividades das famílias com empregados domésticos e atividades de produção das famílias para uso próprio	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
Portugal	36,78	7,49	13,12	38,51	4,06	0,05
Norte	40,67	6,36	11,62	36,96	4,38	0,01
Entre Douro e Vouga	46,99	5,60	11,02	32,76	3,62	0,01
Santa Maria da Feira	48,99	5,66	10,81	31,38	3,15	0,00
Lourosa	50,90	9,08	9,27	29,16	1,60	0,00

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001

Quadro 2.6 – População Empregada no Setor Terciário (% 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	Comércio, Restauração, hotelaria	Transporte s, Armazenagem, Informação e Comunicação	Atividades Financeiras, seguros, imobiliárias , consultoria, científicas, administrativas e serviços de apoio	Administração pública, segurança social, educação, Saúde e social	Outras atividades serviços, artísticas , desportivas e recreativas	Atividades familiares	Organismos internacionais
Portugal	34,01	8,58	16,29	34,10	4,33	2,65	0,04
Norte	37,03	7,00	14,55	34,15	4,39	2,87	0,01
Grande Porto	34,94	8,76	17,76	31,21	4,55	2,75	0,02
Entre Douro e Vouga	42,71	6,12	12,75	31,61	4,45	2,36	0,01
Santa Maria da Feira	43,13	6,06	13,13	31,19	4,42	2,07	0,01
Lourosa	44,97	8,09	12,37	29,15	4,10	1,31	0,00

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

Nas análises feitas aos dados censitários, encontrou-se um padrão que confirma bem a dinâmica empresarial em Santa Maria da Feira. O número elevado de mão de obra e de empresas caracterizam o território como espaço industrial, que, por sinal perfila mão de obra qualificada e com fortes evidências de pessoal não qualificado

com baixos níveis de escolaridade. Assim, neste retrato, analisa-se este território da Sub-Região entre Douro e Vouga (segundo antiga nomenclatura de 2002), buscando por referência Santa Maria da Feira e Lourosa, tendo em vista os ramos de atividade económica onde cada um está empregado, a situação na profissão e a profissão nos grandes grupos.

Santa Maria da Feira e Lourosa caracterizam-se por territórios que mobilizam em torno de si um volume populacional elevado.

A situação profissional assenta nos trabalhadores por conta de outrem. Em Santa Maria da Feira constam 84% do género feminino a trabalharem por conta de outrem e 77% são do género masculino. 86% dos trabalhadores por conta de outrem do género feminino e 80% dos trabalhadores por conta de outrem do género masculino localizam-se na freguesia de Lourosa, estão a cerca de dois pontos acima que Santa Maria da Feira. A freguesia de Lourosa é a que mais trabalhadores por conta de outrem concentra e são do género feminino. O mesmo não se verifica quando comparamos a situação de empregador, trabalhador por conta própria, os dados indicam que a freguesia de Lourosa está a 1 ponto abaixo da média do concelho. Quer em Santa Maria da Feira quer em Lourosa são os homens que apresentam maior capital empreendedor face às mulheres, (Cf. Quadro 2.7).

Quadro 2.7 - População empregada Situação na profissão (% 2011)

Situação na profissão	2011					
	Santa Maria da Feira			Lourosa		
	HM	H	M	HM	H	M
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregador	10,72	13,56	7,36	9,93	12,45	6,85
Trabalhador por conta própria	7,07	7,87	6,11	5,97	6,23	5,66
Trabalhador familiar não remunerado	0,51	0,36	0,68	0,62	0,67	0,57
Trabalhador por conta de outrem	80,83	77,45	84,83	82,85	80,08	86,24
Membro de uma cooperativa de produção	0,06	0,06	0,06	0,06	0,00	0,13
Outra situação	0,81	0,69	0,95	0,57	0,57	0,57

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

As profissões nos grandes grupos determinam que a concentração de mão de obra qualificada no concelho fica nos trabalhadores qualificados da indústria,

construções e artífices. Assim, os trabalhadores qualificados da indústria, construções e artífices são representados pelo género masculino. A média do concelho é de 40,06% do género masculino e 15,23% são do género feminino. Em Lourosa 48,84% são do género masculino e 25,27% são do género feminino. O género masculino em Lourosa está cerca de 8 pontos acima da média do concelho e o género feminino está cerca de 9 pontos acima do concelho. São indicadores que revelam a forte dinâmica empresarial do concelho e sobretudo da freguesia de Lourosa como aquela que desempenha um papel muito forte na geração de postos de trabalho qualificado. Quanto ao grupo de trabalhadores não qualificados o peso no concelho recai sobre o género feminino com 14,41% e em Lourosa com 15,34%. Neste sentido, Lourosa está abaixo do concelho cerca de 1 ponto. 15% do género feminino em Lourosa não possui qualificação. Ao passo que os homens estão abaixo de 10 pontos.

Um outro grupo em que os valores se situam entre 10% e 20% referem-se aos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores.

O grupo que mais chama atenção são os Especialistas das atividades intelectuais e científicas que evidenciam um crescimento no seu interior. No entanto, a concentração deste grupo assenta no género feminino. Assim, a média do concelho está em 14,97% do género feminino e 7,00% do género masculino. Ao passo que em Lourosa, 12,32% são do género feminino e 4,89% são do género masculino.

Por fim, os grupos: Profissões das Forças Armadas, Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos, Técnicos e profissões de nível intermédio, Pessoal administrativo, Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta e Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem apresentam valores que variam entre 0,1% e 10% quer no concelho de Santa Maria da Feira quer em Lourosa (Cf. Quadro 2.8).

Quadro 2.8 – População empregada na Profissão dos grandes grupos (% 2011)

	Santa Maria da Feira			Lousosa		
	HM	H	M	HM	H	M
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Profissões das Forças Armadas	0,35	0,56	0,11	0,28	0,41	0,13
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	6,99	8,93	4,70	6,42	8,34	4,09
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	10,65	7,00	14,97	8,23	4,89	12,32
Técnicos e profissões de nível intermédio	9,02	9,67	8,26	7,22	7,00	7,48
Pessoal administrativo	7,38	5,11	10,07	7,13	4,79	9,99
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	15,85	11,03	21,55	14,77	10,14	20,43
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0,76	1,02	0,45	0,74	0,98	0,44
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	28,69	40,06	15,23	38,23	48,84	25,27
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	10,16	10,09	10,24	7,13	9,26	4,53
Trabalhadores não qualificados	10,13	6,52	14,41	9,85	5,35	15,34

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

2.4.2 – Sobre as classes

No primeiro capítulo abordou-se as classes e sua construção. Na sua génese construtiva fazem parte a profissão e a situação na profissão. Pelo menos, eram estes conceitos que os autores mobilizados nesta investigação consideravam pertinentes equacionar para se abordar analiticamente as classes e as frações de classes. A profissão é o conceito que afere que alguém possui um determinado conhecimento, reconhecido através de credenciais. Neste sentido, a situação na profissão determina o lugar ocupado no interior da organização. Deste modo, a relação no espaço social é sempre desigual. Uns pela sua posição serão os proprietários dos meios de produção e outros na sua condição tenderão a vender a sua força de trabalho, e alguns, assumirão posições de chefias, acentuando as relações desiguais. Para melhor coordenação do mercado elaborou-se os contratos coletivos de trabalho, onde se verificam as modalidades das normas contratuais.

A análise da estrutura de classes nas unidades geográficas incidiu sobre os censos de 2001 e 2011, e estiveram na base a profissão e a situação na profissão.

Destacam-se, logo de seguida, nestes níveis de análise, em 2001 e 2011, duas classes – os Operários Industriais e os Empregados de Execução.

Em 2001, a estrutura de classes assenta nos Operários Industriais (OI) compõem-se cerca de 44% dos ativos com profissão e os Empregados Executante (EE) perto de 22%. Estas duas frações de classes estruturam as classes. São as frações de classes dos assalariados com percentagens elevadas. No entanto, são diferentes na atividade profissional e no modo de se organizarem. Quanto aos ativos assalariados em Portugal são perto de 30% dos OI. Um valor que se situa abaixo das médias do Norte 38%, de Entre Douro e Vouga 48%, de Santa Maria da Feira 50% e Lourosa 53%. Com efeito, Santa Maria da Feira e Lourosa estão muito acima da média Portuguesa. Quanto aos EE a média de Portugal é de 30%. A média do Norte 25%, de Entre Douro e Vouga 19%, de Santa Maria da Feira 18% e Lourosa 15%. Santa Maria da Feira e Lourosa estão abaixo da média Portuguesa cerca de 15%.

A seguir a este grupo situam-se os Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) com cerca de 14% dos ativos no seu global. Quase todas as unidades geográficas estão com uma média de cerca de 13%, ao passo que Lourosa está com 16%. Significa dizer que é uma classe que tem vindo a crescer por conta dos profissionais ligados a pequenas empresas.

Os Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) representam uma classe que se vai justificando pela média percentual que apresentam com 11,43 no seu global. A média de Portugal está em 16%, o Norte 13%, Entre Douro e Vouga 10%, Santa Maria da Feira 9% e Lourosa 7%. Em Santa Maria da Feira e Lourosa os valores estão abaixo da média de Portugal cerca de 9%.

Os Trabalhadores Independentes, Agricultores Independentes e Assalariados Agrícolas têm um peso reduzido quando comparamos com as outras classes. Situam-se entre 5% e 0,90%.

Em 2011, observa-se a mesma estrutura de classes. Uma ligeira alteração se verifica nalgumas classes. Assim, os OI com 34% diminuem cerca de 6 pontos e os EE com aumentam 1 ponto face ao ano 2001.

Os Profissionais Técnicos e de Enquadramento passam a representar a terceira classes com um aumento de cerca de 6 pontos face ao ano de 2001. Santa Maria da Feira

e Lourosa apresentam valores abaixo de todas as unidades, porém, verifica-se um crescimento.

Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) apresentam valores similares ao de 2001. Exceto Lourosa que diminuiu cerca de 5 pontos. Apesar desta alteração é uma classe que tende a adaptar-se em cenários de crise.

Os Trabalhadores Independentes, Agricultores Independentes e Assalariados Agrícola continuam a ter valores reduzidos face as outras classes. Apenas os TI refletem um ligeiro aumento.

Quadro 2.9 – Frações de classe dos ativos com profissão no País, na Região Norte, na Sub-Região entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira e Lourosa em 2011

Unidade Geográfica	Frações de classe													
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais		Profissionais Técnicos e de Enquadramento		Trabalhadores Independentes		Agricultores Independentes		Empregados Executantes		Operários Industriais		Assalariados Agrícolas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	930 414	13,54	750 265	16,13	228345	4,91	72 519	1,56	1 431 249	30,77	1 400 656	30,12	105 952	2,28
Norte	221 453	13,37	225 602	13,62	81 774	4,94	27 244	1,65	422 195	25,49	639 194	38,60	33 202	2,00
Entre Douro e Vouga	18186	13,47	13942	10,33	7988	5,92	1279	0,95	26287	19,48	65811	48,76	1296	0,96
Santa Maria da Feira	9131	13,54	6362	9,44	4168	6,18	222	0,33	12722	18,87	34375	50,98	373	0,55
Lousosa	787	16,81	356	7,61	254	5,43	3	0,06	735	15,70	2507	53,56	23	0,49

Fonte: INE – Instituto de Estatística, XV Recenseamento Geral da População.
Tratamento de acordo com a proposta de Almeida, Costa e Machado (2003); Pereira (2012)

Quadro 2.10 – frações de classe dos ativos com profissão no País, na Região Norte, na Sub-Região entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira e Lourosa em 2011

Unidade Geográfica	Frações de classe													
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais		Profissionais Técnicos e de Enquadramento		Trabalhadores Independentes		Agricultores Independentes		Empregados Executantes		Operários Industriais		Assalariados Agrícolas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	575198	13,27	975361	22,36	253544	5,81	38793	0,89	1284697	29,46	959509	22,00	77759	1,78
Norte	193143	12,91	299354	19,93	91145	6,07	14744	0,98	389185	25,91	438952	29,23	23149	1,54
Entre Douro e Vouga	15107	12,62	19856	16,55	7708	6,42	656	0,55	25104	20,93	47143	39,30	844	0,70
Santa Maria da Feira	7764	13,03	10170	17,02	3855	6,45	151	0,25	13004	21,76	22529	37,70	288	0,48
Lousosa	415	11,77	481	13,61	201	5,69	9	0,25	717	20,29	1592	45,05	15	0,42

Fonte: INE – Instituto de Estatística, XV Recenseamento Geral da População.
Tratamento de acordo com a proposta de Almeida, Costa e Machado (2003); Pereira (2012)

2.4.3 – Relação com a escola

Os quadros 2.11 e 2.12 procuram apresentar, de forma bastante esclarecedora, a população empregada que até aquela data detinha um nível de escolaridade de nível básico. Estes dados pretendem demonstrar em que regiões se podem verificar as mais altas qualificações escolares.

A realidade do país parece seguir as mesmas linhas. Assim, quer em 2001 quer em 2011 pode-se verificar que as médias das unidades geográficas não diferem muito. No entanto, existem níveis de instrução que indicam que existem um número elevado de população que não tenha nenhum nível de instrução. Os valores que chamam mais a atenção é o número bastante expressivo daqueles que não sabem ler nem escrever e sabem ler escrever sem grau, com cerca de 20% da população em 2001. Verifica-se em homens e mulheres e em todas as unidades geográficas com cerca de 10% cada uma. No entanto, surge uma maior percentagem dos que declaram só ter concluído o ensino básico do primeiro ciclo com cerca de 30% da população para o género masculino e cerca de 28% para o feminino. Não há uma diferença significativa entre as unidades geográficas nem entre homens e mulheres.

Em 2011 os resultados tendem a ser mais animadores. Porém, as políticas implementadas para fazerem face as assimetrias e o baixo capital geracional não foram capazes de aumentar o número de pessoas a concluírem quer o ensino básico quer o ensino secundário.

Quadro 2.11 – População Empregada/Residente segundo o nível de Instrução – Intermédio e Sexo (% 2001)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001													
	H							M						
	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem	Ensino Básico- 1º	Ensino Básico- 2º	Ensino Básico- 3º	Ensino Secundário	Ensino Médio	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem	Ensino Básico- 1º	Ensino Básico- 2º	Ensino Básico- 3º	Ensino Secundário	Ensino Médio
Portugal	13,70	10,73	31,33	16,02	15,94	11,59	0,69	18,17	13,66	28,30	13,58	13,58	12,02	0,69
Norte	13,27	11,18	33,27	18,43	13,84	9,51	0,50	16,67	13,34	28,07	14,93	11,16	9,29	0,53
Entre Douro e Vouga	12,12	10,89	34,45	20,68	13,43	8,14	0,30	16,09	13,72	28,53	17,64	10,92	8,28	0,31
Santa Maria da Feira	12,38	10,59	35,14	20,99	12,80	7,82	0,28	15,59	13,58	29,01	17,91	10,85	8,19	0,25
Lourosa	12,50	11,10	36,30	19,27	11,87	8,66	0,29	16,57	13,65	30,69	15,01	11,28	9,03	0,17

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001

Quadro 2.12 – População Empregada/Residente segundo o nível de Instrução – Intermédio e Sexo (% 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2011													
	H							M						
	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino básico - 1º ciclo	Ensino básico - 2º ciclo	Ensino básico - 3º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino básico - 1º ciclo	Ensino básico - 2º ciclo	Ensino básico - 3º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário
Portugal	0,34	16,17	5,63	4,22	6,32	7,42	0,45	0,28	11,74	4,25	2,82	4,67	7,08	0,37
Norte	0,29	17,86	6,36	5,23	6,27	6,25	0,36	0,20	12,49	4,40	3,54	4,55	5,85	0,30
Entre douro e Vouga	0,26	18,63	6,32	5,95	6,36	5,71	0,42	0,20	13,18	4,41	4,34	4,43	5,25	0,30
Santa Maria da Feira	0,28	18,64	6,39	6,00	6,25	5,79	0,34	0,20	12,95	4,27	4,13	4,54	5,26	0,29
Lourosa	0,25	19,27	7,42	5,53	6,32	5,59	0,32	0,13	13,36	4,70	3,86	4,80	5,08	0,20

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011

O quadro 2.13 dá-nos informações acerca dos níveis de instrução superior de escolaridade nas unidades geográficas e a diferença entre homens e mulheres.

Em 2001 sobressai o curso de licenciatura com mais candidatos. Quer entre homens quer entre mulheres e em todas as unidades geográficas. A média portuguesa dos licenciados é de 70,19%, do Norte é de 70,44%, da Sub-Região Entre Douro e Vouga é de 70,22%, de Santa Maria da Feira é de 72,68% e de Lourosa é de 74,44%. Deste modo, a freguesia de Lourosa, em 2001, apresenta-se como aquela que mais licenciados colecionou, está acima de Portugal cerca de 4 pontos. E, quando comparamos com as outras regiões, ela está com cerca de 4 pontos acima. Quando nos referimos as mulheres com licenciatura na freguesia de Lourosa são 71,43% superior as regiões de Portugal, Norte, Entre Douro e Vouga e Santa Maria da Feira.

Outro dado que chama atenção é o Bacharelato que em relação ao Mestrado e Doutoramento expressa cerca de 20% dos que afirmam ter diploma.

A população que detém o mestrado em 2001 em relação ao doutoramento está 2 pontos acima quer entre homens e mulheres. O mestrado incide sobre homens que mulheres. A freguesias de Lourosa está abaixo de outras regiões num valor residual.

Em 2011, os números não são motivadores. Mas quando comparamos os níveis de escolaridade, não obstante os valores serem relativos, verificamos que é no curso de licenciatura que a percentagem é elevada. No entanto, os valores não chegam a 10%, em todas as unidades geográficas.

No caso da licenciatura dá-se uma reviravolta de tendência. São as mulheres que superam os homens num total de dois pontos acima. A freguesia de Lourosa revela-se incapaz de acompanhar este processo.

Os valores tendem a ser residuais nos bacharelatos. Estes valores têm a ver com as políticas promovidas no âmbito da união europeia com a eliminação do curso de bacharelato e diminuição do número de anos na licenciatura.

No computo geral, podemos concluir, dizendo que, se por um lado, a freguesia de Lourosa até detém na licenciatura um maior número de licenciados e bacharelatos, em 2001. Por outro lado, em 2011, situa-se muito abaixo. Ainda mais abaixo está nos Doutoramentos.

Quadro 2.13 – População Empregada/Residente segundo o nível de Instrução – superior e Sexo (% 2001 – 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001							
	H				M			
	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal	20,95	70,19	5,87	2,99	27,99	66,97	3,82	1,23
Norte	21,34	70,44	5,42	2,80	30,11	65,42	3,41	1,06
Entre Douro e Vouga	25,43	70,22	3,41	0,94	34,66	62,88	1,93	0,53
Santa Maria da Feira	22,76	72,68	3,55	1,01	33,28	63,82	2,28	0,62
Lourosa	21,11	74,44	3,33	1,11	26,19	71,43	1,79	0,60
UNIDADE GEOGRÁFICA	2011							
	H				M			
	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal	0,84	5,51	1,20	0,30	1,13	7,78	1,53	0,29
Norte	0,69	5,05	1,12	0,27	1,00	7,26	1,44	0,26
Entre Douro e Vouga	0,68	4,43	0,89	0,11	0,94	6,76	1,20	0,12
Santa Maria da Feira	0,67	4,53	0,95	0,13	0,88	7,08	1,28	0,12
Lourosa	0,34	3,76	0,59	0,10	0,65	5,90	1,14	0,05

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2011

A taxa de analfabetismo procura dar-nos informação das perdas do capital escolar. Com certeza que esta ausência de capital se reflete na ausência de produtividade e consequentemente, na precariedade e baixos salários.

O quadro 2.14 em anexo apresenta alguns valores que exigem muito cuidado na sua análise. Em 2001 Portugal tem 9,03% de analfabetismo, o Norte tem 8,34%, a Sub-Região Entre Douro e Vouga tem 7,31%, Santa Maria da Feira tem 6,73% e Lourosa com 7,15%. Quer Lourosa, Santa Maria da Feira, Entre Douro e Vouga quer o Norte, posicionam-se abaixo da média nacional. No entanto, destaca-se Lourosa com uma diferença de menos dois pontos em relação a média nacional.

Em 2011, Portugal com 5,22%, o Norte com 5,00%, a Sub-Região Entre Douro e Vouga com 4,37%, Santa Maria da Feira com 3,96% e Lourosa com 3,97%. A diminuição deste valor incide sobre as várias políticas implementadas pelo governo de então (cf. Quadro 2.14).

A taxa de abandono escolar (Cf. Quadro 2.15 e 2.16 em anexo), em 2001, aponta para valores equivalentes em todas as unidades geográficas. Porém, é no Norte e em Santa Maria da Feira que se reflete um maior aumento de cerca de 1 ponto acima da média portuguesa. Ao passo que na freguesia de Lourosa está abaixo da média portuguesa num valor bastante residual cerca de 0,40 pontos. Em 2011, verifica-se, na mesma, valores equivalentes. Mas evidencia-se uma diminuição no abandono escolar com cerca de 1 ponto abaixo em relação ao ano de 2001.

Quadro 2.14 – Taxa de analfabetismo (% 2001 e 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2011
Portugal	9,03	5,22
Norte	8,34	5,00
Entre Douro e Vouga	7,31	4,37
Santa Maria da Feira	6,73	3,96
Lourosa	7,15	3,97

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011

Quadro 2.15 – Taxa de abandono escolar (% 2001 e 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2011
Portugal	2,79	1,70*
Norte	3,49	1,53*
Entre Douro e Vouga	2,62	1,49*
Santa Maria da Feira	3,08	1,70*
Lourosa	2,36	1,18

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011

Quadro 2.16 – Taxa de abandono escolar por freguesia (2001 e 2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	UNIDADE GEOGRÁFICA	2011	
Portugal	2,79	Portugal	1,70	*
Norte	3,49	Norte	1,53	*
Entre Douro e Vouga	2,62	Entre Douro e Vouga	1,49	*
Santa Maria da Feira	3,08	Santa Maria da Feira	1,70	*
Argoncilhe	1,98	Argoncilhe	1,70	
Arrifana	2,41	Arrifana	2,12	
Canedo	4,18	Canedo	2,27	
Escapães	1,24	Escapães	0,93	
Espargo	4,71	Espargo	2,68	
Feira	1,98	Feira	1,42	*
Fiães	6,13	Fiães	3,28	
Fornos	4,93	Fornos	0,90	*
Gião	3,79	Gião	0,00	
Guisande	3,23	Guisande	2,27	
Lobão	5,17	Lobão	1,80	*
Louredo	1,9	Louredo	3,19	
Lourosa	2,36	Lourosa	1,18	
Milheirós de Poiares	1,71	Milheirós de Poiares	3,44	
Mosteiró	2,22	Mosteiró	1,90	
Mozelos	1,94	Mozelos	1,19	
Nogueira da Regedoura	1,94	Nogueira da Regedoura	0,85	
São Paio de Oleiros	0,74	São Paio de Oleiros	1,09	*
Paços de Brandão	2,48	Paços de Brandão	1,99	
Pigeiros	3,7	Pigeiros	2,38	
Rio Meão	3,37	Rio Meão	1,85	
Romariz	2,51	Romariz	4,12	
Sanfins	4,32	Sanfins	1,83	*
Sanguedo	3,86	Sanguedo	1,00	*
Santa Maria de Lamas	2,7	Santa Maria de Lamas	1,46	
São João de Ver	2,83	São João de Ver	1,46	
Caldas de São Jorge	1,31	Caldas de São Jorge	1,09	
Souto	4,35	Souto	0,95	
Travanca	3,28	Travanca	0,56	
Vale	5,11	Vale	1,61	
Vila Maior	7,83	Vila Maior	1,92	

Fonte: INE, Recenseamento

2.5 – Dinâmica empresarial em Santa Maria da Feira: Especificidade do Setor Corticeiro

Para além do setor terciário de atividade económica, é no setor secundário no ramo industrial que recai o maior dinamismo empresarial e se tem vindo a destacar como gerador de emprego no concelho. Os dados recolhidos apontam para o ramo industrial ligado a cortiça. Deste modo, o setor corticeiro tem ganhado uma posição económica relevante na criação da riqueza na região e no país, na reconstrução do tecido empresarial e na recomposição socioprofissional. Até porque Portugal é o líder mundial de produção e transformação da cortiça.

A especificidade do setor corticeiro assenta em subsectores. Com efeito, o maior dinamismo profissional reside nos subsectores. Integram o setor corticeiro: o subsector preparador que integra as devidas operações de preparação, sob a forma de pranchas para o subsector seguinte. Neste setor, destaca-se a seleção e preparação da prancha. As atividades centram-se em cozedura, prensagem, traça e recorte, para originar à prancha. O subsector transformador visa a produção de artefactos (rolhas e discos). As operações centram-se na utilização das pranchas para dar origem a cortiça natural, desta, se produz as rolhas e os discos. O subsector granulador inclui as operações de trituração da cortiça resultante do subsector transformador, produzindo granulados que são matérias-primas para o subsector aglomerador. O subsector aglomerador corresponde ao fabrico de diferentes tipos de aglomerados conforme envolvam ou não produtos estranhos à cortiça (LAMEIRA, 2005).

É no setor transformador que recaiu esta dissertação. Importa sublinhar que é um setor modernizado com tecnologia mas ainda persiste o trabalho manual característico desta indústria. Depois da produção de rolhas, segue-se à seleção das rolhas que é feito pelas máquinas e manualmente. São as escolhedores que selecionam as rolhas segundo as qualidades de cada um. Após a seleção das rolhas se faz o acabamento e lavagem, coloração, parafinação e marcação do nome do fabricante ou engarrafador. No entanto, o subsector caracteriza-se pela produção de rolhas naturais, produção de discos de cortiça natural e produção de blocos de cortiça natural.

Destacam-se quatro profissões centrais neste subsector transformador: traçador, rabaneador, broquista e escolhedeira). Para além de existirem outras profissões que se enquadram noutros subsectores que não estão apresentadas nesta ponto.

Neste espaço industrial as qualificações são polarizadas, uns sem qualificações outros com qualificações de nível superior. Normalmente, os escolhedores e aqueles que integram tarefas manuais não possuem qualificações. Por outro lado, os qualificados exercem funções de controlo de qualidade e de produção. Deste modo, em Santa Maria da Feira, a população inserida neste setor possui uma qualificação insipiente, com ensino básico.

Considerações Finais

A análise assente nos principais indicadores económicos mais ao nível da Região Norte, da Sub-região Entre Douro e Vouga, segundo a antiga nomenclatura, com real destaque ao Concelho de Santa Maria da Feira e a freguesia de Lourosa, permite tecer algumas considerações que giram em torno do Setor Secundário.

Não obstante, o Setor Primário ligado a agricultura quase que perde a sua significativa importância.

Por outro lado, verifica-se uma crescente concentração e importância do Setor Terciário Social e Económico que cria uma certa dinâmica no mercado de trabalho.

Como se disse acima, é no setor secundário que se evidencia uma forte dinâmica industrial, e foi neste que recaiu esta investigação. De um tecido empresarial crescente e de uma mão de obra recrutada, reveladora de tal ímpeto assenta na indústria transformadora. Mesmo quando comparamos com a Indústria Extrativa, Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição e a Construção, a Indústria Transformadora revela índices elevadíssimos de maior concentração de mão de obra. Expondo-se como a que mais contribui para o PIB no país e geradora de mobilidades nos territórios em apreços.

Dentro da Indústria Transformadora está em forte crescimento o ramo da Indústria do Couro e seus Produtos, da Madeira e da Cortiça.

Quanto a situação na profissão são os trabalhadores por conta de outrem que estruturam e promovem a composição socioprofissional. No entanto, a mão de obra é reconhecidamente feminina. Logo de seguida, estão os empregadores e trabalhadores por conta própria que detém algum peso relativo na estrutura. E esta assenta no género masculino.

Um outro aspeto que chamou a atenção são as profissões que, de certa forma, parecem evidenciar uma relação com a Indústria Transformadora. Destaca-se aqui os Operários, Artífices, Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Trabalhadores Similares. Apesar da incorporação dos trabalhadores da Construção, os trabalhadores qualificados da indústria e os operários, ainda assim, são a confirmação do que se tem vindo a verificar, que, estas profissões são atrativas nesta atividade e as que potenciam o desenvolvimento na Região, com um pendor forte na concentração de mão de obra desqualificada.

Estrutura de classes aponta para certas recomposição socioprofissional que ao longo das ultimas três décadas tem ganhado um espaço. Assim, situam-se hierarquicamente os Operários Industriais, os Empregados Executantes, Profissionais Técnicos de Enquadramento, os Empresários, Dirigentes e Profissional Liberais, Trabalhadores Independentes e os Agricultores Independentes e Assalariados.

O grande peso estrutural assenta em duas classes: os Operários Industriais e os Empregados Executantes.

Com efeito, os dados escolares mostram que existe um peso relativo da importância da escola na relação com estas profissões. A medida em que se deixa o ensino básico os números de presença quer no ensino secundário quer no ensino superior vão baixando. A escola não exerce um papel catalisador na recruta de mão de obra.

Assim, estas considerações são bastante pertinentes, na medida em que nos apontam para outras questões. Quais os processos que estiveram na inserção para o

mercado de trabalho? Qual a experiência de trabalho? Qual a relação com a mão de obra? Que trajetória, percursos e processos?

Portanto, para desenvolver uma análise mais profunda das trajetórias profissionais dos entrevistados, é crucial tomar em linha de conta as dimensões subjetivas que caracterizam normalmente os indivíduos.

Tomar-se-á as dimensões inerentes à inserção no mercado de trabalho. De que forma é que o acesso ao mercado de trabalho aconteceu. Já que o contexto social e político dos tempos do Estado Novo e da Ditadura não promoveu a escola obrigatória nem dos 9 nem dos 12 anos de escolaridade. Daí que as famílias desfavorecidas não podiam manter os filhos na escola. Pois, para estas famílias a escola não formava para o mercado de trabalho.

Uma outra dimensão que contribuirá para descrever as trajetórias estão ligadas a socialização. Os contactos de referência promovem e criam as condições de acesso ao mercado. Mas de que forma se processa?

Serão estas dimensões que se terá em conta no próximo capítulo.

Capítulo 3 – Trajetórias profissionais, representações sociais e expectativas dos trabalhadores: Apresentação e análise dos resultados

Introdução

Neste capítulo apresentar-se-ão os resultados das entrevistas realizadas no âmbito da presente dissertação. Pretende-se efetuar uma análise aprofundada acerca das perceções que os entrevistados sustentaram ao longo da entrevista. Estas perceções são um grande contributo à investigação no sentido de aferirem os mecanismos que mais têm vindo a influenciar as trajetórias profissionais. Em articulação com esta preocupação, apresenta-se também, de forma objetiva, os processos que nortearam a incursão no terreno. A forma como foram encontrados os informantes, as respostas positivas ou negativas, como se processou a entrevista, em que condições, o tempo e os recursos usados para recolha de dados.

Os resultados têm uma relação direta com as teorias que foram abordadas. Assim, para melhor adequação e análise dos resultados, categorizamos os entrevistados com base na sua sociodemografia, ou seja, a apresentação da idade, do estado civil, da escolaridade dos próprios e dos pais, a profissão, a composição do agregado familiar e o local de residência. Estes pontos dão informação sobre os traços da socialização primária e o posicionamento de classe de origem de cada um. Os dados em causa dão-nos igualmente informação da construção dos lugares de classes. Assim, através da profissão e da situação na profissão construiremos uma leitura de modo a tornar visível a recomposição socioprofissional. No entanto, estas recomposições dão sinais de certas reproduções. Quando se aborda o percurso escolar dos entrevistados na relação com o trabalho descobre-se que as políticas educativas nesta franja da população não surtiram o efeito desejado. A escola normalmente tem sido a porta de entrada no mercado de trabalho. Porém, o abandono escolar verificado mostra que a via para a formação de classes e o posicionamento de classe girou em torno da profissão.

A trajetória profissional é o centro deste trabalho. Aceder ao mercado de trabalho implica processos e mecanismos. Assim, se obtém informação de como o

mercado se organiza para recrutar mão de obra. A trajetória profissional relaciona-se com o contexto e a socialização primária, normalmente tem a ver com habitus incorporado e adquirido ao longo do exercício profissional. Assim, esta parte deu atenção à representação social sobre o trabalho, às atitudes e expectativas em relação ao trabalho. Estas jogam muito na construção das próprias identidades e expectativas dos agentes sociais acerca do trabalho.

3.1 – Recapitulação dos adquiridos teóricos

A problemática teórica girou em torno do trabalho. O trabalho faz parte da vida do ser humano. Do trabalho originavam os meios para a sobrevivência. No entanto, o homem encontrou no trabalho uma forma de afirmação. Assim, o entendimento de que toda ocupação é trabalho, passa incluir todo tipo de trabalho. Com efeito, foi no dealbar dos variadíssimos contextos históricos que o trabalho foi-se gradualmente ligado ao trabalho profissional. Pois, o trabalho profissional inserido na dimensão social. Por isso, o trabalho atravessa longos processos, desde as leis, sua organização, os tipos de sociedade, requerendo uma ligação estreita à escolarização.

Entende-se o conceito de trabalho que estreita relação entre o trabalho e a produção. É nesta perspetiva que se tem vindo abordar o trabalho como meio para vincar trajetórias e percursos. Assim, o trabalho é fator de vários processos sociais. Não obstante, a produção de bens e mercadorias, com o trabalho o homem traça a sua trajetória. E nestas trajetórias definem-se posições sociais. Deste modo, deve-se considerar os mecanismos que contribuem para que o trabalho seja esta mola na construção destas trajetórias e na estruturação das posições sociais. Quer o contexto familiar quer o contexto laboral ou escolar serão fundamentais na questão do trabalho.

Falar de trabalho é implicitamente abordar os agentes sociais envolvidos. Como foi abordado a sociohistória do trabalho e suas lutas por melhores horas de trabalho, condições e trabalho digno. A intensificação da divisão do trabalho, as lutas entre entidade patronal e os trabalhadores geraram novas relações. De modo que, se formaram no interior da sociedade as classes e posteriormente os lugares de classes.

Com o passar do tempo, aquilo que eram os ofícios transformaram-se em profissões, quer com o apoio da máquina quer manualmente. Assim, a problemática em torno do trabalho foi-se delineando.

A divisão do trabalho segmentou a importância das profissões. Com as ideias de Taylor e Ford os sistemas foram-se aperfeiçoando e complexificando. Por isso, as novas problemáticas do trabalho.

O trabalho relacionou-se com a escolarização e formação. Normalmente, cabe a escola ser a porta de entrada para o mercado de trabalho. A escola contribui para dar aos agentes o conhecimento para o exercício da profissão. E ao mesmo tempo torna-se palco das sociabilidades. Como vimos, em Portugal, a escola estava longe de assumir este papel. Varias políticas desde a República até meados de 90 não alcançaram os objetivos preconizados. Por isso, os dados apontam para uma taxa elevada daqueles que não concluíram o ensino básico nos anos em apreço. Ao longo dos anos verificou-se o aumento do ensino obrigatório dos 3 aos 9. Muitas políticas educativas assentavam numa educação escolar rudimentar. Aliada a esta incipiente política estavam as famílias pobres. Estas famílias não tinham os recursos escolares e económicos para fazerem face as exigências da escola. Com efeito, eram prejudicadas pela localização geográfica. Por isso, às lógicas para os projetos familiares giravam em torno do trabalho. Adquirir uma profissão dava o suporte para se posicionar no espaço social. Foi através desta lacuna causada pela escola nas famílias que surgiram os centros de formação com o objetivo de colmatar os deficits de escolarização. Que ainda hoje são de grande utilidade. No entanto, o modelo escolhido e traçado nestes centros não foram exequíveis. Este consistia na validação de competências. Ao longo do processo de aprendizagem, os locais para esse fim eram as próprias localidades que podiam formar os indivíduos. Mas também adotou-se novos modelos, como formação nas empresas, que não tiveram o mesmo alcance.

O trabalho na relação com a formação de classes, profissões e remuneração. A partir das estruturas económicas se pode entender as classes. Há um conjunto de relações que os indivíduos estabelecem na produção social. O lugar ocupado nessas relações determina a pertença de classe de cada individuo. Está na relação de

exploração os detentores da força de trabalho e os dos meios de produção. Na base da construção de classes estão os rendimentos e os fatores económicos. Normalmente, as classes estão interligadas a profissão e a remuneração. No entanto, os capitais incorporados que são adquiridos pela via da socialização primária ou secundária, encontra na escola e na família o palco para a reprodução e desenvolvimento. A posição ocupada no mercado de trabalho determina a situação de classe. Para isso, requer considerar a entrada no mercado de trabalho e as trajetórias profissionais. Assim, a mobilização de entrevistas individuais apresenta-se como a melhor estratégia metodológica.

3.2 – Sobre a pesquisa no terreno

De modo a recolher dados qualitativos para responder às perguntas desta investigação e afinar a temática da relação com o trabalho e sua experiência, procedeu-se à aplicação de entrevistas. Assim, a análise interpretativa teve em linha de conta os adquiridos teóricos e a atividade económica.

Com efeito, o terreno das práticas oferece à sociologia fonte de conhecimento. Por isso, dada a especificidade desta investigação, em que se procurou analisar os dados dos censos com relação a atividade económica para se compreender a recomposição e estruturação profissional nos contextos em apreço, pareceu-nos crucial alavancar a análise no conhecimento do posicionamento social dos informantes. Veremos de que forma as teorias ajudaram a incursão neste acervo.

A população ativa torna-se central nesta incursão. Assim, foi necessário uma incursão do trabalho no terreno.

Foi difícil selecionar o modo a proceder, visto que não era fácil contactar os inquiridos. Então, selecionaram-se algumas fábricas do setor corticeiro. Fez-se algumas pesquisas na internet das fábricas sediadas em Lourosa, imprimindo informação sobre todas as fábricas. De seguida foi-se contactar os patrões das referidas fábricas, alguns não deram respostas positivas, outros disseram que não havia tempo para disponibilizarem os trabalhadores. Até que uma primeira fábrica atendeu ao pedido, e

disponibilizou todos os trabalhadores. Pode-se considerar que a amostra foi em bola de neve, visto que cada entrevistada ficava com a incumbência de chamar a sua colega. Eram num todo 8 funcionárias. Depois recorreu-se a uma segunda empresa, em que o patrão concedeu 4 funcionárias. Seguiu-se o mesmo procedimento da anterior na escolha dos inquiridos. Por fim uma terceira, que disponibilizou 3 empregados.

A primeira empresa designada A foi fundada em 1995 por dois irmãos. O nome da empresa é uma homenagem à sua família. A empresa vocacionada em transformar os produtos da cortiça teve as suas primeiras instalações num dos compartimentos da casa onde habitavam. O seu principal negócio assenta nas rolhas. Em virtude do volume de produção, houve necessidade de se instalarem na zona industrial do Casalinho, em Lourosa, onde ainda se encontram. Com 23 trabalhadores, a empresa A dispõe de 23 trabalhadores e dedica-se à especialidade de rolhas de cortiça natural e colmatada (boleadas, chanfradas, cónicas) utilizando como matéria-prima o desperdício das rolhas de cortiça, proveniente de outras empresas do sector. Procuram transformar as rolhas que são destinadas à trituração. Os trabalhadores reduzem-nas, retiram os defeitos e fazem a escolhas de rolhas com qualidade.

A segunda empresa, B, está inserida nos negócios da cortiça, resultando da fusão do trabalho de dois sócios, um português e outro estrangeiro, sócios com percentagens iguais. Foi criada em 2010. Sediada na Zona Industrial do Casalinho, em Lourosa. No início da sua fundação dedicava-se ao tratamento de superfície da cortiça. Mais tarde começou a produzir e a comercializar rolhas de cortiça natural. Assim, procurou modernizar a empresa dotando-a de serviços de marcação (laser, fogo e tinta), tratamento e embalagem de rolhas.

A terceira empresa C foi fundada em 1950. A empresa está sediada na Avenida Principal e na Zona Industrial do Casalinho, em Lourosa. A missão da empresa é produzir cortiças. Assim, de modo a garantir um produto de qualidade, a empresa atravessou vários momentos de modernização, criação de laboratórios, escritórios e nova secção para marcação e tratamento de rolhas. Mais tarde dedica-se a conservar matéria-prima, com a função de armazenar, estabilizar, cozer a cortiça, traçar, fazer a rabaneação e brocar. Permitiu criar a sua própria marca no mercado. Com efeito, obteve o

reconhecimento do seu produto. Obtendo a certificação de qualidade da CIPR (Código Internacional das Práticas Rolheiras).

Neste sentido, não houve um contacto prévio com os entrevistados. Apenas, solicitou-se aos patrões a permissão de cederem os espaços e disponibilizarem os trabalhadores para as referidas entrevistas, e eles preferiram marcar para o dia seguinte. Referiu-se aos patrões o objetivo da entrevista, apresentou-se a declaração fornecida pela FLUP e informou-se a cerca da duração da entrevista, bem como a salvaguarda da proteção de dados pessoais. Obtido o consentimento, foi agendada a data da entrevista. Utilizou-se dois gravadores com o receio de se perder a informação. Fez-se uma observação direta, o que permitiu descrever alguns gestos, expressões e a forma como se apresentavam. Salienta-se que foram 15 entrevistados. As entrevistas decorreram entre os dias 3 e 9 de setembro de 2020. Ela decorreu em ambiente de pandemia do coronavírus. Não houve limitações nem obstáculos. Foram usadas máscaras por recomendação da Direção Geral de Saúde.

A pesquisa ao recair sobre os cinco níveis de análise, obrigou, por isso, a proceder à análise sociodemográfica, no sentido de apresentar o perfil demográfico e social da população. O levantamento dos dados estatísticos relativos às características da população, como taxas de atividade económica, nos setores primários, secundários e terciário, com a preocupação de circunscrever ao retrato o ramo da indústria transformadora; desta surgiram indicadores como a profissão, a condição perante o trabalho; procurou-se ainda definir o nível de instrução.

3.3 – Caracterização sociodemográfica da população entrevistada

A sociodemografia da população resultou da análise dos dados acerca do género, idade, estado civil, composição do agregado, nível de escolaridade, situação profissional, profissão e residência. Segundo o quadro 3.1, num total de 15 entrevistados, 10 são do género feminino e 5 do masculino. As idades variam entre os 29 anos de idade e os 58 anos, sendo que a média de idades se situa nos 40 anos.

Quanto ao estado civil, doze são casados, dois solteiros e um em união de facto. Assim, a composição do agregado refere que com cinco membros estão dois entrevistados, com quatro membros estão seis entrevistados, com três membros estão quatro entrevistados e com dois membros estão três entrevistados.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos entrevistados, a maioria possui o ensino básico. No entanto, quatro entrevistados terminaram o 6º ano, três terminaram 4º ano, dois o 9º ano, dois terminaram o 12º, e apenas um terminaram 5º, 7º, 8º, e o 11º ano de escolaridade.

Em relação a situação profissional, todos são trabalhadores por conta de outrem. Destes 15 entrevistados, destacam-se sete que são escolhedores [E3, E4, E6, E7, E13, E14, E15], dois broquistas, e um em cada profissão: operador de máquinas, marcador de rolhas, rabaneador, traçador, marcador e escolhedor e manobrador.

Quadro 3.1 – Caracterização dos entrevistados

Nº	Género	Idade	Estado civil	Escolaridade			Composição do agregado		Residência	Profissão Atual
				Entrevistado	Pai	Mãe	Membros	Nº		
E1	F	42	Casada	4ª classe	Não sabe	Não sabe	Duas filhas, o neto e o esposo	5	Fiães	Operadora de Máquinas
E2	M	38	Casado	9º ano	4ª	4ª	Dois filhos e a esposa	4	Paços de Brandão	Marcador de rolhas
E3	F	53	Casada	9º ano	Não	Não	Dois filhos e o Marido (fora)	4	Lourosa	Escolhedora
E4	F	52	Casada	4ª classe	Não	Não	Filha e o esposo	3	Lourosa	Escolhedora
E5	F	49	Casada	6ª ano	Não sabe	Não sabe	Filho e esposo	3	Lobão	Faz tudo – marca, escolhe
E6	F	46	Casada	6º ano	3ª	4ª	Duas filhas e o esposo	4	Fiães	Escolhedora
E7	F	40	Casada	12ª ano	4ª	4ª	Dois filhos e esposo	4	Mozelos	Escolhedora
E8	M	49	Solteiro	5º ano	1ª	2ª	O pai	2	Lourosa	Broquista
E9	F	40	Casada	6º ano	Não sabe	Não sabe	Dois filhos e o esposo	4	Lourosa	Broquista
E10	M	29	Solteiro	12º ano	4ª	4ª	Namorada	2	Lourosa	Rabenhador
E11	M	41	União facto	11º ano	4ª	6ª	Companheira	2	Mozelos	Traçador
E12	M	58	Casado	8º ano	Não	Não	Uma filha e esposa	3	São João de Ver	Manobrador
E13	F	57	Casada	7º ano	Sabe ler	Sabe ler	Um filho e o esposo	3	Lourosa	Escolhedor
E14	F	46	Casada	6º ano	4ª	4ª	Dois filhos e o esposo	4	Nogueira da Regedoura	Escolhedora
E15	F	42	Casada	4º ano	4ª	4ª	Duas filhas, mãe e o esposo	5	Lourosa	Escolhedora

Fonte: Entrevistas realizadas 2020

3.4 – Construção dos lugares de classe

A construção dos lugares de classes faz-se à conta de um processo que mobiliza a família, os grupos, a escolarização, a profissão e a situação na profissão. No entanto, é na lógica capitalista onde se pode delinear os verdadeiros mecanismos de afinamento. Possuir uma profissão e deter um poder económico define a posição de um indivíduo na estrutura social. A família de origem exerce uma influência nesta posição social. Visto que a socialização primária inculca habitus de classes. Por sua vez, com a escola estes habitus deveriam ser objetos de transformação ou reprodução. Por um lado, há quem se veja beneficiado pelo fator escola na atribuição de códigos elaborados, por outro lado, alguns são prejudicados em virtude dos códigos restritos que carregam e

reproduzem. Por isso, a socialização secundária exerce um peso fortíssimo como mecanismo de reprodução das classes ou de ascensão.

O quadro 3.1 fornece informação de base para a construção dos lugares de classes. Num primeiro dado subscreve-se a partir do indicador individual de classe. Os 15 inquiridos detêm uma profissão que os remete para a indústria transformadora, no ramo da cortiça. Pelas características das suas profissões, como se referiu acima, pertencem ao grupo dos Operários Industriais. Este grupo profissional é caracterizado, por vezes, como o grupo de trabalhadores não qualificados e com baixos níveis de escolaridade. A tabela em causa confirma esta afirmação. A maior parte dos inquiridos não possui formação profissional.

Aponta-se, desde logo, uma coordenada de leitura dos processos de recomposição que assenta nos Operários da Indústria. Um quadro referencial que se delineia em linhas heterogéneas. As profissões dos operários são diferenciadas e contribuem para esses posicionamentos de lugares de classe. Pois, o palco tem vindo a concretizar em torno do setor corticeiro como aquele que gera mobilidade profissional. A socialização profissional tem em si processos variados que reproduz a classe. A entrada no mercado de trabalho começa desde logo com o processo de mobilização dos trabalhadores por parte das empresas para adquirirem o saber, mas concretamente o saber-fazer. Assim, as famílias e os contactos horizontais exercem um papel fundamental na transmissão do saber-fazer. Uma etapa deste domínio insere-se no saber escolher as rolhas, porque as rolhas da cortiça não são todas iguais. É necessário que se afine o olhar. As práticas do saber escolher são efetuadas em ambiente doméstico. Existe um centro emergente, do tipo, profissionais informais que assumem estas funções. Estes são o núcleo duro, lugares da cultura na estruturação profissional dos saberes no manuseamento da cortiça. São as escolas informais, já que muitos destes inquiridos não tiveram formação profissional. Neste sentido, o processo inerente ao saber escolher reforça a cultura de trabalho destas classes com distintas semelhanças ao agricultor. Por isso, a relação deste trabalho com a agricultura, em que não se exigia uma certa escolarização e qualificação profissional. Quase todos entraram no mercado de trabalho como escolhedor. Passaram por estes processos informais. No entanto,

aqueles que acederam a outra profissão frequentaram uma formação específica. Neste ramo, era raro. Porque as trajetórias eram feitas através do processo de escolher. A combinação desta processo estava ligado ao fator idade. Com efeito, o abandono da escola antes do 16 anos permeava as condições de entrada no mercado de trabalho para algumas profissões sem qualificações. Por isso, noutras profissões, a idade era um fator chave para a inserção neste tipo de profissão. O decurso do tempo de trabalho creditava o indivíduo como profissional.

Outra fase determinante na formação de classe que ocorre no setor corticeiro tende a situar-se num conjunto de necessidades do mercado e na sua procura. Enquanto alguns exercem a profissão de escolhedor, outros, assumem a função de operador de máquinas, garantindo um funcionamento de todos os equipamentos; o traçador que classifica as pranchas pela sua espessura; o broquista que perfura as rabanadas permitindo a fabricação de rolhas.

A análise proposta estabiliza-se na caracterização do lugar de classe do operariado. Esta estabelece conexão com os dados recolhidos nos censos de 2001 e 2011 e nas entrevistas efetuadas. Não obstante, as tendências sociais dominadas, as frações já referidas estão relacionadas ao operariado qualificado com alguma escolarização. Assim, no sentido de afinar estas análises, sublinha-se duas estruturas no interior do operariado: os que possuem o ensino secundário completo e incompleto com alguma formação profissional e a maioria o ensino básico sem formação profissional.

3.5 – Trajetórias profissionais e experiência da relação com o trabalho

Este ponto é central nesta investigação. O objetivo é apontar alguns vetores que suportam a temática, ou seja, certos segmentos que informam as trajetórias profissionais dos inquiridos. De modo que expliquem as recomposições tecidas em Lourosa, Santa Maria da Feira. Assim, servindo-se das histórias de vida de cada um, encontrar-se-ão algumas regularidades que dão conta de vários processos e certas singularidades. A socialização de cada inquirido não é um facto isolado, mas insere-se no domínio das ações coletivas. É através das famílias que os processos sociais se

delineiam. Por isso, traçar as trajetórias profissionais e suas experiências da relação com o trabalho requer olhar para o vasto conjunto destas biografias. Isto exige que se tenha em linha de conta a escolarização dos inquiridos. Para mais tarde, proceder um olhar à primeira profissão. Com efeito, será nesta referência que melhor se fará a descrição e análise do processos quer da entrada no mercado de trabalho quer da recomposição efetuada na estrutura social.

O peso do efetivo que possui escolarização básica é bastante representativo. Vem confirmar o que se disse sobre o processo escolar em Portugal. O atraso na expansão da escolaridade obrigatória dos 12 anos.

Uma referência central na construção dos projetos dos inquiridos são às famílias. Nestas famílias, as lógicas em torno do trabalho assentavam na consciencialização da escassez de recursos culturais e económicos. Por isso, a escola não fazia parte dos sonhos destas famílias. Apesar dos projetos em torno do trabalho, as famílias não deixavam de cumprir o ensino obrigatório que ia até aos três ou quatro anos de escolaridade. Normalmente o trabalho surgia depois deste tempo escolar. As dificuldades financeira esteve sempre na base da hipoteca da escolarização. A escolarização dos pais influenciou o percurso dos inquiridos.

“hmm... Estudei até ao 5º ano, (ahhhh) queria seguir, (ahhh) mas os meus pais não tinham muitas possibilidades, e então, obrigaram-me a vir trabalhar, e e eu tive de deixar a escola e vir trabalhar, aqui praí há dez anos fiz aqueles cursos da Cincork para completar ao menos o 9º ano,(tsk) de resto, (ri-se) é o que eu tenho” (E23)

“Ah... a escola não. Eu na, na altura queria continuar a escola, mas lá está os pais não, não podiam e então: “não podes ir, não podes continuar a escola, vais trabalhar”. Isto é assim mesmo, num é?! Quando num se pode continuar na escola vai-se, vai-se trabalhar...”(E6)

O quadro 3.1 tece informação sobre o grupo doméstico. Assim, a classe de origem esteve na génese da reprodução. Continuou-se o mesmo padrão. Pais e filhos com escolaridade básica. É a partir deste processo do abandono escolar que se

começam certas trajetórias profissionais. O abandono da escola e a entrada no mercado de trabalho.

“Pá profissão é assim naquele tempooo a genteee ahhh empregava-se aos 14 anos nem era precisooo ter aah escolaridade como d’hoje em dia, d’hoje em dia se num fizer pa s’empregar tem de ter o 12º ou assim pa empregar, naquele tempo a gente fazia a idade dos 14 anos e a gente empregava-se... Não. Lá está os pais já tinham, tinham 4 filhos e eu sou a terceira e depois é aquela mentalidade que antigamente havia que: “bem, se não pude pôr os outros a estudar também não ponho esta”. Num é?! Era, é mais nesse sentido...” (E5)

As primeiras incursões no acesso ao mercado de trabalho pode espelhar um posicionamento de classe de origem. No entanto, este nem sempre é linear. A primeira profissão é fundamental para reescrever estas recomposições e estruturação socioprofissionais. No que se refere as trajetórias profissionais dos entrevistados pode constatar-se que alguns tiveram o seu primeiro emprego no setor primário, isto é, na agricultura, outros dentro do setor secundário, circunscritos na indústria transformadora e na construção, e um outro no setor terciário.

“Eu a trabalhar comecei a trabalhar com 14 anos. Trabalhei no calçado até aos meus 25, 25 anos trabalhei no calçado. Depois o calçado quebrou e eu, prontos, teve que mudar de ramo, vim prá cortiça e estou até hoje nisto, na cortiça... No calçado entrei, entrei no calçado porque é como eu lhe disse, tirei um curso de formação 1 ano e tinha o canudo, pronto. Eh... é o que se chama o canudo que é o ... dá-se um nome, mas não me vem à ideia, agora...” (E8)

“Sim, eu a nível de trabalhar com, com contrato é aqui a 1ª vez. Eh...De resto trabalhei em empresas ligadas ao ramo automóvel, mas sempre sem contrato de trabalho naqueles primeiros anos em que depois, pós estudar. E, foi basicamente isso”. (E10)

Ai Jesus. Deixa-me ver. Eu comecei a trabalhar prái aos 16 anos prás rolhas, porque como eu lhe disse, antes disso andei num café duma tia minha (andei prá aí dois anitos no café). Eu, já tinha prá aí 14 anos, porque eu vim da escola fiquei a tomar conta das mais novas. Depois a minha mãe ficou desempregada, então eu fui para o café. Aos 16 anos é que fui prá escolha, fui prá escolha, por isso...” (E14)

A maior representação da primeira profissão dos inquiridos insere-se na classe dos Operários Industriais com 60%. Assim, constata-se que 26,66% dos inquiridos começou na cortiça. 13,33% no calçado e no ramo automóvel. Com 6,66% encontrou a sua primeira profissão na cerâmica. Ainda com peso relativo encontram-se os ramos da construção, agricultura e dos serviços, com 6,66% respetivamente.

Estas informações confirmam os processos de recomposição em torno da indústria transformadora.

Um outro vetor que ajuda a compreender os processos do acesso ao mercado de trabalho relaciona-se com os quadros de referência. As biografias dos inquiridos realçam os contactos horizontais. Foram as famílias que garantiram o acesso ao mercado de trabalho. Apesar de alguns pais estarem a trabalhar numa outra área diferente da primeira profissão dos inquiridos, ainda assim, foi possível verificar a importância que exerceram na entrada do mercado de trabalho. Por outro lado, estas profissões tinham em comum certas características que determinavam a reprodução de classes dos inquiridos. São profissões de carácter manual, que exigia execução e o saber fazer.

“Não, era motorista andava por aqui, por ali por acolá... calhou nessa altura ir e essa empresa porque essa empresa era primo da minha mãe e ele pediu pra mim, eles disseram assim “ela que venha amanhã” e eu vim... Comecei a cortar rolhas”. (E15)

“Ehh! Comecei, prontos, tinha o patrão da minha mãe, que... aliás, eu já trabalho na cortiça já quando andava na escola, nas férias grandes, como a gente chama: férias grandes. Eu ia sempre trabalhar para uma, para a fábrica onde trabalhava o meu pai. Trabalhava o meu pai. E o patrão já me conhecia e ele, ia para lá fazer umas horas, não podia, não é, porque não tinha idade sequer, mas ia para lá fazer umas horas. E depois, quando acabei a escola disse à minha mãe: quero ir trabalhar e... fala lá ao teu patrão (que ele também já me conhecia) ehh... fala lá ao teu patrão, se ele tiver lá lugar para mim, eu vou para lá trabalhar. E foi. E na altura até eles tinham umas regalias, não sei se ainda têm agora, que é se meter o primeiro emprego durante 3 anos não paga à Segurança Social”. (E2)

“Ahhhh então a minha mãe foi lá, pedir trabalho, era uma... vivíamos lá perto, e a minha mãe quando lá chegou... posso contar este pormenor?

A minha mãe quando lá chegou hmmm aahh a patroa era a chamada menina Maria... ahhh então a minha mãe virou-se para ela “Ó menina Maria” e ela “Ó Sra. Adelaide, você não venha-me dizer que” e ela “Atrás de que pediu ninguém correu”... foi as palavras da minha mãe e ahh e a minha mãe então disse “Ah você veja aí se arranja alguma coisa para a minha filha, nem que seja para tirar água choca” olha eu... quando a minha mãe disse, nem que seja tirar água choca, disse... ehh.. eu fiquei assim. . . queria-me enterrar no chão,(deu uma palma) a minha mãe parece que me estava a botar mesmo para baixo... ahhh e ela deu uma gargalhada e disse “ nós aqui não tiramos água choca... Você já imaginou tirar água choca de noventa e nove pessoas??” ahhh pronto... você veja aí então. Viemos embora... Isto foi de manhã ahhh à tarde, eu tinha lá uma irmã que já trabalhava lá na... na Nortenha, chegou a casa na hora de almoço e disse “menina prepara-te que já vais de tarde trabalhar”... Claro, a minha mãe ficou toda contente, num é... e eu também fique, mas... fiquei com medo, de ir fazer um trabalho, porque da maneira como a minha mãe falou (riso) eu fiquei com medo que ela me botasse a fazer lá um trabalho que eu não ia gostar, a lavar as casas de banho ou assim, num é?” (E3)

Por isso, consideramos pertinente centrar em duas trajetórias socioprofissionais que retratam o quadro analítico mobilizado nesta investigação.

3.5.1 - Trajetória profissional de um escolhedor

A entrevistada 7 de 40 anos de idade, reside em Mozelos, Santa Maria da Feira. É casada e tem dois filhos. Ela nasceu em França e fez a primeira classe em França. No regresso a Portugal, ainda pequena, teve que repetir a 1ª classe, “reprovei na 4ª e depois andei até ao 11º”, lembro-me que tinha escolhido administração, contabilidade e essas coisas assim, só que depois num deu e eu acabei por ehh por desistir... O percurso escolar foi sempre de percalços – “No 11º reprovei novamente e desisti....”. abandonando a escola foi a procura de emprego.

“Foi com 19 anos, eu fui trabalhar em Yazaki em Gaia, qu’ é de cablagens de carros e assim, foi um contrato de meio ano, ao fim de meio ano vim embora, uma senhora lá perto de minha casa depois ensinou-me a escolher, percebia um bocadinho da cortiça e de .. e das classes e depois acabei por ahh arranjar um trabalho na cortiça e trabalhei 12 anos.”

(Entrevistada 7 de 40 anos de idade, escolhedora, reside em Mozelos)

Os seus pais têm a 4ª classe. O primeiro emprego foi numa fábrica de carros chamada Yazaki e durou meio ano. Tinha 19 anos. De seguida, foi procurar emprego e não tendo encontrado o que gostava, acabou por se empregar na cortiça. Conseguiu este emprego através de uma vizinha que tinha sido empregada na mesma fábrica. No entanto, a vizinha tinha a arte de ensinar a escolher, e conhecia as classes de rolhas. Ensinou-a a saber escolher. De forma que estava apta para o mercado corticeiro. Era escolhedora. A vizinha foi fazer o pedido ao patrão para contratar a Sabina. É contratada como escolhedora. Durante doze anos permanece nessa empresa, porém decorridos estes anos, a empresa foi a falência. A falência da empresa exila-a no desemprego, acaba por ficar em casa por dois anos. Depois, com os programas de incentivo ao emprego, o fundo de desemprego encaminhou-a para fazer um curso de técnicas da indústria da cortiça, sendo bem sucedida. Isto permitiu-lhe, segundo o plano da formação, estagiar numa empresa. O excelente desempenho exercido pela Sabina resultou na sua contratação, ainda continua nessa empresa até hoje.

Em virtude do ritmo de trabalho e por exigência legal é submetida ao curso de conservação da cortiça e aos primeiros socorros.

A sua experiência na cortiça e os longos anos de exercício da profissão de escolhedora permitiu-lhe tecer algum paralelismo com a profissão dos seus pais. A mãe ainda nova começou a trabalhar na cortiça.

“O meu pai era...ahhmmm broquista, também trabalhou muitos anos na cortiça, mas depois ficou com um problema de saúde, por causa da cortiça e ah foi pá pedreiro, neste preciso momento ele é reformado.... a minha mãe ahhmmm depois que viemos pá Portugal ela nunca trabalhou em fábricas ela abiu um pequeno negócio em casa de miudezas, roupas e coisas para o lar e ela teve um negócio em casa, neste momento também está reformada... e e foi isso.”

(Entrevistada 7 de 40 anos de idade, escolhedora, reside em Mozelos)

Os pais acabaram por emigrar e foram trabalhar numa fábrica de plástico. O pai não teve um emprego estável, ora na fábrica de plástico ora pedreiro. De regresso à Portugal, o seu pai empregou-se na cortiça, sendo broquista. Mas devido um problema

de saúde, por causa da cortiça, foi de novo para pedreiro. A sua mãe abriu uma loja de roupas.

“ahhhmm eles começaram a trabalhar muito novos... a minha mãe chegou a trabalhar na cortiça quando era novita, depois casou, num é? Foi para França estiveram 14 anos emigrados em França... trabalhavam num...numas fábricas de plásticos... e ahmm e eu acho que foi isso que a minha mãe fez. . . E o meu pai também eu acho que ele também trabalhava na mesma empresa... Mas foi sempre mudando ahh algum tempo foi pedreiro, ele diz que os primeiros tempos lá na França também não foram muito fáceis, a adaptação foi complicada e foi uma... era as fábricas de plástico tipo as televisões e assim eles trabalharam assim nessas fábricas.”

(Entrevistada 7 de 40 anos de idade, escolhedora, reside em Mozelos)

Sabina aprendeu a gostar do seu trabalho. Na empresa em que trabalha para além de escolhedora, permanece na máquina de contar, e por vezes faz de tudo. A profissão de escolhedora dá espaço para a polivalência. Sabina procura fazer bem as coisas. Trabalha 8 horas por dia.

“ahh É assim, eu aqui faço tudo.... eu estou na escolha, estou nas máquinas de contar, se for preciso ir aaa ajudar a tomar conta das máquinas também voou... eu aqui faço um bocadinho de tudo... Sim.” “(risos) euu ahh é assim eu gosto é assim eu acho que... que trabalho bem... porque ahhh é assim tudo o que eu faço, faço pa ficar bem feito...” “(risos) é assim... tra... eu trabalho certinho gosto de fazer as coisas bem feitas, gosto deeee e eu acho que também o facto de a gente dar-se bem aqui ajuda bastante para que a genteeee... o trabalho ahh eu acho que aqui o trabalhou flui muito bem.”

(Entrevistada 7 de 40 anos de idade, escolhedora, reside em Mozelos)

Sabina considera o seu trabalho e a sua profissão muito importante porque precisa do dinheiro para sobreviver e pagar as contas. No entanto, sente-se realizada com o que faz. Ser escolhedora acarreta para si algum esforço. De modo que, um dos problemas que se confronta inerente a este tipo de trabalho é que se fica muito tempo

de pé. Consequentemente, chega-se ao final do dia não se consegue fazer mais nada. Assim, não pratica desporto, não visita museus e nem frequenta concertos e festas.

3.5.2 – Trajetória profissional de um traçador

Entrevistado 11 de 41 anos de idade, reside em Mozelos, Santa Maria da Feira. Vive em união de facto. Frequentou a escola até ao 11º ano, equivalente ao 9º ano de escolaridade. Enquadra-se no leque daqueles que terminaram o ensino básico. O seu pai tem a 4ª classe e a sua mãe o 6ª classe. Pedro considera que a escola foi importante. No âmbito social, a escola permitiu criar ligações sociais, que descreve a utilidade que dá para vida. Assim, a escola transmitiu-lhe conhecimentos. A escola foi palco das sociabilidades. No entanto, abandonou a escola no 11º ano para trabalhar. Mais tarde empenhou-se em terminar o 12º ano mas não concordou com o modelo de ensino, acabando por dar um ponto final a sua trajetória escolar. O seu primeiro emprego foi co 16 anos de idade no ramo da construção, exerceu a profissão de servente e lembra-se de ter ficado pouco tempo por causa dos ciclos de trabalho da construção e pelo tipo de trabalho feito à chuva, ao calor ou ao frio. Não tinha gosto para este tipo de trabalho e preferiu deixar este emprego.

“Ahhh o proprietário era amigo do meu pai, eu precisava de emprego eeee conversas de circunstância e acabei a trabalhar com esse senhor... ahh num me adaptei ahmmm não gostava de das variações climáticas que me obrigava a trabalhar ou muito calor e muito frio eu não me adaptei muito bem áquilo (...).

(Entrevistado 11 de 41 anos de idade, traçador, reside em Mozelos)

A motivação de trabalhar e encontrar algo para as suas necessidades, obriga-o a solicitar emprego ao pai de um amigo que era patrão numa empresa ligada à cortiça. É empregue nessa empresa com o nome de Sobre Cork. No tempo em que esteve nessa empresa da cortiça, 18 anos, lembra-se de ter começado como indiferenciado, mas conhecido como o manobrador, o faz tudo. Depois, aprendeu uma profissão, que faz ascender na carreira – passa a ser traçador.

“Comecei como indiferenciado, portanto, na nossa área chama-se a isso o manobra o faz tudo ah e entretanto aprendi uma profissão qu’ é a profissão de é comumente chamada de traçador mas o nome técnico é escolhedor, passador de prancha, eu faço a seleção das cortiças que saem da árvore consoante às aplicações que elas terão a seguir e eu faço essa escolha essa seleção para que... a cortiça no processo seguinte já esteja selecionada para cada destino que terá”.

(Entrevistado 11 de 41 anos de idade, traçador, reside em Mozelos)

É o processo que permite encaminhar a cortiça para caldeira. O seu profissionalismo e a necessidade de procurar melhores condições de trabalho, fez com que deixasse a empresa. Para além do mais, a empresa Sobre Cork estava sediada no Porto. Isto dificultava as suas deslocações, visto que era distante da sua residência. Assim, emprega-se numa empresa sediada em Lourosa, na Porto Swiss. Continua com a mesma profissão para a qual teve formação. Pedro recebeu varias formações desde o combate a incêndios, Higiene e segurança no trabalho, ergonomia no trabalho, relações interpessoais e formação ligada ao ramo da cortiça como manobra de maquinas e práticas de colheitas.

O trabalho do Pedro ocupa-o durante as 8 horas diárias, de segunda à sexta. Ele gosta do que faz e se sente satisfeito com o tipo de trabalho.

Considerações finais

A recomposição socioprofissional delineada pelos entrevistados atendeu a percursos escolares de uma escolarização básica. Estes entrevistados eram oriundos de famílias pobres. Assim, a escola não fazia parte do projeto familiar. Por isso, abandonaram os estudos e ingressaram no mercado de trabalho. Mas no âmbito escolar, a socialização secundaria que normalmente a escola proporciona foi descrita no essencial e no básico, conhecer e relacionar-se com os amigos. A escola podia até ser um meio para ascensão social. Deste modo, por conta de uma família sem capital escolar e sem capital económico não adquiriram o habitus para alguns gostos.

As trajetórias profissionais dos entrevistados rodearam em torno de uma interrupção precoce do sistema de ensino para antes dos 15 anos encontrar o primeiro emprego. As famílias eram os centros de emprego, por elas funcionavam os jogos de oferta e procura de emprego. São elas os agentes dos próprios filhos. Assim, uma família inteira conserva ligações estreitas à empresas da cortiça. Os empregos neste setor corticeiro recrutavam mão de obra não qualificada. Há um tipo de trabalho que pressupõe um saber prático. Assim, os entrevistados tinham que estar muitos anos para adquirirem o conhecimento da profissão.

A formação profissional implementada pelos centros de formação não minimizou os efeitos causados pela escola. Não há uma formação capaz de conciliar a vertente profissional e académica. A profissão e a situação na profissão constituem elementos centrais na construção e definição das classes.

Conclusão final

A investigação teve como objetivos caracterizar, analisar e compreender pela via do trabalho a recomposição e estruturação socioprofissional do concelho. Visto que o trabalho profissional tem vindo a ser central na reprodução das classes. Em vista da mesma investigação convocou-se um conjunto de contributos teóricos fundamentais em torno do trabalho profissional. Por isso, a entrada no mercado de trabalho tem vindo a ser na relação com a escola. A escola é a instituição que promove a socialização secundária, que através dos códigos elaborados e linguísticos funciona como mecanismo de ascensão das classes bem posicionadas e reprodução das classes desfavorecidas. Como tem-se vindo a debater, o ensino escolar era obrigatório até ao 4º e ao 6º nos anos do Estado Novo e no pós 25 de abril. O país era rural e pobre. As famílias não tinham condições de manter os seus filhos na escola. Assim, no interior destas famílias criavam-se os processos, inculcavam valores e normas para olharem para o trabalho como a alavanca de uma afirmação na sociedade. A socialização primária nas famílias desfavorecidas e sem escolaridade passava pela aquisição de uma educação que valorizava o trabalho. A formação de classes estava sujeita aos habitus destas famílias e não propriamente da escola. Por isso, adquirir uma profissão legitimava a trajetória para se posicionar nos lugares contraditórios de classes. Mas a recruta de mão de obra centrava-se em torno de uma população sem formação. Quando se abordou a formação profissional como uma das políticas para minimizar as carências provocadas pela escola, descobriu-se que não teve o impacto tão desejado.

O estudo em causa permitiu compreender que entre os anos 2001 e 2011, a profissão e a escola têm desencadeado um processo de recomposição socioprofissional no concelho de Santa Maria da Feira. No entanto, a escola foi durante muito tempo caucionada. Os entrevistados disseram que logo que terminavam o ensino obrigatório, 4º e o 6º, eram obrigados pelos pais a terem um trabalho. Porque as famílias eram desfavorecidas e o governo do tempo do Estado Novo e do pós 25 de abril não tinham feitos progressos nas políticas educativas.

Quanto às formas de remuneração atribuídas pelas entidades patronais situavam-se nas tabelas salariais. Os trabalhadores adquiriram o rendimento de acordo ao estipulado. Assim, o capital económico detido funcionava como mecanismo que dava acesso aos lugares de classes. Como se viu nas entrevistas os rendimentos destes trabalhadores estavam acima do salário mínimo, daí o mecanismo reprodutor das mesmas classes por força de um salário médio que só dava para a sobrevivência. Estes entrevistados com escassos recursos profissionais beneficiavam de um sistema laboral que definiu a duração do trabalho em 8 horas diárias e 40 horas semanais. Que veio reforçar os mecanismos de reprodução das classes.. A escola ficou caucionada pelas 8 horas diárias de trabalho. Os entrevistados argumentaram que depois das jornadas de trabalho não tinham tempo para investirem no capital cultural. O capital cultural pode ser herdado ou adquirido. Com este horário os entrevistados ao chegarem as suas casas estão cansados e só resta tempo de cuidarem das suas famílias. Para além de que o trabalho tem uma componente física.

Compreende-se que a problemática do trabalho na recomposição socioprofissional e estruturação do concelho permaneceu ligada à evolução do país e das famílias. Os entrevistados na sua maioria pertenciam ao género feminino. Compreende-se o papel visível das mulheres na recomposição socioprofissional do concelho. Ao mesmo tempo que existe uma relação com os dados recolhidos no INE acerca da escolaridade de que estes entrevistados possuíam a escolaridade obrigatória, para alguns o 4º, 6º e o 12º anos. A recomposição socioprofissional está a ser efetuada através de uma classe com baixos níveis de escolaridade. O que muitas vezes compromete as aspirações e expectativas. Foi o que se verificou ao longo das entrevistas. Com efeito, as trajetórias profissionais dos entrevistados são portadoras de processos de reprodução das suas próprias classes. Quanto à origem familiar dos entrevistados, todos mencionaram que os seus pais não possuíam alguma escolaridade e quando a possuíam era a 4ª classe. A profissão dos pais estava ligada à cortiça e a agricultura. No entanto, os entrevistados, mesmo não tendo alternativas, manifestaram um percurso escolar carregado com muitas expectativas. Estava estampado o desejo de prosseguirem com os estudos. Todavia, oriundos de famílias que desvalorizavam a

escola, acabaram por enfrentar o mercado de trabalho. Salientaram que não havia outro recurso, tinham que ir trabalhar para sustentarem às famílias.

Foi com a entrada para o mercado de trabalho que se alinhou o percurso profissional e as trajetórias. Assim, o acesso ao primeiro emprego faz-se a conta dos pais e não de um sistema formal. Foram normalmente os contactos informais da linha horizontal que contribuíram para aceder ao mercado de trabalho. Os habitus de classe funcionam mais nestes aspetos quando não se criam sistemas mais abstratos. Por isso, as famílias funcionavam como agentes dos filhos. As representações sociais dos entrevistados quanto ao trabalho são na sua maioria assente num gosto adquirido por força do tempo. Os entrevistados não tiveram alternativas de escolher. Não adquiriram certas disposições para escolher. Assim, as suas expectativas quanto ao tipo de trabalho é baixa, apesar de gostarem da profissão. A maioria não recomenda o tipo de trabalho para os seus filhos. Dizem que é um trabalho duro. Estas representações sociais estão associadas as condições de trabalho. Não são as melhores. Quando se perguntou o que gostariam de mudar no local de trabalho, responderam que era o pó e o barulho. As entrevistadas têm medo de contrair doenças respiratórias. E, por isso, não recomendariam aos filhos este tipo de trabalho. Neste sentido, a profissão dos pais não está a gerar expectativas para os processos na recomposição do concelho.

A investigação ajudou a conhecer os processos que têm vindo a reproduzir as classes desfavorecidas. Mas também, como esta trajetória se foi efetuando. O papel da escola em todo este processo. A profissão como o garante de aceder aos capitais.

Foi um trabalho que teve as suas dificuldades.

Uma primeira dificuldade prendeu-se logo com a temática ligada ao trabalho em Santa Maria da Feira, pelo escassos recursos bibliográficos. Mas foi ultrapassada com alguns adquiridos teóricos que informaram os mesmos contextos.

Outra dificuldade sentida foi a falta de tempo. Conciliar o exercício académico com o profissional não foi tarefa facilitada. No entanto, o gosto por ver algum resultado, obrigaram-me a fazer seleção, priorizar e renunciar alguns objetivos profissionais. Assim conseguiu-se dar corpo ao trabalho.

A recolha de informação através da entrevista foi outra dificuldade. A grande questão assentava como fazer a recolha de informação, visto que se está no tempo pandémico de coronavírus. Será que se devia fazer as entrevistas à porta das empresas ou esperar que elas saíssem? Quando se contactou as fábricas ligadas ao setor corticeiros, algumas não aceitaram o pedido. Justificaram apontando para o atraso e o prejuízo que causaria em reter os trabalhadores. A dificuldade ficou superada pela enorme simpatia que três patrões com alguma idade manifestaram e aceitaram o pedido.

Da conclusão apontam-se algumas pistas futuras. Estas pistas não são generalistas, porém, pode-se estender a outros quadrantes. Recomenda-se que para os próximos trabalhos de investigação se proceda a aplicação de inquéritos. De modo a permitir uma recolha de informação mais abrangente quanto as variáveis rendimento, área de residência, com relação aos pais. Por outro lado, é pertinente fazer um estudo comparativo entre as várias fábricas sediadas em Lourosa.

Ainda assim, será pertinente equacionar a possibilidade de redução da carga horária de modo a permitir que no local de trabalho se implementa formação ao longo da vida. O curriculum deverá ser feito personalizado. As próprias empresas deviam ser lugares espaços de formação profissional e cultural. A relação profissional e cultural devia ser uma exigência do ministério da educação e do ministério do trabalho e segurança social.

No que toca as condições e segurança no trabalho, o ACT devia ser mais exigente e proceder mais fiscalização. No sentido de obrigar as empresas a modernização tecnológica. Porque há muito barulho e muito pó.

Existe um tipo de profissão feito por mulheres, com pendor físico. E mulheres com baixos níveis de escolaridade. Se devia por conta de políticas de igualdade de género, evitar os extremos de certos direitos.

Recomenda-se uma atenção especial a este setor. Visto que estes trabalhadores não recomendam os seus filhos para este tipo de trabalho. Por isso, ou o setor tenderá a encontrar dificuldades de mão de obra, ou recrutará mão de obra sobre qualificada, ou ainda será um setor que reproduz as classes desfavorecidas.

Referências bibliográficas

ABRANTES, P. (2011) – **Para uma teoria da socialização**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Em linha]. Vol. XXI, p. 121-139 [Consult. Junho 2020]. disponível em <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id2550&sum=sim> ISSN: 0872-3419.

ALBORNOZ, S. (2004) – **O que é trabalho**. [Em linha]. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. [Consult. Junho 2020], disponível em <http://bds.unb.br/handle/123456789/526>.

ALBURQUEQUE, P. G., & PAZINATO, P. (2010) – **Trabalho: análise das representações sociais através da leitura da história**. Portal dos Psicólogos . [Em linha]. p. 1-123 [Consult. 19 de Agosto de 2020]. disponível em https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0562.

ALMEIDA , J. F., coord. [et al.] (1994) – **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-137-4.

ALMEIDA, A. N., & VIEIRA, M. M. (2006) – **A Escola em Portugal: novos olhares, outros cenários**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 972-671-181-9.

ALMEIDA, J. F. (1981) – **Alguns problemas de teoria das classes sociais**. Análise Social. [Em linha] XVII nº 66, p. 231-251. [Consult. Junho 2020]. disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999644V8hMY4zy5Ah52FS2.pdf>.

ALMEIDA, J., & PINTO, J. (2009) – Da teoria à investigação empírica: problemas metodológicos gerais. In SILVA, A. & PINTO, J. M., org. – **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0503-7. p. 55 – 78.

ALMEIDA, J., Costa , A., & Machado, F. (1988) – **Famílias, Estudantes e Universidades: painéis de observação sociográfica**. Sociologia Problemas e Práticas [Em linha]. Nº 4, p. 11 - 44. [Consult. Julho de 2021], disponível em https://www.academia.edu/574631/Fam%C3%ADlias_estudantes_e_universidade_pain%C3%A9is_de_observa%C3%A7%C3%A3o_sociogr%C3%A1fica.

AQUINO, R. S. [et al.] (1978) - **Histórias das sociedades: das sociedades modernas às sociedades actuais**. [Em linha], [Consult. Julho de 2020], Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico. disponível em https://www.academia.edu/5359587/AQUINO_Rubim_Santos_Le%C3%A3o_e_outros_Hist%C3%B3ria_das_sociedades_das_sociedades_modernas_%C3%A0s_sociedades_atuais. ISBN 9788501056733.

BOURDIEU, P. (2007) – **A distinção. uma crítica social da faculdade do juízo**. [Em linha], [Consult. Junho de 2021], São Paulo: Editora Zouk. disponível em <https://pdfcoffee.com/qdownload/bourdieu-pierre-a-distinao-critica-social-do-julgamentopdf-pdf-free.html>. ISBN 978-85-88840-68-3.

BOURDIEU, P. (2010) – **A distinção. uma crítica social da faculdade do juízo**. Lisboa: Edições 70. ISBN 9789724415772.

BOURDIEU, P. (2011) – **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70. ISBN 9789724416663.

CAMERON, R. (2004) – **História económica do mundo: de uma forma concisa, de há 30 000 anos até ao presente**. Sintra: Publicações Europa - América. ISBN 9789721044784.

CARMO, R., & MATIAS , A. (2019) – **Retratos da precariedade: Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens**. Lisboa: Tinta da China. ISBN 978-989-671-478-9.

CARPENTIER, J., & LEBRUN, F. (2002) – **História da Europa**. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN: 9789723310856.

CASTEL, R. (1998) – **As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário**. Petrópolis: Vozes. ISBN 85-326-1954-1.

COSTA, A. F., & MAURITTI, R. (2018) – **Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e Europa**. ResearchGate, [Em linha]. p. 109 - 129. [Consult. Julho de 2021]. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/323760359> Classes sociais e intersecoes de desigualdades Portugal e a Europa.

DIAS, M. O. (2010) – **Plano de investigação: avançando passo a passo**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN: 9789899678606.

FARIA, M., & MENDES, J. (2010) – **Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro**. Actas do colóquio internacional [Em linha]. p. 7 - 476. [Consult. Julho de 2020]. Lisboa: EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S. A. Disponível em <https://www.google.com/search?client=firefoxbd&q=%E2%80%9CA+industrializa%C3%A7%C3%A3o+prosseguiu+na+segunda+metade+de+Oitocentos%2C+particularmente+em+certas+zonas+do+Pa%C3%ADs%2C+entre+as+quais>.

FERNANDES, A. T. (2008) – **Max Weber (1864-1920): o homem e a obra**. Porto: Estratégias Criativas. ISBN 978-972-8257-68-2.

FREIRE, J. (1997) – **Variações sobre o tema trabalho**. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-9723604221.

FREIRE, J. (2006) – **Sociologia do trabalho: uma introdução**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN: 9789723606010.

FREIRE, J. (2008) – **Economia e sociedade: contributos para uma sociologia da vida económica em Portugal na viragem do século**. Lisboa: Celta Editora. ISBN 978-972-774-260-8.

FREIRE, J., REGO, R., & RODRIGUES, C. (2014) – **Sociologia do trabalho: um aprofundamento**. (4ª Edição ed.). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN: 9789723613872.

GHIGLIONE, R., & MATALON, B. (2001) – **O inquérito: teoria e prática**. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-120-7.

GIDDENS, A. (2009) – **Sociologia**. Lisboa: Editor: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 9789723115031.

GONÇALVES, C. M., PARENTE, C., VELOSO, L., GOMES, S., & JANUÁRIO, S. (1998) – **Os Jovens, a Formação Profissional e o Emprego: resultados de uma Investigação Internacional**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Em linha]. Vol. VIII, p. 137 - 176. [Consult. Julho de 2020] Disponível em <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id258&sum=sim>. ISSN 0872-3419.

GONÇALVES, C. (2007/2008) – **Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Vol. 17/18, p. 177 – 223. [Consult. Junho 2020]. disponível em <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id2224&sum=sim>. ISSN 0872-3419.

GUERRA, I. C. (2006) – **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Cascais: Editora Principia. ISBN 978-972-8818-66-1.

HAGUETTE, T. (1987) – **Metodologias qualitativa na sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis. ISBN 85.326.0854-X.

LAINS, P. (1994) – **O Estado e a industrialização em Portugal, 1945 - 1990**. Análise Social. [Em linha]. p. 923 - 958. [Consult. Junho 2021]. disponível em <file:///F:/UNIVERSIDADE/MESTRADO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20TUDO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%202019.2020/PESQUISA%20TEXTOS%202019/CAP%C3%8DTULOS%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/DISSERTA%C3%87%C3%83O%202021/CAP%C3%8DTULO%20IIII/O%20ESTADO%20E%20A%20INDUSTRIALIZA%C3%87%C3%83O%20EM%20PORTUGAL%20notas.pdf>.

LAMEIRA, S. coord. (2005) – A indústria da cortiça em Portugal. **Coleção Estudos Setoriais**. ISBN 972-8619-71-5. Nº 26 (Out. 2005) 9 – 155.

MACHADO, F. L., COSTA, A. F., & ALMEIDA, J. F. (1989) – **Identidade e orientações dos estudantes - classes, convergências, especificidades**. Revista Crítica de Ciências Sociais. [Em linha]. Vol. 27/28, p. 189 – 209. [Consult. Junho 2021]. disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5309>.

MAGALHÃES, D. (1996) – **Classes sociais e trajetórias intergeracional**. Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Vol. 06, p. 213 - 229. [Consult. Junho 2021]. disponível em <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id256&sum=sim>.

MARX, K. (S.A) – **O Capital**. Vol. 2. Edição 160. Mafra. Delfos.

MARQUES , T. (2004) – **Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas terroitoriais**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0709-3.

NARZETTI, C., & NOBRE, A. (2016) – **A teoria dos códigos linguísticos de Basil Bernstein e a questão da modalidade oral da língua**. Domínios de Linguagem. [Em linha]. Vol. X, nº 1, p. 286-303. [Consult. Junho 2021]. disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32023/18094>.

PARENTE, C. (1996) - **As empresas com espaço de formação**. Sociologia, Revista de da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Vol. VI, p. 89 – 150. [Consult. Junho 2020], disponível em <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id256&sum=sim>.

PEREIRA, V. B., [et al.] (2012) - Objetivar o quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave: Um problema teórico, uma estratégia metodológica e um breve enquadramento analítico. In PEREIRA, V. B., org. – **Ao Cair do Pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrialização do Vale do Ave**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1279-0. p. 31-58.

PEREIRA, V. B., org. (2012) – **Ao Cair do Pano: Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrialização do Vale do Ave**. Lisboa: Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1279-0.

PINTO, J. M. (2012) – Relação com a escola e mudança educacional. In PEREIRA, V. B., org. – **Ao Cair do Pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrialização do Vale do Ave**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1279-0. p. 141-216.

PERROT, M. (1985) – **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: Regra do jogo.

QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. V. (2008) – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-972-662-275-8.

REIS, M. (1989) - **Lourosa sua história e gentes**. Porto: S.Ed.

RODRIGUES, M. D. (1997) – **Sociologia das Profissões**. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-84-2.

SCHMITZ, A. A. (2014) – **Max Weber e a corrente neweuberiana na sociologia das profissões**. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. [Em linha]. Vol. 11, Nº 1, p. 10-29. [Consult. Junho 2021], disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18065023.2014v11n1p10/28677>.

SILVA, E. G. (2010) – Estruturas económicas e emprego no Vale do Sousa, Penafiel e Fonte Arcada: uma visão panorâmica sobre as últimas três décadas. Em PINTO, J. M. & QUEIRÓS, J. Orgs., **Ir e voltar: sociologia de uma coletividade local do Noroeste Português (1977 - 2007)** Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN 9789723610802 p. 133 - 163.

SILVESTRE, A. R. & FERNANDES, L. (2014) – **Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha], Vol. XXVII, p. 27 – 44. [Consult. Junho 2020], disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id2662&sum=sim>.

SOUSA, L. N. (2012) – **Emprego e trajetórias profissionais: o caso dos diplomados do Instituto Superior Politécnico de Viseu**. Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha], Vol. XXIII, p. 149 – 168. [Consult. Junho 2020], disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id2575&sum=sim>.

WEBER, M. (1944) – **Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Mexico - Buenos Aires: Editora Fondo de Cultura Económica.

WRIGHT, E. O. (2015) – **Análise de classes**. Revista Brasileira de Ciência Política. [Em linha]. Vol. XVII, p. 121 - 163. [Consult. 09 de outubro de 2020], disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300121&lng=en&nrm=iso.

Teses de Mestrado e Doutorado

MAIA, A. C. (2016) – **Os territórios da indústria: dinâmicas e políticas locais**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. [Consult. Junho 2020]. disponível em <file:///F:/UNIVERSIDADE/MESTRADO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20TUDO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%202019.2020/PESQUISA%20TEXTOS%202019/BIBLIOGRAFIA%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/TRABALHO/OS%20TERRIT%C3%93RIOS%20DA%20IND%C3%9ASTRIAS.pdf>. Tese de Mestrado em riscos, cidades e ordenamento do território.

MELO, S. (2014) – **Projetos artísticos (d)e intervenção comunitária texturas, uma experiência do festival internacional de teatro de rua de santa maria da feira..** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. [Consult. Junho 2020]. disponível em <file:///F:/UNIVERSIDADE/MESTRADO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20TUDO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%202019.2020/PESQUISA%20TEXTOS%202019/BIBLIOGRAFIA%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/SANTA%20MARIA%20DA%20FEIRA/BREVE%20CATERIZA%C3%87%C3%83O%20CONCELHO.pdf>. Tese de Doutorado em Sociologia

Sites Consultados

Biblioteca Central da FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), disponível em https://sigarra.up.pt/flup/pt/WEB_PAGE.INICIAL

Agrupamento de Escolas de Arrifana, disponível em [Sobre Nós | Agrupamento Escolas de Arrifana, Santa Maria da Feira \(agrupamentoarrifana.com\)](http://Sobre%20N%C3%B3s%20|%20Agrupamento%20Escolas%20de%20Arrifana%2C%20Santa%20Maria%20da%20Feira%20(agrupamentoarrifana.com))

Câmara de Santa Maria da Feira, disponível em <https://cm-feira.pt/web/guest/hist%C3%B3ria>

Freguesia de Lourosa, disponível em <https://www.if-lourosa.com/historia#hist>

Instituto Nacional de Estatística, disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça, disponível em <https://www.apcor.pt/>

ANEXOS

Anexo 1.1 - Declaração do Professor (entrevista)



Declaração

Para os devidos efeitos, venho por este meio declarar que o licenciado Arnaldo Farinha se encontra a realizar uma dissertação de mestrado em Sociologia, sob a minha supervisão científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esta investigação é dedicada à problemática da relação com o trabalho no concelho de Santa Maria da Feira e envolve o recurso à metodologia de entrevistas a informantes privilegiados. O apoio que possa ser concedido ao licenciado Arnaldo Farinha neste âmbito será totalmente dedicado a fins académicos, sendo preservado o anonimato dos inquiridos. Solicita-se, nesse sentido, a melhor colaboração com a presente pesquisa.

Porto e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 12 de agosto de 2020,

José Virgílio Borges Pereira
Professor Associado com Agregação
Departamento de Sociologia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Anexo 1.2 – Declaração de consentimento informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, ----- venho por este meio declarar a minha concordância em relação à minha participação nesta investigação de âmbito académico que se inclui no Mestrado em Sociologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o título **Recomposição e Estruturação Socioprofissional em Santa Maria da Feira. Trajetórias, Percursos e Processos**: sob a orientação do Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória e compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da minha participação.

Data: ____/____/ 202

Assinatura do entrevistado: _____

O Investigador responsável: Nome: Arnaldo dos Prazeres Farinha

Anexo 1.3 – Guião de entrevistas

A presente entrevista insere-se no âmbito de uma dissertação para efeitos de final de curso do Mestrado em Sociologia – *Recomposição e Estruturação Socioprofissional em Santa Maria da Feira. Trajetórias, Percursos e Processos* Tem como objetivo identificar os agentes, perceber de que forma o conceito intergeracional exerce um papel gerador de reprodução social, compreender as trajetórias profissionais, compreender a experiência de trabalho, compreender o papel da escola na relação com a profissão, ao ponto de aprofundarmos tais recomposições.

A sua resposta honesta é muito importante. As respostas efetuadas apenas servem para efeito de trabalho académico e é garantida a sua confidencialidade. A entrevista será gravada em formato áudio. Desde já, agradeço a sua colaboração!

Tempo de entrevista

A entrevista terá a duração aproximada de 30 minutos.

Identificação do entrevistado (idade, naturalidade)

Local e data da entrevista.

I – Dados sociodemográficos

Qual a sua idade?

Qual é o seu estado civil?

Quem faz parte do seu agregado familiar?

Qual a sua freguesia de residência?

II – Percorso escolar e cultural

Está disponível para falar um pouco do seu percurso escolar?

Qual a escolaridade dos seus pais?

Qual a sua escolaridade?

Qual a importância que a Escola teve na sua vida?
A Escola foi importante para a escolha da sua profissão?
Para além do ensino obrigatório, frequentou algum curso?
Costuma comprar livros ou revistas para ler? Se sim, quais e com que regularidade?
Gosta de ir ao cinema? Visitar museus? Ir a festas, concertos ou atividades desportivas?
Pratica algum tipo de desporto?
O que é habitual fazer no seu tempo livre?
É socio/a, ou frequenta alguma associação?
Tem alguma participação na(s) atividades dessa(s) / associações?

III – Trajetória profissional - Processos de entrada no mercado de trabalho

Pode partilhar o seu percurso profissional?
Como começou e com que idade começou a trabalhar?
Qual foi o seu primeiro emprego? Onde foi? Como conseguiu?
Qual é a sua profissão atual? Onde trabalha? Como conseguiu?
As suas amigadas ajudaram de alguma forma na sua profissão?
No seu percurso tem feito formação? Se sim, que formações frequentou e que importância tiveram?
Qual foi a profissão dos seus pais? Onde trabalharam?
Conte-nos um pouco do percurso profissional dos seus pais?
A escolha/experiência dos seus pais influenciou-o/a de alguma forma na escolha da sua profissão?

IV) Relação com o trabalho: Representações sociais do trabalho

Pode falar-nos sobre o seu trabalho?
Em que consiste o seu trabalho?
Quantas horas trabalha?
Como avalia o seu trabalho? Condições de trabalho? Saúde?
O que tem feito no seu trabalho para aumentar a produtividade?
Pode partilhar como está organizado o trabalho, quando chega a empresa?

Alguma vez foi promovida? Se sim, conte como aconteceu? Quais foram os motivos dessa promoção?

Gostaria que os seus filhos ou familiares viessem a trabalhar também na cortiça? Sim/ Não? Porquê?

REPRESENTAÇÕES QUE AS PESSOAS ASSOCIAM AO TRABALHO.

Gosta da sua profissão?

Como se sente no seu trabalho?

Que significa este trabalho para si?

Sente-se realizado/a no que faz? É o trabalho para vida?

Qual a relação que mantém com os seus colegas de trabalho? E com as chefias?

Quais os principais problemas que sente no exercício do seu trabalho?

Qual impacto que este tem no dia-a-dia?

Tem dificuldades em conciliar a vida familiar com a profissional? Se sim, quais?

Está satisfeito/a com o salário que auferes?

O seu salário contribui para alguma coisa?

EXPECTATIVAS E ASPIRAÇÕES

Se pudesse mudar alguma coisa no seu trabalho ou empresa o que seria? E o que faria?

Se pudesse mudar de profissão, dentro do mesmo setor (da cortiça) qual gostaria de exercer?

Se pudesse mudar de profissão para outra área e setor (fora da cortiça) qual seria?

Se pudesse escolher a profissão ou a área de trabalho dos seus filhos ou familiares quais escolheria? Porquê?

Finalizar

Gostaria de saber se tem mais alguma coisa a acrescentar?

Agradecer o tempo.

Anexo 1.4 – Tabela 1.1 Grelha de categorização e análises das entrevista

CATEGORIAS	SUB - CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTOS E CONTEXTOS
Categorias sociodemográficas	Género	A aplicação das entrevistas incidiu em 15 trabalhadores, dos quais 10 do género feminino e 5 masculinos.
	Idade	A idade dos entrevistados está entre 29 e os 57 anos.
	Escolaridade	Níveis de escolaridade entre o 4º ano e o 12º ano.
	Estado civil	Na sua maioria são casados.
PERCURSO ESCOLAR E CULTURAL	Descrição do percurso escolar e o capital cultural: gostos de classe	O percurso escolar dos entrevistados é marcado pelo abandono da escola para entrar no mercado de trabalho. Percursos bastante curtos. Quanto ao capital cultural adquirido pela escola resume-se no essencial. Há poucos gostos adquiridos. O passar pouco tempo na escola determina as escolhas e os gostos. A maioria não gosta de ler, não visita museus cinemas, não pratica desportos.
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL - PROCESSOS DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO	Entrada no mercado de trabalho	Os processos de entrada no mercado estão a conta do abandono escolar. A entrada no mercado de trabalho faz-se com o auxílio dos pais. Normalmente a primeira profissão é igual a dos pais. Outras vezes começa-se por uma qualquer e depois se acaba na cortiça. As trajetórias profissionais dos entrevistados são na sua maioria marcadas pela profissão dos pais. O pai ou mãe dos entrevistados foram trabalhadores do ramo corticeiro. Por outro lado, eram os pais que arranjavam emprego para os filhos, que, ainda, novos e dependentes.
	Importância das relações formais e informais	Quanto as relações formais e informais no acesso ao emprego as entrevistadas relataram ser a família o principal agente de mudança. As relações são mais informais. Baseadas nos contactos horizontais, de proximidade. Com características da tradição. Visto que estas localidades são de matriz de tradição cristã. Os pais, na sua maioria, também foram empregados da mesma fábrica. Estas lógicas são restritivas quando se pensa em adquirir capital social. Em quase todos entrevistados não se verificam relações formais. A recruta de mão de obra para este setor passava no interior das famílias
	Formação profissional	A entrada no mercado de trabalho não foi através de formação profissional. As empresas da cortiça não têm vindo a realizar formação profissional para capacitar os trabalhadores. A formação a que é referida não é estritamente profissional. É uma formação exigida pelo ACT.
RELAÇÃO COM O TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO e EXPECTATIVAS E ASPIRAÇÕES	<i>Condições de trabalho</i>	O setor da cortiça evoluiu bastante e modernizou-se. Os entrevistados afirmam que têm boas condições de trabalho.
	<i>Gostaria que os filhos fossem trabalhar na cortiça</i>	Os entrevistados não gostariam que os seus filhos fossem trabalhar na cortiça. Esta forma de pensar não tem paralelismo no âmbito da socialização primária, pelo contrário, assenta na socialização fornecida pela escola. Os pais olham para os filhos, ou seja, cabe aqui a aplicabilidade da secundarização primária. A escola tem estado a ser o canal da ascensão e não a família.
	<i>Avaliação do trabalho e Satisfação com o trabalho</i>	Quanto ao significado do trabalho os cruzamentos de referência apontam para três representações. Os que afirmam que este trabalho é para sobrevivência e ao mesmo tempo o ganha pão. Uma visão bastante utilitarista e economicista. Uma relação trabalho e dinheiro sinal de sobrevivência. As ideias que assentam nesta análise subjetiva indicam que face a idade as pessoas tendem a conformar-se com o que têm: com esta idade... por outro lado, pode-se entender que as pessoas não aprenderam a aprender a ter aspirações. O trabalho é que paga as contas. Nestas respostas não se equaciona a possibilidade do trabalho contribuir para outras necessidades. Apesar dos gostos associados, o trabalho resume-se em sobreviver, pagar as contas e o ganha pão. Um outro significado deste trabalho assenta na ideia de que é uma tábu de salvação. O trabalho como alívio psicológico e libertação de patologias mentais.

Fonte: Entrevistas - 2020